

CARMEM MAGDA GHETTI SENRA

Psicólogos sociais em uma instituição pública de
Assistência Social: analisando estratégias de
enfrentamento

PUC-CAMPINAS
2009

CARMEM MAGDA GHETTI SENRA

Psicólogos sociais em uma instituição pública de
Assistência Social: analisando estratégias de
enfrentamento

**Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia do
Centro de Ciências da Vida da PUC-
Campinas, como parte dos requisitos
para obtenção do título de Doutor em
Psicologia: área de concentração
Psicologia como Profissão e Ciência.**

Orientadora: Prof^a. Dra. RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO

PUC-CAMPINAS
2009

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t302
S478p

Senra, Carmem Magda Ghetti.

Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento / Carmem Magda Ghetti Senra. - Campinas: PUC-Campinas, 2009.
251p.

Orientadora: Raquel Souza Lobo Guzzo.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui anexos e bibliografia.

1. Psicólogos sociais. 2. Assistência social. 3. Problemas sociais. 4. Comunidades sociais. 5. Bem estar social. I. Guzzo, Raquel Souza Lobo. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós- Graduação em Psicologia. III. Título.

22ed. CDD – t302

CARMEM MAGDA GHETTI SENRA

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Soraia Ansara

Prof^a. Dra. Telma Regina de Paula Souza

Prof^a. Dra. Luciana Guida Gurgel Siqueira

Prof. Dr. Mauro Martins AmatuZZi

Presidente: Prof^a. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo

Aprovado em: ____ / ____ / _____

**PUC-Campinas
2009**

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Mateus e Carolina, por me ensinarem a superar tantos limites no cotidiano de mãe de gêmeos, esposa, mulher, funcionária pública e estudante de pós-graduação.

AGRADECIMIENTOS

A trajetória de construção do presente estudo foi marcada por eventos muito significativos (ser mãe de gêmeos e mudar de orientador) e por isso gostaria de agradecer em especial:

À Prof.^a Raquel, por me acolher em um momento delicado da minha produção de conhecimento, pelos incentivos no trabalho árduo para conclusão desse estudo. A convivência com você só me faz crescer!

Ao Prof. Fernando, pelos ensinamentos na minha formação em pesquisa qualitativa e pela oportunidade de diálogo sempre aberta.

Ao Marciano, pelo apoio INCONDICIONAL em todos os momentos. Meu amor por você só aumenta!

Aos meus pais, Helio e Therezinha, pelo amor e admiração que nutrem por mim.

À Marli e Juliana, pelo carinho com que cuidam dos meus filhos e da minha casa. A confiança em vocês foi fundamental para prosseguir no meu caminho profissional.

À amiga Maria Regina, sempre presente fortalecendo a nossa amizade.

Aos amigos, Regina, Rodrigo, Cláudia e Éder por nos acolherem em suas famílias. Amamos vocês!

Ao Grupo de Pesquisa da prof.^a Raquel, em especial Adinete e Toninho, companheiros de estágio docência, pela acolhida no momento da minha transição.

À Margô, coordenadora do DAS-Sul, por oportunizar e defender a minha ausência, valorizando sempre a minha presença.

Às companheiras de trabalho do CRAS Bandeiras, por acompanharem com muito respeito cotidianamente a minha labuta.

Também gostaria de registrar um agradecimento:

À CAPES, pela financiamento desta pesquisa.

Às funcionárias da Secretaria de Pós-Graduação em Psicologia pela atenção dispensada durante estes anos de estudo.

LISTA DE ABREVIATURAS

CFP- Conselho Federal de Psicologia

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CSAF- Coordenadoria Setorial de Apoio à Família

CSPSB – Coordenadoria Setorial de Proteção Social Básica

CSGIIS- Coordenadoria Setorial de Gestão e Integração de
Informações Sociais

DOAS- Departamento de Operações de Assistência Social

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE- Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

NOB- Norma Operacional Básica

ONG- Organização não-governamental

PAIF- Programa de Atenção Integral à Família

PGRFM- Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima

PMAS- Plano Municipal de Assistência Social

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

SAF- Serviço de Atenção à Família

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

RESUMO

Senra, C.M.G. (2009). **Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento**. Tese de Doutorado. Centro de Ciências da Vida. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 251 p.

Este estudo teve como objetivo estudar as estratégias de enfrentamento (individuais e/ou coletivas) que buscam minimizar e/ou superar os impactos prejudiciais ao desenvolvimento das ações dos psicólogos em uma instituição pública no campo da Assistência Social, na perspectiva da teoria da subjetividade de Gonzalez Rey e da Psicologia da Libertação de Martin-Baró. Utilizamos a Epistemologia Qualitativa proposta por Gonzalez Rey na análise de fontes documentais e de registros de diários de campo. A análise das informações indicou uma predominância em estratégias de enfrentamento individuais e uma potencialidade nas poucas estratégias coletivas existentes, indicando a capacidade de ruptura quando, na atuação dos profissionais, há articulação entre aspectos técnicos, coletivos e políticos. Apontaram ainda para a importância de processos de fortalecimento dos profissionais, enquanto sujeitos da prática profissional e de outros estudos que enfoquem a atuação do psicólogo no campo da Assistência Social, em uma perspectiva de transformação social.

Palavras-chave: psicólogos sociais; estratégias de enfrentamento; Assistência Social; fortalecimento.

ABSTRACT

Senra, C.M.G. (2009). **Social psychologists in a public institution of Social Welfare: examining strategies for coping**. Doctoral Thesis. Lifes Sciences Center. Pontifical Catholic University of Campinas. Campinas, 251 p.

This study aimed to investigate the coping strategies (individual and / or collective) seeking minimize and / or overcome the damaging impacts the development of the actions of psychologists in a public institution in the field of Social Welfare, in view of the theory of subjectivity Gonzalez Rey and the Psychology of Liberation of Martin-Baró. We use the Epistemology Qualitative proposed by Gonzalez Rey in the analysis of source documents and records of daily camp. The analysis indicated a predominance of information on coping strategies for individual and a great potential in the few existing collective strategies, indicating the ability to collapse when, in the performance of professionals, there are links between technical, political and collective. Also pointed to the importance of strengthening procedures for professionals, while subject of professional practice and other studies that focus the work of a psychologist in the field of Social Welfare, in a perspective of social transformation.

Keywords: social psychologists; coping strategies; Social Welfare; strengthening.

RESUMEN

Senra, C.M.G. (2009). **Psicólogos sociales en una institución pública de Asistencia Social: análisis de estrategias de enfrentamiento**. Tesis de Doctorado. Centro de Ciencias de la Vida. Pontificia Universidad Católica de Campinas. Campinas, 251 p.

El objetivo de este estudio fue investigar las estrategias de enfrentamiento (individuales y / o colectivas) que buscan minimizar y / o superar los efectos perjudiciales en el desarrollo de las acciones de los psicólogos en una institución pública en el ámbito de la Asistencia Social desde la perspectiva de la teoría de la subjetividad de González Rey y la Psicología de la liberación de Martín-Baró. Usamos la epistemología cualitativa propuesta por González Rey en el análisis de los documentos y registros del diario de campo. El análisis de las informaciones indica predominio de información sobre estrategias de enfrentamiento individuales y potencialidad en las pocas estrategias colectivas existentes, indicando capacidad de ruptura cuando, en la actuación de los profesionales, existe articulación entre aspectos técnicos, colectivos y políticos. También se destacó la importancia de fortalecer a los profesionales, como sujetos de práctica profesional, y la necesidad de otros estudios que se centren en la labor del psicólogo en el ámbito de la Asistencia Social, en una perspectiva de transformación social.

Palabras clave: psicólogos sociales, estrategias de enfrentamiento; Asistencia Social; fortalecimiento.

SUMÁRIO

Índice de quadros.....	xvi
Índice de anexos	xvii
Apresentação	xviii
Justificativa.....	xx
Capítulo I - Fundamentação Teórica	34
1- Políticas Públicas de Assistência Social.....	35
1.1- Contextualização das políticas sociais.....	36
1.2- Breve panorama da Assistência Social no Brasil: cenário de desigualdades.....	42
1.3- Sistema Único de Assistência Social- SUAS: momento atual.....	46
1.4- Implementação do SUAS em Campinas.....	51
2- Assistência Social e Psicologia.....	59
2.1- Inserção da Psicologia na Assistência Social.....	59
2.2- O psicólogo no SUAS: cenário atual.....	64
2.3- Compromisso social da Psicologia.....	68
3- Analisando estratégias de enfrentamento.....	74
3.1- Marcas da impotência e do fatalismo no cotidiano de trabalho dos psicólogos.....	74
3.2- O psicólogo enquanto sujeito de sua prática profissional e o fortalecimento dos trabalhadores sociais.....	80

Objetivos.....	90
Capítulo II - Metodologia	92
1- Caracterização do contexto da pesquisa.....	95
2- Caracterização dos participantes.....	103
3- Fontes de dados.....	105
4- Procedimentos	110
Capítulo III - Construção da Informação.....	116
1-Estratégias de enfrentamento: desarticulação entre os profissionais e posicionamento dos gestores da Assistência Social.....	119
1.1- Estratégias de enfrentamento individuais.....	120
1.2- Estratégias de enfrentamento coletivas.....	130
1.3- Encapsulamento dos profissionais e das equipes.....	134
1.4- Posicionamento dos representantes da Secretaria.....	137
2- Compreensão dos psicólogos acerca do seu papel profissional na Assistência Social.....	142
2.1- Avanços e desafios nas proposições oficiais acerca do papel do psicólogo.....	142
2.2- Praticismo: o psicólogo como executor das políticas públicas	149
2.3- Dimensão política da atuação do psicólogo.....	155
3-Transformação social e modelos de intervenção do psicólogo no CRAS.....	162
Capítulo IV – Considerações finais.....	171
Referências Bibliográficas	185
Anexos.....	194

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Documentos selecionados para a análise	107
Quadro 2. Distribuição dos diários de campo	109

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 1 – Termo de Autorização para realização da pesquisa

ANEXO 2 – Protocolo de análise dos diários de campo

ANEXO 3 – Protocolo de análise dos documentos

ANEXO 4– Protocolo de análise do Material Transcrito do Anexo IV (MT) da dissertação “Sentidos subjetivos da prática profissional de psicólogos comunitários num espaço institucional”

ANEXO 5 – Diários de Campo

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa pretendeu dar continuidade ao estudo realizado em minha dissertação de Mestrado (Senra, 2005), a partir de questionamentos que envolvem a prática profissional de psicólogos inseridos em uma instituição pública no trabalho comunitário na área de Assistência Social. Para tanto, buscou focar a análise de estratégias de enfrentamento das dificuldades encontradas no cotidiano de atuação dos profissionais, na perspectiva de fortalecimento dos profissionais e de potencialização das ações por eles desenvolvidas.

O contexto atual de implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS é abordado, tendo em vista as repercussões dessas alterações para a prática profissional dos psicólogos inseridos nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS.

Desta forma, o presente estudo está organizado em quatro capítulos. O primeiro encontra-se organizado em três principais tópicos, inicialmente é realizada uma contextualização das políticas públicas de Assistência Social até o seu momento atual de implementação do Sistema Único de Assistência Social, aproximando o olhar para o cotidiano de atuação dos psicólogos e trabalhadores sociais no município de Campinas.

Na seqüência é abordada a inserção da Psicologia no campo da Assistência Social articulada com a discussão do compromisso social defendido pela Psicologia.

No tópico seguinte propomos uma definição e análise das estratégias de enfrentamento das dificuldades construídas pelos

psicólogos na atuação neste contexto. Assim, delimitamos os fenômenos do fatalismo e da impotência como um dos principais marcos na prática dos profissionais na Assistência Social e buscamos uma interlocução com a teoria da subjetividade de Gonzalez Rey e a psicologia da libertação de Martin-Baró, na proposição de enfrentamento e superação desta condição. O conceito de fortalecimento proposto por Montero constitui uma categoria fundamental nessa perspectiva. Em seguida, ainda nesse capítulo são apresentados os objetivos da pesquisa.

O segundo capítulo apresenta a escolha metodológica, com a caracterização do contexto de pesquisa e dos participantes, com a definição das fontes de dados e dos procedimentos para a realização da pesquisa.

A construção da informação constitui o terceiro capítulo, em que apresentamos e discutimos as principais análises da pesquisa.

Por fim, no quarto capítulo são apresentadas as considerações finais e finalmente são apresentadas as referências bibliográficas e os anexos.

JUSTIFICATIVA

Uma pesquisa abre novos campos de idéias e informações, nova possibilidade de produção de conhecimento e novos questionamentos sobre uma determinada realidade. Por isso, é a partir de minha dissertação de Mestrado “Sentidos subjetivos da prática profissional de psicólogos comunitários num espaço institucional” (Senra, 2005) que delineamos as questões para o presente estudo, que reflete também uma prática profissional de dez anos na área da Assistência Social.

Trabalho na Secretaria de Assistência Social¹ do município de Campinas desde julho de 1997, como psicóloga concursada. Ao longo deste tempo atuei no Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima - PGRFM por um ano (1997 a 1998), no Serviço de Atenção à Família - SAF por cinco anos (1998 a 2003) e desde então na Coordenadoria Regional de Assistência Social SUL – CRAS- Sul.

Minha atuação no Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima-PGRFM marca o início de minha prática profissional, uma vez que era recém-formada (1996) em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi meu primeiro contato com a realidade da pobreza enquanto profissional.

O PGRFM² foi implantado em março de 1995 pelo governo do prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, do Partido Social Democrata

¹ Desde 2005, denomina-se Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social. Em 1993 se chamava Secretaria de Promoção Social; em 1994 era Secretaria da Família, Criança e Adolescente e Ação Social; e, em 1998 se chamava Secretaria Municipal de Assistência Social (Hirata, 2006). No presente texto optamos, por razões de simplificação, em nomear somente por Secretaria de Assistência Social

² Lei nº 8261 de 06/01/1995.

Brasileiro (PSDB), que tinha como prioridade a implantação da rede municipal de proteção à criança e ao adolescente preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente e o sistema descentralizado e participativo, conforme determina a Lei Orgânica de Assistência Social (Hirata, 2006).

O PGRFM em Campinas estava baseado no repasse de subsídio financeiro para as famílias³, que em contrapartida participavam mensalmente de grupos sócio-educativos desenvolvidos por uma dupla de psicólogo e assistente social. O acompanhamento psicossocial⁴ abrangia também atendimentos individuais e entrevistas domiciliares e cada dupla acompanhava cerca de 225 famílias, distribuídas em 15 grupos compostos de 15 representantes de famílias. De forma marcante, este modelo influenciou o atendimento da Assistência Social no município.

Durante minha experiência no PGRFM não atuei em dupla com assistente social, pois não havia a possibilidade de contratação deste profissional naquele período. A mudança para o Serviço de Atenção à Família – SAF ocorreu, por minha escolha, com a abertura de vagas de remanejamento dentro da Secretaria de Assistência Social. A experiência no PGRFM despertou o interesse em um trabalho estreito com as famílias, rotuladas como “mais complicadas”, na busca da oportunização de espaços de diálogo e de potencialização destas pessoas.

³Os critérios definidos em 1995 eram: famílias pobres, com filhos de zero a 14 anos, residentes em Campinas há 02 anos e renda per capita inferior ao valor de R\$35,00 (trinta e cinco reais). Alterações na lei em 1998 e 1999 modificaram o limite de idade de 14 para 16 anos, o tempo de moradia para 04 anos e o valor da per capita, que ainda não foi implementado.

⁴ O termo psicossocial empregado pela Secretaria de Assistência Social limita-se ao acompanhamento em conjunto pelo psicólogo e pelo assistente social.

Muitas famílias atendidas pelo SAF haviam vivenciado o processo de abrigamento dos filhos ou perda dos mesmos para adoção, o que lhes infligia marcas profundas. Além disso, outras se organizavam em configurações familiares que fugiam aos padrões esperados pela sociedade e que exigiam novas formas de compreensão e de intervenção. Observava a importância do investimento no resgate da história destas famílias e do fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários para a ruptura de relações violentas e de culpabilização das famílias pelos profissionais.

O SAF foi criado em 1993 para o atendimento às famílias com graves conflitos em sua dinâmica familiar, como drogadição, violência doméstica, entre outros. Era um serviço centralizado⁵ e que, portanto, atendia toda a cidade. As famílias eram encaminhadas pelo Conselho Tutelar, pela Vara da Infância e Juventude e pelos programas da Secretaria de Assistência Social. O modelo de atendimento psicossocial já era desenvolvido no SAF e o atendimento era realizado também em grupos e em atendimentos individuais e domiciliares. Em minha trajetória profissional esta experiência constituiu fonte de intenso crescimento profissional e pessoal. Aprendi com os profissionais com quem trabalhei, mas, sobretudo com as famílias atendidas.

A partir de 2002, contudo, ocorreram mudanças na configuração do atendimento na Secretaria, implantadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores e em consonância com o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS (2002-2005) que apontava como diretrizes norteadoras: o

⁵ Os serviços centralizados atendem toda a cidade e demandas específicas como o abrigo para crianças, o serviço de acolhimento familiar, albergue, serviço para moradores de rua, entre outros.

trabalho em rede, a participação popular/ participação do usuário e ações de prevenção/ inversão de prioridades (Campinas, 2002).

Assim, o Programa Renda Mínima sofreu alterações que incluíram a extinção dos grupos sócio-educativos e conseqüentemente o término da obrigatoriedade de comparecimento das famílias aos grupos. Estas mudanças estavam baseadas em críticas relacionadas à concepção do Programa em Campinas, envolvendo uma discussão a respeito dos programas de transferência de renda, do impacto para as famílias e críticas realizadas pelos próprios profissionais (Campinas, 2003a).

Desta forma, os profissionais do Programa Renda Mínima em Campinas, a partir de 2002, passaram a compor a equipe da Ação Comunitária, ações que compunham o eixo “Novas relações comunitárias trabalho em rede/ sistema descentralizado e participativo de Assistência Social” (PMAS 2002-2005), cujos principais objetivos eram a construção do trabalho em rede e da intersetorialidade e o fortalecimento das relações comunitárias e autonomia das famílias e a valorização de vivências coletivas (Campinas, 2002).

Em 2003, com a extinção do Serviço de Atenção à Família, seus profissionais foram alocados nas Coordenadorias Regionais de Assistência Social-CRAS, com a transferência do atendimento realizado para as equipes das cinco regiões da cidade, que nesta ocasião desenvolviam seus trabalhos e projetos na Ação Comunitária.

Minha transferência para a Coordenadoria Regional de Assistência Social – SUL ocorreu de forma compulsória após a extinção do SAF em 2003, ainda na gestão do Partido dos Trabalhadores. Embora

concordasse com a extinção do Serviço, não houve a possibilidade de escolha do novo local de trabalho. Passei, assim, a integrar a equipe de Ação Comunitária da região Sul, dando continuidade ao atendimento às famílias, mas de forma descentralizada e com foco em uma determinada microrregião. Tais alterações seguiam as diretrizes do projeto de governo então vigente e do PMAS (2002-2005).

Para a Psicologia, a implantação do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima em Campinas, significou a abertura de novos campos de trabalho e maior inserção no Poder Público. Em 1996, houve a contratação de assistentes sociais e psicólogos por meio de concurso público para composição das equipes do PGRFM e outros Serviços da Secretaria de Assistência Social. Houve o ingresso de 20 psicólogos para atuação nas cinco regiões da cidade (norte, sul, leste, sudoeste e noroeste). A atuação do psicólogo no setor público no município até então era muito restrita à área da Saúde (atendimento clínico nos Centros de Saúde).

A Psicologia, no entanto estava presente anteriormente na Secretaria de Assistência Social, porém de forma muito discreta e com atuação em programas específicos, como por exemplo, no abrigo municipal para crianças e adolescentes.

Campinas e Distrito Federal foram pioneiros na implantação do Programa no país e “muitos programas implementados basearam-se no modelo campineiro” (Hirata, 2006; p.35). Esta inserção dos psicólogos trouxe consigo muitas dificuldades e muitos desafios, relacionados principalmente à prática profissional e à própria formação em Psicologia,

historicamente com pouca ênfase em Psicologia Social, privilegiando uma formação elitista em clínica (consultórios particulares).

Neste período, os profissionais do PGRFM contavam com espaços mensais de supervisão dos atendimentos e de integração das equipes. Os profissionais que fizeram parte desta história contribuíram para a construção do lugar do psicólogo no cenário da Assistência Social, com questionamentos a respeito do papel do psicólogo e das características de sua atuação.

Uma das principais dificuldades apontadas pelos profissionais da Secretaria de Assistência Social, tanto psicólogos como assistentes sociais, refere-se justamente a estas mudanças que ocorrem de acordo com o grupo político que se encontra no governo municipal, predominando questões políticas (partidárias) e administrativas no desenvolvimento das ações (Senra, 2005).

Projetos e programas são encerrados obedecendo a interesses político partidários, com pouca implicação dos profissionais responsáveis pelo desenvolvimento das ações. Na maioria das vezes, o trabalho desenvolvido é encerrado e a experiência, quer seja em seus aspectos positivos e/ou negativos, é descartada para posteriormente em algumas situações ser retomada uma ação semelhante, desconsiderando, contudo a experiência anterior.

É importante observar que a Assistência Social vem se consolidando enquanto política pública situada em dois principais marcos. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 203 determina:

“A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I- a

proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II- o amparo às crianças e adolescentes carentes; III- a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV- a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei” (Brasil, 1988).

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS-1993) regulamenta a Constituição e traz a concepção de Assistência Social como política social pública (Brasília, 2004).

A Constituição delimita o âmbito das ações da Assistência Social, restringindo-as a determinados segmentos populacionais (“a quem dela necessitar”) (Campinas, 2002). Por sua vez, a LOAS tem como um de seus princípios a universalização dos direitos sociais.

Os avanços, portanto, são necessários, decorrentes do processo de discussão na área. Isto traz, porém, implicações diretas quanto à necessidade de mudanças no desenvolvimento das ações de acordo com as diretrizes da política pública.

Contudo, mais que as mudanças políticas, a forma como as alterações são implantadas produzem reflexos na ação dos profissionais, com posturas diferenciadas no enfrentamento dos desafios da prática profissional na Assistência Social neste contexto.

Em minha dissertação de Mestrado (Senra, 2005) relato os diferentes sentidos subjetivos para os psicólogos inseridos em uma mesma prática profissional. Observo assim, profissionais que assumem uma postura de apatia e desânimo frente a estas mudanças constantes,

de acordo com os interesses políticos do grupo que se encontra no poder. Outros adotam uma postura de alienação, acrítica da realidade, em que paralisam o investimento em novas ações e submetem-se muitas vezes a um praticismo, o cumprir tarefas sem questionamentos. Há ainda aqueles que adoecem, são afastados de seu cotidiano de trabalho, outros que assumem uma postura fatalista diante de questões estruturais da nossa sociedade. E ainda aqueles que buscam estratégias de defender princípios mais claros de avaliação e de continuidade de seus projetos e atendimentos, preservando a capacidade criativa mesmo em um cenário adverso de prática profissional.

Segundo Gonzalez Rey (2004a, p.149):

“o indivíduo em sua vida social tem duas opções: subordinar-se às várias ordens que caracterizam a institucionalização dos espaços em que se desenvolve ou gerar alternativas que lhe permitam opções dentro de sua socialização nesses espaços”.

As diferentes formas de encarar o cotidiano de trabalho constituem para mim fonte de questionamentos acerca das possibilidades de enfrentamento da realidade adversa do cotidiano de atuação e da definição de posturas muitas vezes contraditórias em uma mesma realidade de prática profissional. Ademais, o interesse também se volta para a possibilidade de fortalecimento e potencialização de características que apontam para a busca de superação das dificuldades e para o incremento da crítica e do questionamento da atuação, por meio do debate coletivo. Entendo, no entanto, que independente do impacto produzido nos profissionais há sempre um posicionamento político

assumido pelos mesmos, pois como afirma Contini (2003, p.307) “não existe uma prática profissional *neutra* ou *ingênua*; existe sim, um projeto de sociedade que sustenta determinadas ações dentro de um contexto histórico”. Sendo assim, mesmo os profissionais que pretendem manter-se distante do debate e do enfrentamento de idéias estão, na verdade, reforçando e perpetuando as relações hegemônicas da sociedade.

Os profissionais muitas vezes experimentam sentimentos contraditórios em sua prática, baseados na percepção do papel que desempenham: servidor público, representante do Poder Público e representante da defesa dos direitos (não providos pelo Estado) da população excluída socialmente. Montañó (2006, p.142) explicita esta tensão ao afirmar que:

“as políticas sociais constituem instrumentos de intervenção estatal funcionais ao então projeto hegemônico do capital (produtivo), embora tensa e contraditoriamente representem conquistas das classes trabalhadoras e subalternas”.

Esta contradição é vivenciada diretamente pelos profissionais e por isto reflete uma prática profissional que é essencialmente política (Montañó, 2006).

Entretanto, uma prática sem este tipo de reflexão, a respeito do projeto profissional e da conjuntura atual da sociedade, torna-se alienada e descontextualizada da realidade de intervenção da Assistência Social. Neste sentido, segundo Montañó (2006, p.145):

“A falta de visão de tal situação certamente vem para reforçar (inclusive de forma inconsciente) a situação existente e os interesses das classes dominantes

que (direta ou indiretamente) se apresentam como empregadoras do profissional)”.

Os profissionais, contudo, sempre apontaram a ausência de espaços coletivos para reflexão dos aspectos relacionados à prática, com baixo investimento no trabalho de equipe e em capacitação profissional.

Dessa forma, a tensão também existente entre psicólogos e assistente sociais não é abordada e pode ser observada pelo conflito na definição de papéis (limites e especificidades das atuações) e no trabalho interdisciplinar.

Luz (2006), em sua dissertação, destaca a formação clínica dos psicólogos e o elitismo como uma das dificuldades para o desenvolvimento das ações, mas pontua sobretudo as diferenças de visão de mundo e de valores entre os profissionais da Secretaria de Assistência Social. Estas diferenças seriam geradoras de conflitos no cotidiano de trabalho. Gonzalez Rey (2004a, p.174) assinala que “um dos maiores problemas das instituições atuais é a impossibilidade de assimilar em sua riqueza as lógicas diferenciadas dos sujeitos que se integram a elas”.

Os profissionais sentem-se pouco valorizados independente da qualidade do trabalho desenvolvido e assumem uma postura de descrédito em relação às propostas institucionais. As propostas da Secretaria e da política pública de Assistência Social são tomadas como algo externo, pronto, imutável totalmente dissociado dos profissionais e de seu cotidiano de atuação. Há um esmaecimento de posicionamentos

críticos e questionadores e uma desvinculação dos profissionais do debate e da elaboração de políticas públicas.

A inserção da Psicologia na área da Assistência Social no setor público ainda é recente no país e traz inúmeros desafios para a profissão. O rompimento com o elitismo profissional e uma formação mais contextualizada com a realidade da população são alguns. A contradição do papel a ser desempenhado pelo psicólogo no serviço público de assistência social e a ausência de debate e crítica a respeito desta atuação produzem reações diversas no cotidiano da prática profissional.

Ao psicólogo não basta assumir um discurso de compromisso social, é necessário refletir sobre esta prática social, seu caráter político e desenvolver estratégias de intervenção para além dos modelos teóricos tradicionais da Psicologia e que venham ao encontro das necessidades e demandas da população socialmente excluída. É necessário buscar estratégias de enfrentamento com o objetivo de minimizar o impacto das mudanças políticas e das tensões existentes nesta atuação.

É neste cenário que ocorre, a partir de 2005, a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS na Secretaria de Assistência Social em Campinas. As equipes novamente passam por uma reestruturação do trabalho. Os profissionais das equipes da Ação Comunitária integram agora os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS⁶ e os Distritos de Assistência Social⁷, no atendimento da proteção social básica e especial, conforme preconiza o SUAS. Além

⁶ A sigla existente em Campinas (CRAS - Coordenadoria Regional de Assistência Social) coincide com a proposta do SUAS.

⁷ Seguem a nomenclatura da Secretaria Municipal de Saúde, organizada em 05 Distritos, responsáveis pelas unidades básicas de saúde.

disso, por opção dos gestores municipais, a equipe de profissionais do poder Público atua em “parceria” com profissionais contratados por ONG’s para a execução do principal programa do CRAS.

Importa aqui destacar que o SUAS traz a necessidade de reorganização das ações, no que concerne às diretrizes, concepções, localização dos CRAS e formação das equipes. Há um reordenamento de toda rede sócio-assistencial do município (incluindo as organizações não-governamentais) de acordo com a complexidade do atendimento. Algumas ações são, novamente, retomadas no planejamento do trabalho, como grupos sócio-educativos e atendimento especializado às famílias.

O SUAS representa uma conquista histórica, no sentido de organização das ações da Assistência Social, no entanto, este processo não pode estar descolado da realidade de quem o vivencia e o executa – os trabalhadores sociais e não pode desconsiderar a trajetória do município nas políticas de Assistência Social.

Os profissionais da área vivenciam diariamente as dificuldades no desenvolvimento das políticas públicas e os desafios no enfrentamento à exclusão social, a que é submetida a população atendida. São o elo entre a política pública e a população. Dão vida ou não ao planejamento das ações. Daí, a importância da implicação destes no processo de elaboração das políticas públicas.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/ SUAS (Brasil, 2006) aponta como uma das diretrizes para a gestão do trabalho: conhecer os profissionais que atuam na Assistência Social, caracterizando suas expectativas de formação e capacitação para

a construção do SUAS. E ainda, assume como princípio que “a qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade depende da estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS”. (Brasília, 2006; p.12) O SUAS assume assim, como um de seus eixos estruturantes a política de recursos humanos.

Acredito, portanto, que neste momento histórico de consolidação da política pública de Assistência Social seja imprescindível olhar para os profissionais e qualificar o debate (postura crítica⁸) sobre a implementação do SUAS. Faz-se necessário discutir o papel a ser desempenhado pelos psicólogos na execução da política pública de Assistência Social e construir estratégias de intervenção que institucionalmente fortaleçam os profissionais para o debate e uma atuação mais comprometida com a população.

O psicólogo, enquanto profissional da Assistência Social no setor público, deve posicionar-se como sujeito desta prática, sendo necessário assumir sua função política e social. E, isto permeia não somente escolhas e posicionamentos individuais, mas a construção coletiva de um projeto profissional ético-político comprometido socialmente.

Para tanto, espaços coletivos de debate não devem se limitar a questões operacionais, mas, devem enfrentar questões conceituais, conjunturais e dilemas/ contradições vivenciados pelos profissionais que viabilizem a articulação das equipes, visando o fortalecimento das ações desenvolvidas.

⁸ Crítica em seu sentido etimológico significa realizar um julgamento. Uma postura crítica parte do pressuposto de que “todas as ações e todos os fenômenos possuem ao menos dois lados, (...) tudo contém sua contradição, a realidade de um fato ou fenômeno não se resume a um ponto de vista apenas” (Guareschi, 2005, p. 15).

O presente estudo busca trazer contribuições para a atuação dos psicólogos na Assistência Social (hoje, no cenário do SUAS), assim como para os demais profissionais da área, refletindo sobre esta inserção profissional, e buscando a elaboração de estratégias que fortaleçam as equipes de trabalho, no sentido de superação dos momentos de turbulência (mudanças políticas) e as adversidades do contexto e que possibilitem a construção de uma prática mais próxima da população e fortalecida em seus princípios e objetivos.

Capítulo I

Fundamentação Teórica

“As teorias não são reflexos, são produções humanas que nos permitem representações possíveis do real” (Gonzalez Rey, 2005, p. 202)

O presente capítulo encontra-se organizado em três eixos, que buscam contextualizar a prática profissional do psicólogo no campo da Assistência Social. Para tanto, a política social de Assistência Social e a inserção da Psicologia neste campo de atuação são abordados, situando o impacto das mudanças políticas para as equipes de profissionais (psicólogos) no cenário atual da política de Assistência Social, a implementação do Sistema Único de Assistência Social. As estratégias de enfrentamento das dificuldades vivenciadas pelos profissionais são analisadas a partir dos principais fundamentos da Psicologia Social da Libertação.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A discussão sobre a política de Assistência Social deve ser contextualizada com os processos históricos⁹ que envolvem as ações na área. Para tanto, buscamos discutir o tema das políticas sociais, do que se trata e que tratamento tem recebido em nossa sociedade, com foco na área da Assistência Social, das políticas públicas de Assistência Social e do momento atual no Brasil de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

⁹ “Histórico é uma qualidade dos fatos, aquela qualidade que me diz que todos os fatos são passageiros, temporais, transitórios, precários, relativos, incompletos” (Guareschi, 2005, p. 15).

O principal objetivo dos tópicos é contextualizar de forma macro, numa perspectiva da sociedade em que vivemos (capitalista, neoliberal) e da realidade brasileira em relação às políticas de Assistência Social e de forma local contextualizar a prática profissional dos psicólogos na Assistência Social, na perspectiva de abertura da reflexão e do debate acerca desta atuação.

1.1- Contextualização das políticas sociais

Como ponto de partida é necessário esclarecer de que social estamos tratando. O termo é usado muitas vezes, indiscriminadamente, para se referir a múltiplos aspectos e possui ampla utilização na área da Assistência Social, referindo-se à formação dos profissionais, do Serviço Social e do psicólogo social (neste caso uma especialização do profissional¹⁰), mas também à própria prática, sendo comuns referências do tipo “isto é uma questão social” e “trata-se de uma demanda social e não de outra área, como saúde ou educação”.

Compreendemos que todo sujeito é produzido em sua relação com os espaços sociais em que vive. Nesta perspectiva, o ser humano se constrói e se constitui a partir das relações que estabelece com as pessoas (Guareschi, 2002). Falar do social é assim tratar de relações entre as pessoas, é pensar no ser humano (Guareschi, 2001) e dessa forma, o social permeia campos de atuação não restritivos à Assistência Social e pertence a toda prática profissional do psicólogo em seus

¹⁰ O Conselho Federal de Psicologia na resolução nº 5/2003 reconhece a Psicologia Social como uma especialidade em Psicologia.

diversos contextos, não somente no atendimento da população pauperizada economicamente.

Contudo, a relação intrínseca entre ser humano e os espaços sociais pode ser analisada em diferentes concepções ao longo da história de nossa sociedade e revela assim, como o social é tratado.

Guareschi (2001) esclarece que existem diferentes concepções para o social relacionadas às várias visões de mundo e que “todos nós temos uma concepção de social e defendemos uma maneira de viver em grupo, que muitas vezes não é pensada e refletida” (Guareschi, 2001, p.65). A nossa cosmovisão é sustentada por determinados valores que influenciam nosso comportamento e nossas condutas, tornando-se importante desvendá-la.

Esta reflexão possibilita também a compreensão das políticas públicas, de seus objetivos e princípios em seu contexto histórico. Guareschi (2001) exemplifica como determinada cosmovisão do social implica em uma concepção de ser humano, que determina entendimentos muito contraditórios e diferenciados para a questão.

O autor identifica três tipos cosmovisões principais. A cosmovisão liberal capitalista (descrita a seguir), a cosmovisão totalitária em que o ser humano é parte de um todo, em que “não interessa o ser humano em si, o que interessa é o grupo, a organização, a instituição, o partido, o estado” (Guareschi, 2001, p.69), há uma reificação do social e a cosmovisão comunitário-solidária em que o ser humano é visto como relação, isto é, como pessoa. Para Guareschi (2001, p.72):

“Pessoa é aquele que é um, mas só pode ser, se tem outro, necessita de outro para poder ser. É isso que é relação. Relação é aquilo pelo qual uma coisa

não pode ser, sem outra. Nós somos seres singulares, sim. Agora, a minha subjetividade, aquilo que me constitui, é o mundo todo, são todos os outros todos”.

No campo da Assistência Social, que tem como objetivo principal o trato das questões sociais, a reflexão quanto à visão de mundo dos profissionais que atuam na área torna-se imprescindível. Esta influencia a relação estabelecida com a prática, desde o posicionamento que assume (consciente ou não) em relação ao pensamento hegemônico em nossa sociedade e que se reflete diretamente em sua atuação cotidiana.

Para a discussão da política pública de Assistência Social a reflexão a respeito da cosmovisão liberal capitalista, hegemônica em nossa sociedade é fundamental.

A cosmovisão liberal capitalista concebe o ser humano como indivíduo, em uma dimensão daquele que é um, mas não tem nada a ver com o outro (Guareschi, 2001). A competitividade configura-se como valor predominante na relação entre os indivíduos. Contudo, ao longo de nossa história, as relações não foram sempre estabelecidas dessa forma, embora haja uma tendência em naturalizarmos determinadas idéias e concepções quando se tornam hegemônicas. O movimento pela história é que permite o exercício de um olhar crítico.

Da apropriação dos produtos da terra e da natureza, conforme as necessidades das pessoas ao mundo globalizado dos dias atuais ocorrem transformações profundas na relação entre as pessoas. A relação de posse (terras e pessoas) é estabelecida com o desenvolvimento da agricultura e do sistema feudal. Com a Revolução Industrial surgiu uma nova relação, a de dominação/ exploração, característica do modo de

produção capitalista, em que o dono do capital (máquinas e fábricas) contrata não mais as pessoas, mas o seu trabalho (Guareschi, 2002).

São as revoluções burguesas (revolução industrial e revolução francesa) que concretizam a passagem do sistema feudal para o capitalismo, com mudanças significativas na sociedade ocidental (Andriani e Kahhale, 2002). O processo de ascensão da burguesia, enquanto classe econômica esteve embasado nos ideais da razão, da liberdade e da individualização humana. Desta forma, mudanças históricas na relação entre o homem e seus mecanismos de subsistência possibilitaram o desenvolvimento do sistema capitalista (Andriani e Kahhale, 2002).

Os valores que embasam esta visão de mundo estão presentes na elaboração das políticas públicas sociais ao longo da história do capitalismo. As políticas sociais¹¹ estatais surgem como resposta à questão social¹² na expansão do capitalismo (Montaño, 2006). Abre-se um campo emergente de atuação, sobretudo para o profissional do Serviço Social, que “surge como implementador das políticas sociais” (Montaño, 2006, p. 142). A forma como as políticas sociais foram implementadas nos diversos países segue uma variação de acordo com as conjunturas políticas e pressões sociais (Faleiros, 1991).

¹¹ “Formas de manutenção da força de trabalho econômica e politicamente articuladas para não afetar o processo de exploração capitalista e dentro do processo de hegemonia e contra-hegemonia da luta de classes” (Faleiros, 1991, p.80).

¹² Questão social significaria “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista” (Yamamoto, 2007, p. 31).

O Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) delineado por Keynes¹³ tinha como proposta o aumento dos gastos públicos, com o fim de dar trabalho e auxílio aos desempregados (Faleiros, 1991). Com o processo de industrialização e urbanização ocorreram alterações nas condições de vida, havendo um crescimento das necessidades, principalmente da classe operária. A partir, portanto da segunda metade do século XIX surgem as primeiras políticas sociais estatais, garantindo e ampliando direitos e proteção social aos trabalhadores. Contudo, é no pós-guerra (1945-1974) que ocorre a expansão e consolidação dos Estados de Bem-Estar Social, com a necessidade de reconstrução das cidades e de garantia de condições de bem-estar aos cidadãos. Há uma ampliação das organizações sindicais e ampliação de direitos (aposentadoria, habitação, educação, saúde).

Porém, após quase 30 anos de expansão econômica o sistema capitalista ingressa em uma crise sistêmica e como nova resposta do capital a sua própria crise ganham força as idéias do projeto neoliberal. Como afirma Montaño (2006, p. 142) “a programática neoliberal representa, portanto, a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital frente à crise e às lutas de classes”.

Hayek e Friedmann, principais idealizadores do neoliberalismo criticavam o igualitarismo do auge do capitalismo promovido pelo Estado de Bem-Estar, pois o consideravam prejudicial à liberdade dos cidadãos e à vitalidade da concorrência. Argumentavam que a “desigualdade” era um valor positivo e necessário para as sociedades capitalistas (Anderson,

¹³John Maynard Keynes (1833-1946), economista inglês. Para ele era preciso uma estratégia estatal de sustentação do pleno emprego dos fatores de produção e da mão-de-obra (Faleiros, 1991).

2000). Atribuía a crise do sistema capitalista ao poder excessivo dos sindicatos, que pressionavam o Estado para o aumento de gastos sociais.

A proposta neoliberal foi manter um Estado forte, mas com foco no controle financeiro, buscando uma estabilidade monetária. Daí, a necessidade de contenção com bem-estar (Anderson, 2000). O neoliberalismo, ainda segundo este autor, representa uma reação teórica e política contra a intervenção estatal e ao Estado de Bem-Estar Social. Propõe um novo tratamento à questão social, reduzindo e até eliminando a intervenção social do estado em diversas áreas. Segundo Guareschi (2001, p.67), “o Estado está sendo cada vez mais retirado de cena, o mercado comanda, e os pobres se multiplicam em todo mundo”. Sendo assim, a responsabilidade pelas seqüelas da questão social deixa de ser exclusividade do Estado, sendo dividida com o mercado (privatização) e a sociedade civil (ação solidária, filantrópica, voluntária) (Yamamoto, 2007).

Neste contexto, as políticas sociais são privatizadas (transferidas ao mercado e/ou inseridas na sociedade civil), focalizadas (dirigidas aos setores com necessidades pontuais) e descentralizadas administrativamente (regiões pobres administrando recursos insuficientes) (Montaño, 2006).

As políticas sociais da atualidade estão intrinsecamente imbricadas com os processos históricos e as concepções acerca do papel do Estado e da sociedade no tratamento da questão social. A configuração da política de Assistência Social encontra-se vinculada a um padrão ideológico hegemônico em nossa sociedade. Tal articulação nem sempre

se revela de forma explícita, exige reflexão e crítica dos atores sociais envolvidos.

Os programas sociais, em sua maioria, considerando sua concepção, não significam uma garantia permanente e segura de direitos incontestáveis, mas representam políticas categoriais, obedecendo a critérios excludentes e burocráticos.

1.2- Breve panorama da Assistência Social no Brasil: cenário de desigualdades

No Brasil, segundo Paiva e Ouriques (2006, p. 173), “a lógica das migalhas dá o tom das políticas sociais”. De acordo com dados do IBGE¹⁴ (2006, p.66), em 2005, o percentual de recursos próprios dos municípios destinados à função assistência social, em relação ao total de recursos previstos do município, era em média, de R\$ 950 mil, por município – o que corresponde a apenas 3,1% do total do orçamento municipal.

O campo da Assistência Social, historicamente caracteriza-se por uma vulnerabilidade frente às mudanças políticas e à benesse da sociedade civil. Basta observar, por exemplo, as inúmeras mudanças de nomenclatura para se referir à Assistência Social, como Bem-Estar Social, Promoção Social, Desenvolvimento Social, entre outros.

Neste processo histórico, pode-se destacar que:

“A Assistência Social como campo de ação governamental registra no Brasil duas ações inaugurais: a primeira, em 1937, com a criação do CNSS – Conselho

¹⁴ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) consiste em um levantamento detalhado de informações referentes à estrutura e funcionamento das administrações municipais brasileiras. No ano de 2005, teve como tema os serviços públicos municipais de Assistência Social. A pesquisa, de caráter censitário e descritivo, teve como universo os 5.564 municípios brasileiros existentes no ano de 2005.

Nacional de Serviço Social; e a segunda, na década de 40 do século XX, com a criação da Legião Brasileira de Assistência, a LBA” (NOB – SUAS, 2005, p.11).

Nos âmbitos estaduais e municipais, o setor da Assistência Social esteve e em algumas localidades ainda se mantém vinculado ao Fundo Social de Solidariedade, sob o comando da primeira dama do município e invocando a caridade e a filantropia.

As políticas de Assistência Social obedeceram, portanto à lógica do assistencialismo¹⁵ em nosso país. Segundo Sposati (1985), a prática assistencialista é caracterizada por um movimento que descola o incluído dos seus pares, do seu universal, da sua situação de classe, tratando-o como um particular. Trata-se assim, de uma prática sem critérios definidos, sendo que o mérito para a entrega, para o repasse ou para a doação é estabelecido pelo profissional, sobretudo o assistente social. Cabe ao profissional, em seu poder e boa vontade constituir uma relação individualizada, que trata do “caso”¹⁶.

A Assistência Social constituiu-se historicamente como:

“(…) uma área que não foi concebida como campo de definição política dentro do universo das políticas sociais, constituindo-se num mix de ações dispersas e descontínuas de órgãos governamentais e de entidades assistenciais que, gravitando em torno do Estado, construíram relações ambíguas e contraditórias” (Degenszajn, 2006, p.5).

¹⁵ “Prestação de uma ajuda arbitrária, inconstante e vinculada a relações personalizadas entre aquele que 'dá' e aquele que 'recebe', com ênfase na subordinação do ato de receber” (Faleiros, 1991, p.68).

¹⁶ Terminologia ainda utilizada na prática profissional para se referir à situação, por exemplo, de uma família, remetendo ao termo discussão de caso.

Dessa forma, além das marcas do assistencialismo, as políticas públicas de Assistência Social caracterizaram-se, em nosso país, por sua descontinuidade e reformulações vinculadas ao caráter político impresso nas gestões públicas.

O contexto de atuação da Assistência Social no Brasil é de profundas marcas de desigualdade social. Como pontua Freitas (2005), o crescimento da periferia nas cidades não foi acompanhado da oferta de serviços básicos para essas populações, o que gera uma precarização da vida cotidiana.

Segundo Yamamoto (2007, p. 32), “o impacto do programa neoliberal no plano social em nações como as latino-americanas (...) tende a acentuar as desigualdades e aprofundar o quadro de miséria social”.

É recente a formulação de propostas que buscam a superação de um padrão assistencialista e o desenvolvimento das ações numa perspectiva de consolidação de uma política pública para a Assistência Social.

Como principais marcos legais na área da Assistência Social no Brasil podemos destacar a Constituição Federal de 1988 (reconhece a Assistência Social como dever do Estado), a Lei Orgânica de Assistência Social (1993), a Política Nacional de Assistência Social (2004) e o Sistema Único de Assistência Social (2005).

De acordo com Norma Operacional Básica NOB – SUAS (2005b, p.11):

“A Constituição de 1988 inaugurou novas perspectivas com: a unidade nacional da política de Assistência Social e não só federal; seu reconhecimento

como dever de Estado no campo da seguridade social e não mais política isolada a complementar a Previdência Social, com papel público pouco ou nada definido; o caráter de direito de cidadania e não mais ajuda ou favor ocasional e emergencial; a organização, sob o princípio da descentralização e da participação, rompendo com a centralidade federal e a ausente democratização da sua gestão sob o âmbito governamental”.

A Lei Orgânica de Assistência Social (1993) “preconiza que a gestão da política e a organização das ações devem ser articuladas em um sistema descentralizado e participativo” (Brasil, 2005b, p. 12).

A política social de Assistência Social no Brasil segue um percurso em direção à universalização do acesso aos serviços sociais, em um movimento que visa a ruptura com o assistencialismo e com a segmentação do “quem dela necessitar”.

Contudo, “a informação sobre a oferta de serviços de assistência social no Brasil é escassa e dispersa” (IBGE, 2006, p.15). Não existem levantamentos ou pesquisas regulares que identifiquem as instituições que prestam esses serviços. “A maioria das pesquisas concentra-se em aspectos relacionados a indicadores sociais de determinados grupos populacionais ou áreas geográficas” (IBGE, 2006, p. 15).

A elaboração da Política Nacional de Assistência Social em 2004 buscou a elaboração de uma proposta nacional para a área, tendo em vista a diversidade de experiências nas políticas públicas de Assistência Social em todas as esferas. Busca assegurar uma unidade de concepção em todo território nacional.

Diante deste panorama, observa-se nos últimos anos um aumento no número de programas de transferência de renda no Brasil, tanto no

âmbito federal como estadual e nos municípios. São programas que realizam o repasse de subsídio financeiro para famílias e jovens por um determinado período de tempo. Porém, há de se questionar mais uma vez, a que interesses estes programas atendem, pois como pontuam Paiva e Ouriques (2006, p. 174): “o risco de se atuar na lógica do ajustamento de comportamentos individuais não é pequeno, haja vista o esforço em empreender e divulgar as chamadas condicionalidades para que as famílias tenham acesso aos benefícios”.

A Assistência Social mantém-se enquanto um campo de muitas contradições e desafios na implantação de uma política pública única para um país tão desigual. Além disso, ao passo que os marcos legais da Assistência Social buscam a universalização, os programas de transferência de renda dos governos caminham em rumo contrário, fortalecendo a lógica das condicionalidades e da segmentação do público alvo.

1.3- Sistema Único da Assistência Social – SUAS: momento atual

A Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004) é operacionalizada por intermédio do SUAS e pretende consolidar a Assistência Social enquanto política pública em seu caráter de política de proteção social¹⁷. Diretrizes e princípios únicos norteiam as ações em todo país. A Política Nacional de Assistência Social reafirma princípios da

¹⁷Proteção social são formas “institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros” (Brasil, 2004, p.25). A política de proteção social significa garantir a todos, que dela necessitam e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção (Brasil, 2004). Di Giovanni (apud Degensajn, 2006) afirma que o sistema de proteção social decorre de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, as privações.

LOAS, sistematiza principais conceitos e organiza as ações de acordo com a complexidade dos atendimentos.

Sposati (apud Degenszajn, 2006) ressalta que desde a I Conferência Nacional de Assistência Social em 1995 foram expressas as propostas e deliberações para instituir um sistema único da Assistência Social. É somente a partir de 2004 com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social que o movimento de formulação de um sistema nacional foi retomado.

O SUAS possui como diretrizes: a descentralização político-administrativa, o controle social, a primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social e a centralidade na família.

A descentralização político-administrativa/ territorialização pretende superar práticas segmentadas, fragmentadas e focalizadas, buscando “olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, (...)” (Brasil, 2004, p.38). Esse princípio busca a universalização da proteção social, rompendo com a segmentação histórica na Assistência Social e demanda mudanças na gestão das instituições (diagnóstico, metodologia), tornando-se necessário “(...) constituir uma forma organizacional mais dinâmica, articulando as diversas instituições envolvidas” (Brasil, 2004, p.42).

Dessa forma, competências são estabelecidas para cada uma das esferas de governo; ao governo federal compete a coordenação e formulação das normas gerais e aos estados, Distrito Federal e municípios a coordenação e execução dos programas.

O controle social refere-se à efetivação da participação popular, principalmente por meio da participação em conselhos e conferências.

A primazia do Estado define a relação com a sociedade civil na condução da política de Assistência Social enquanto “(...) parceira, de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social” (Brasil, 2004, p.45).

A matricialidade sócio-familiar significa a família como centralidade nas ações da política de Assistência Social, por ser “mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida” (Brasil, 2004, p.35).

A política de Assistência Social entende que deve pautar-se nas necessidades das famílias, uma vez que para cumprir sua função de proteção e cuidado dos seus membros, precisa também ser cuidada e protegida.

As ações de proteção social são desenvolvidas de acordo com a complexidade dos atendimentos e classificadas por níveis de proteção, como básica e especial, sendo esta de média e alta complexidade. As ações são prestadas em unidades denominadas Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS.

A proteção social básica tem como objetivos “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 2004, p.27).

A unidade de referência para as ações da proteção social básica são os CRAS, que consiste em “um equipamento social público capaz de garantir a atenção integral às famílias em determinado território” (Brasil, 2006b, p.6) e devem estar localizados em território de vulnerabilidade social. São considerados a porta de entrada para os serviços da Assistência Social. Os CRAS organizam e coordenam a rede de serviços socioassistenciais locais da política de Assistência Social.

Cada unidade deve contar com uma equipe de profissionais, composta por coordenador (01), assistentes sociais (02), psicólogo (01), profissional de nível superior (01), estagiários (06) e auxiliar administrativo (02).

No CRAS são desenvolvidas as ações do Programa de Atenção Integral à família – PAIF, que constitui o principal programa de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (Brasil, 2006b). Os serviços e ações deste Programa segundo os princípios do SUAS não podem ser terceirizados.

Os serviços de proteção social especial de média complexidade atendem famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Caracterizam ações de média complexidade as desenvolvidas em serviços e programas de orientação e apoio sociofamiliar, plantão social, abordagem de rua, cuidado no domicílio, habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e medidas socioeducativas em meio aberto.

São atendidos pelos serviços de proteção especial de alta complexidade famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou

em situação de ameaça e que necessitam ser retirados do seu núcleo familiar e/ou comunitário (Brasil, 2004). Englobam os serviços de abrigos, de família substituta e acolhedora e de medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade.

Os conceitos propostos pelo SUAS necessitam de um debate mais aprofundado por parte dos profissionais que executam a política de Assistência Social e de um olhar crítico acerca de suas implicações na prática profissional.

O conceito, por exemplo, de proteção social é no mínimo desafiador quando discutimos a realidade de desigualdade social que assola nosso país. Deparamo-nos cotidianamente com o impasse da implantação de uma política de proteção social em um contexto extremamente excludente.

A proteção social destinada à população em situação de vulnerabilidade social¹⁸, como preconiza o SUAS, exige uma discussão aprofundada do que atribuímos ao próprio conceito de vulnerabilidade, uma vez que os documentos oficiais da Política Nacional de Assistência Social e do SUAS referem-se em determinados momentos a uma vulnerabilidade da pessoa e em outros à vulnerabilidade do território. Entendemos como necessária a diferenciação entre estes dois usos, pois a situação familiar e das pessoas do território requer indicadores mais apurados e qualitativos das subjetividades presentes.

¹⁸ A proteção social básica “destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social” (Brasil, 2005b, p. 20). Degenszajn (2006) também aponta os mesmos fatores como configuradores de situações de risco e vulnerabilidade social. O CFP (2007a, p.23) pontua que “intervir em situações de vulnerabilidades, dentro da Assistência Social, implica diretamente em promover e favorecer o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos, oportunizando o empoderamento da pessoa, dos grupos e das comunidades”.

Por outro lado, a matricialidade sociofamiliar pode significar em uma prática de culpabilização das famílias ao não cumprirem com sua função de proteção social, desconsiderando a ausência histórica de investimentos públicos nas regiões mais empobrecidas economicamente das cidades. Torna-se imprescindível manter a conexão entre as diferentes responsabilidades dos diversos atores no contexto de uma política pública de Assistência Social.

São concepções que dão sustentação às propostas da Política de Assistência Social em nosso país. É necessário refletir a respeito das implicações da natureza destas concepções para o atendimento à população e para a prática profissional. Mas, sobretudo, é necessário refletir também sobre o projeto de sociedade concebido por esta política, o que há nela de transformador e de conservador do *status quo*.

1.4- Implementação do SUAS em Campinas

Neste tópico, pretendemos expor em linhas gerais a implantação dos CRAS e discutir os principais desafios nesse processo no município de Campinas.

A organização das ações do SUAS em Campinas obedecem aos critérios definidos pela PNAS (Brasil, 2004) e NOB-SUAS (Brasil, 2005b), sendo o município considerado uma metrópole¹⁹ e possuindo gestão plena²⁰ dos recursos públicos.

¹⁹“Municípios com mais de 900.000 habitantes (...). Para além das características dos grandes municípios, as metrópoles apresentam o agravante dos chamados territórios de fronteira, que significam zonas de limites que configuram a região metropolitana e normalmente com forte ausência de serviços do Estado” (Brasil, 2004, p. 40).

De acordo com a NOB-SUAS (Brasil, 2005b), portanto Campinas e neste caso a Secretaria de Assistência Social enquanto gestora pública tem as seguintes responsabilidades:

- identificar e reconhecer as entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social que atendem aos requisitos da NOB-SUAS;
- ampliar o atendimento dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social voltados para as situações de abuso, exploração e violência sexual;
- manter atualizadas as informações dos subsistemas e aplicativos da Rede SUAS;
- inserir no Cadastro Único as famílias em situação de vulnerabilidade e risco;
- participar da gestão do BPC (Benefício de Prestação Continuada);
- executar programas de inclusão produtiva e promoção do desenvolvimento das famílias;
- instalar e coordenar o sistema municipal de monitoramento e avaliação e estabelecer indicadores de todas as ações da assistência social;
- apresentar o relatório de gestão como forma de prestação de contas;
- implantar programas de capacitação de gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviços;
- prestar serviços de proteção social especial;

²⁰ “Nível onde o município tem a gestão total das ações de assistência social, sejam elas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social mediante repasse fundo a fundo, ou que cheguem diretamente aos usuários, ou, ainda, as que sejam provenientes de isenção de tributos em razão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEAS” (Brasil, 2005b, p. 25).

- estabelecer pacto de resultados com a rede prestadora de serviços (Brasil, 2005b).

A partir disto, a Secretaria de Assistência Social, desde 2005, para a implantação das ações de proteção social básica, realizou diagnóstico regionalizado com indicadores de levantamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, pela Secretaria Municipal de Habitação, pela própria Secretaria Municipal de Assistência Social, pelos Conselhos Tutelares e pelos resultados do Mapa da Exclusão/ Inclusão de Campinas (Campinas, 2003b).

Tendemos a apontar que não existem pesquisas específicas referentes às ações já desenvolvidas pela Secretaria de Assistência Social e que avaliem os resultados das propostas elaboradas pelos Serviços. Existem relatórios anuais de gestão da própria Secretaria que informam sobre os atendimentos realizados e desafios enfrentados para o desenvolvimento do trabalho. A área da Assistência Social no âmbito municipal ainda carece da construção e sistematização de indicadores sociais e de avaliação dos impactos das políticas públicas de Assistência Social desenvolvidas na cidade. Tal desafio é apontado como um dos eixos estruturantes do SUAS, que é o de monitoramento e avaliação das ações.

Em Campinas, o SUAS inicia sua implementação em 2005, no governo do PDT²¹. Quanto às ações de proteção social básica, os três primeiros CRAS são criados: na região Noroeste (Satélite Íris), na região Leste (São Quirino) e na região Sul (Campo Belo). As equipes eram

²¹ O Partido Democrático Trabalhista assume o governo municipal com a eleição do prefeito Hélio de Oliveira Santos no final de 2004.

constituídas, nesta época, apenas por servidores públicos e não eram completas conforme determina o SUAS²² pela defasagem de profissionais na Secretaria de Assistência Social.

Em 2005, o Ministério de Desenvolvimento Social disponibilizou recursos para a criação de novos CRAS no município, considerando o seu porte e a gestão plena. Além dos três CRAS já existentes a Secretaria apontou a necessidade de implantação de outros cinco, porém o MDS disponibilizou recursos para implantação de mais oito CRAS. A Secretaria Municipal de Assistência Social concordou com essa ampliação e o município totaliza atualmente onze CRAS²³ para o desenvolvimento das ações em proteção social básica.

A escolha dos territórios para a implantação dos CRAS encontra-se embasada em vários indicadores como apontado acima e foi realizado com as equipes das cinco regionais de Assistência Social no município.

Segundo a Secretaria de Assistência Social (Campinas, 2007) alguns dos seguintes desafios podem ser elencados no que se refere à proteção social básica no município:

- reposição do quadro de servidores exonerados e/ ou aposentados;
- realização de concurso público;
- adequação da estrutura física com reformas e ampliações;
- construção de 03 novos espaços para os CRAS;
- informatização dos serviços e implantação do Cadastro Único;

²² O Guia de Orientação Técnica – SUAS nº 1 – Proteção social básica (Brasil, 2005a) estabelece a necessidade de 02 psicólogos para a composição dos CRAS (metrópole). Já a NOB – RH/ SUAS (Brasil, 2006a) define 01 psicólogo compondo a equipe dos CRAS.

²³ Região Norte: CRAS Vila Régio e CRAS Espaço Esperança; Região Leste: CRAS Nilópolis e CRAS Flamboyant; Região Sul: CRAS Campo Belo e CRAS Bandeiras; Região Noroeste: CRAS Satélite Íris e CRAS São Luiz; Região Sudoeste: CRAS Vida Nova, CRAS Profilurb e CRAS Campos Elíseos.

- construção de instrumental para acompanhamento da efetividade das ações dos CRAS (NEPP/ UNICAMP);
- efetivar a vigilância social nos territórios;
- capacitação das equipes em metodologias de trabalho coletivo;
- melhorar a comunicação com os demais atores dos territórios e com os usuários;
- complementar os fluxos de referência e contra-referência com os demais níveis de proteção (Campinas, 2007).

A implementação do SUAS em Campinas encontra desafios que exigem enfrentamento da gestão pública e dos profissionais para a organização das ações. Muitos destes desafios não são novos, não surgiram com a implementação do SUAS, mas integram um percurso histórico da Assistência Social no município. Tal ressalva é necessária, pois algumas dificuldades podem ser situadas como desafios, quando, na verdade, estão postas há anos como obstáculos para o desenvolvimento do trabalho pelos profissionais, como por exemplo, a capacitação de profissionais e a reposição do quadro de funcionários com a realização de concurso público.

Com relação à composição das equipes dos CRAS, no que tange aos profissionais de nível universitário, a Secretaria de Assistência Social estabeleceu parceria com ONG`s, por intermédio do processo de co-financiamento²⁴ deliberado no Conselho Municipal de Assistência Social, na contratação de recursos humanos apoiada no impeditivo legal do limite

²⁴ Em Diário Oficial do Município de 03/01/2008 foi publicada a relação de entidades co-financiadas na rede executora da Assistência Social. Esta publicação, contudo não explicita as alterações propostas no desenvolvimento das atividades dos CRAS.

prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (Campinas, 2007). Segundo a PNAS (Brasil, p.47):

“De acordo com a diretriz da descentralização e, em consonância com o pressuposto do co-financiamento, essa rede (*rede socioassistencial*) deve contar com a previsão de recursos das três esferas de governo, em razão da corresponsabilidade que perpassa a provisão da proteção social brasileira. O financiamento deve ter como base os diagnósticos socioterritoriais apontados pelo Sistema Nacional de Informações de Assistência Social que considerem as demandas e prioridades que se apresentam de forma específica, de acordo com as diversidades e parte de cada região ou território, a capacidade de gestão e de atendimento e de arrecadação de cada município/região, bem como os diferentes níveis de complexidade dos serviços, através de pactuações e deliberações estabelecidas com os entes federados e os respectivos conselhos”.

Historicamente no município não houve uma tentativa de trabalho integrado dessa forma (composição da mesma equipe) entre Poder Público e ONG. As ações na Assistência Social sempre buscaram uma interlocução com as ONG's, por meio dos Fóruns Intersetoriais e discussões nos diversos Conselhos Municipais (como o de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente), mas a partir dessa parceria em 2005 tornou-se fundamental o investimento na integração desses profissionais.

Quanto às ações de média complexidade, a Secretaria também realizou parceria com ONG's para atendimento da demanda já existente nos CRAS e de órgãos como Conselho Tutelar e Vara da Infância e Juventude. O município implantou um CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social no início de 2008.

O atendimento de proteção especial em alta complexidade é realizado pelos serviços já existentes na Secretaria de acordo com o segmento de atendimento da população, a saber, o abrigo para crianças e adolescentes, abrigo para mulheres vítima de violência, albergue municipal e programa de acolhimento familiar. A rede de alta complexidade engloba ainda os serviços das ONG`s relacionados à demanda específica deste nível de proteção social.

Contudo, existem dificuldades no desenvolvimento de um trabalho conjunto entre Poder Público e ONG's na proteção social básica, sobretudo pela não equiparação salarial e de carga horária entre servidores públicos e profissionais contratados, o que muitas vezes tem gerado uma rotatividade de profissionais, dificultando o desenvolvimento das ações.

A própria opção em firmar "parcerias" com ONG`s mantém a situação de precarização do quadro de servidores públicos.

Além disso, até 2007 os profissionais do Poder Público e das ONG's desenvolviam as mesmas ações dentro dos CRAS. A partir do co-financiamento no início de 2008, as ações foram redefinidas, de forma que aos profissionais do Poder Público coube à execução do Acolhimento e Referenciamento do CRAS e aos profissionais contratados pelas ONG`s à execução das ações do PAIF. Essa nova organização de trabalho trouxe sérios impactos para a prática profissional com conseqüente segmentação das ações e terceirização do principal programa desenvolvido nos CRAS.

Por fim, a organização das ações por níveis de complexidade impõe o desafio de articulação dos atendimentos em proteção social básica e especial. O estabelecimento de fluxos de encaminhamentos entre as diversas proteções poderá reforçar o processo de fragmentação das ações, característica das políticas de Assistência Social até então. Dessa forma, há uma fragmentação do atendimento à família, à proteção social cabe uma parte do atendimento e à proteção social especial outra, não havendo a necessária interlocução entre as diversas ações, culminando com o deslocamento das famílias para diversos equipamentos públicos de acordo com as especificidades das ações.

2- ASSISTÊNCIA SOCIAL E PSICOLOGIA

A atuação do psicólogo na área da Assistência Social no setor público pode ser considerada recente ainda no Brasil e impõe inúmeros desafios aos profissionais, tendo em vista o cenário de profundas desigualdades sociais em nosso país e o distanciamento histórico da Psicologia com as questões sociais. Refletir sobre esta prática profissional implica em uma análise da inserção da Psicologia no campo da Assistência Social, contextualizando o momento atual de implementação do SUAS e do movimento de compromisso social emergente na Psicologia nas últimas duas décadas.

2.1- Inserção da Psicologia na Assistência Social

Historicamente, a Psicologia tem se prestado a categorizar, instrumentalizar e fragmentar o ser humano, atendendo os interesses dominantes em nossa sociedade.

Bock (2003) aponta três aspectos do caráter ideológico da Psicologia e que acompanham as práticas profissionais, favorecendo o sentido acima exposto. Primeiro, a naturalização do fenômeno psicológico, resultando em uma concepção de universalidade do fenômeno psíquico, o que distancia a Psicologia da realidade social. Destaca também que “os psicólogos não têm concebido suas intervenções como trabalho” (Bock, 2003, p.21), descolando dessa maneira a prática profissional dos interesses sociais e das disputas políticas da sociedade. Por fim, ressalta que a Psicologia tem concebido

as pessoas como responsáveis pelo seu desenvolvimento, descartando o papel da sociedade e compreendendo o fenômeno psicológico a partir do próprio homem.

Tais aspectos tornam-se indispensáveis em uma análise crítica da inserção do psicólogo na área da Assistência Social. Partir de princípios como os predominantes historicamente na Psicologia redundam em uma prática conservadora e superficial diante da realidade da população atendida pelas políticas públicas de Assistência Social.

Além disso, cabe uma análise da recente presença da Psicologia nos setores públicos da Assistência Social. Isto se revela nas pesquisas realizadas (Botomé, 1979; CFP, 1988; CRP-SP, 1995) que traçam um perfil da atuação do psicólogo, com predominância em consultórios particulares, demarcando o elitismo da profissão. Mello (1975) em estudo publicado no início da década de setenta, realiza uma crítica aos rumos da profissão, apontando que a Psicologia pela natureza de seu conhecimento deveria ser “muito mais que uma atividade de luxo” (p.109).

Campos (1983) afirmava que as contingências do mercado de trabalho estariam “empurrando” o psicólogo para as classes subalternas e que esta migração exporia as insuficiências teórico-técnicas da Psicologia tradicional.

Estes estudos pontuaram, portanto o elitismo da profissão, com a prática do psicólogo restrita aos bolsões de riqueza do nosso país, tornando inacessível o atendimento psicológico a maior parte da população.

O Conselho Federal de Psicologia reconhece que “a despolitização, a alienação e o elitismo marcaram a organização da profissão e influenciaram na construção da idéia de que o (a) psicólogo (a) só faz Psicoterapia” (Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social, 2007, p.20).

Dados mais recentes de uma pesquisa solicitada pelo Conselho Federal de Psicologia (IBOPE, 2004) indicam que 55% dos participantes informaram que sua atividade principal era “atendimento clínico individual ou em grupo” e 53% que seu local de trabalho é o consultório particular (41%) e clínica (12%). Exercem suas atividades em políticas públicas de saúde, segurança ou educação 11% dos entrevistados.

Contudo, a atuação do psicólogo social no Brasil tem presença recente nas instituições públicas na área da Assistência Social, sendo que tradicionalmente, na área da Assistência Social o psicólogo tem atuado em organizações não governamentais e no Poder Público, nas unidades básicas de saúde em atendimento clínico. Yamamoto (2007) pontua a importância do envolvimento dos psicólogos na década de oitenta no movimento da saúde, sobretudo na participação na Luta Antimanicomial, “que acabam definindo algumas das condições para a inserção da categoria, de forma mais extensiva, no campo público do bem estar social” (p. 31).

De acordo pesquisa realizada pelo IBGE (2006, p. 55), em 2005, o número de pessoas ocupadas na área de assistência social da administração municipal foi, aproximadamente, de 140.000 pessoas, sendo 18,3% com formação superior em Psicologia e mais da metade

(51,2%) com formação em Serviço Social. Há, portanto uma predominância de assistentes sociais atuando nessa área, contudo a Psicologia é a segunda categoria profissional mais presente na Assistência Social, sendo possível constatar um aumento da inserção da Psicologia na Assistência Social, sobretudo na última década.

Desta inserção no campo da Assistência Social decorrem inúmeros desafios para o profissional de Psicologia. Em minha dissertação de Mestrado (Senra, 2005), os psicólogos puderam relatar as dificuldades encontradas em sua prática, considerando, sobretudo uma formação pouco embasada na realidade de atuação da Psicologia Social.

O trabalho conjunto entre profissionais do Serviço Social e Psicologia constitui ponto de conflito e muitas vezes geram dúvidas para o psicólogo acerca de seu papel profissional, a complementaridade e a especificidade em relação a sua atuação com assistentes sociais e outros profissionais. Do questionamento sobre sua atuação por outros profissionais, o psicólogo passa a questionar a natureza de sua atuação na Assistência Social, encontrando dificuldades quanto às possibilidades de intervenção (Senra, 2005).

Ao psicólogo, no entanto, cabe realmente a tarefa de questionamento acerca da natureza e características de sua intervenção, assim como da realidade concreta vivenciada pelas pessoas atendidas nas políticas públicas de Assistência Social.

Igualmente, o psicólogo deve apropriar-se dos princípios e diretrizes das legislações da Assistência Social necessárias em seu cotidiano de trabalho (Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço

Social, 2007). Deve também conhecer a trajetória histórica dessas políticas em nosso país para a construção do fazer psicológico na Assistência Social. No entanto, na prática profissional da pesquisadora é possível observar muitos psicólogos que rejeitam este tipo de apropriação, alegando tratar-se de área de conhecimento do profissional de Serviço Social, reforçando um isolamento do profissional na equipe, o que é gerador de maiores dificuldades para a atuação interdisciplinar.

Concordamos com Freitas (2005, p. 51) de que na atualidade “encontramos uma proliferação de práticas e trabalhos comunitários dirigidos a uma variedade de problemáticas (...)”. O crescimento das grandes cidades foi acompanhado de um processo de “periferização”, que por sua vez, não foi acompanhado de investimentos públicos para atendimento da população. Dessa forma, observamos o crescimento de inúmeras organizações não governamentais, que constituíram suas intervenções para várias finalidades e de forma segmentada (criança, adolescente, família, idoso, morador de rua), em uma lógica historicamente construída nas políticas públicas de Assistência Social. Esta segmentação também se faz presente no setor público, numa construção de intervenções parciais, superficiais e insuficientes da realidade cotidiana da população atendida.

A prática psicológica na Assistência Social encontra assim o desafio de ampliar o debate entre os diversos atores da política dessa área e de investir na sistematização das práticas, buscando uma maior clareza na definição de parâmetros para uma intervenção comprometida com a transformação social.

Com o Sistema Único de Assistência Social- SUAS, a atuação do psicólogo social está em pauta. No âmbito nacional os psicólogos estão integrando as equipes dos CRAS e dos CREAS dos municípios. A Política Nacional de Assistência Social propõe uma maior integração das ações da Assistência Social e o lugar do psicólogo nesta conjuntura ainda encontra-se em construção.

Há a permanência de dificuldades antigas para aqueles profissionais que já atuam na área e novos desafios que exigem a construção de estratégias de superação e fortalecimento, que possibilitem o desenvolvimento das ações e o aprofundamento do debate sobre o papel do psicólogo e as contribuições da Psicologia para a Assistência Social.

2.2- O psicólogo no SUAS: cenário atual

A inserção do psicólogo na Assistência Social oficializa-se no país, portanto, por intermédio do SUAS, que preconiza o psicólogo enquanto um dos profissionais que devem compor as equipes dos CRAS e dos CREAS.

Com o processo de implantação do SUAS em todo território nacional amplia-se significativamente o número de psicólogos inseridos no campo da Assistência Social, no nível do Poder Público e das ONG's, na composição das equipes da rede socioassistencial.

Contudo, a inserção maior do psicólogo na Assistência Social também detona a necessidade de debate e de orientação quanto a essa prática profissional.

Botarelli (2008, p.16) enfatiza este aspecto:

“O trabalho de profissionais da área de assistência social passou por uma nova estruturação a partir deste novo ordenamento, mas ainda resta aprofundar-se sobre a consolidação do que e quais são as ações e os serviços sócio-assistenciais a serem caracterizados como básicos ou especiais”.

A atuação em contextos adversos, como em bairros na periferia das cidades ou em ocupações ou favelas implica na elaboração de metodologias alternativas as que são comuns e tradicionais no fazer do psicólogo. Ao profissional de Psicologia cabe a análise da ausência histórica de investimento do Estado nessas comunidades, culminando com a inexistência e insuficiência de espaços e equipamentos públicos, assim como a necessidade de revisitar as próprias intervenções da Psicologia, que devem ultrapassar os limites de uma sala para atendimento.

Existem inúmeros desafios a serem enfrentados na construção do lugar do psicólogo nas políticas públicas de Assistência Social, em especial na atualidade com a implementação do SUAS. Em alguns municípios, como em Campinas, a contratação de muitos psicólogos oficializa-se por meio de ONG's, sob a justificativa de impedimentos fiscais e legais pelos gestores municipais. A inserção profissional articulada dessa forma, precariza o serviço público além de assumir contornos de desvalorização da categoria profissional com baixos salários e alta rotatividade de profissionais.

Botarelli (2008, p.52) apresenta proposição semelhante ao afirmar que:

“Ao considerarmos a agenda neoliberal no setor das políticas públicas, a probabilidade de envolvimento profissional do psicólogo por delegação do CRAS no chamado ‘terceiro Setor’ são mais promissoras do que propriamente o desenvolvimento de trabalhos no âmbito do estado, mesmo que a ocupação seja significativamente maior também no setor público comparativamente às primeiras décadas após a regulamentação da assistência”.

O contexto de terceirização do serviço público remete o psicólogo a um lugar de subalternidade aos gestores das ONG's, no atendimento dos interesses específicos de cada entidade. Os profissionais contratados pelas ONG's vivenciam dilemas semelhantes aos profissionais do Poder Público, mas em sua maioria participam pouco dos debates pelo temor da retaliação, através da demissão por contrariar os dirigentes das ONG's.

A composição das equipes dos CRAS dessa forma impõe problemas na gestão das dificuldades vivenciadas pelos profissionais. A própria opção de fragmentação da ação do CRAS realizada no município (equipe Poder Público – Acolhimento e equipe ONG – Acompanhamento) traz a necessidade de um olhar crítico do psicólogo que se insere nesse cotidiano. A segmentação da ação do CRAS não está prevista nos documentos oficiais do SUAS, trata-se de uma opção da gestão municipal.

Destacamos assim que embora na atualidade haja uma preocupação crescente com a formulação de parâmetros e diretrizes para a atuação do psicólogo no SUAS, mais especificamente nos CRAS (CFP, 2007a; CFP e CFESS, 2007), isto não se traduz em uma prática de acordo com as diretrizes estabelecidas. Muitas vezes as diretrizes são subvertidas obedecendo aos interesses dominantes da gestão municipal.

Por outro lado, os psicólogos servidores públicos, concursados em sua maioria há mais de quatro anos na instituição, vivenciam os dilemas estruturais da atuação, que sofre as repercussões das mudanças administrativas e os impactos da falta de investimento histórica em infraestrutura. Também sofrem o temor da retaliação dependendo da postura assumida pelos gestores municipais da Assistência Social.

Observamos, portanto que os avanços no discurso na área da Assistência Social, assim como da própria Psicologia ainda não são acompanhados de avanços no cotidiano da ação. E que, o avanço em documentos oficiais não garante a ocorrência na gestão dos municípios. Neste sentido, Botarelli (2008) alerta sobre os riscos, na implantação dos CRAS, de passarmos simplesmente por uma permuta dos plantões sociais centralizados para as periferias do município, não refletindo de fato sobre ações de cunho transformador e com o agravante do isolamento das pessoas excluídas em seu próprio território.

A prática profissional do psicólogo no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, operacionalizada por intermédio do SUAS configura desafios para além de uma atuação técnica (abordagens e metodologias psicológicas). A inserção do profissional nesse campo de atuação é contraditória e muitas vezes tensa na articulação entre os profissionais e a sua prática profissional e a instituição pública.

Pontuamos assim a importância do olhar crítico dos profissionais da Psicologia que atuam na área da Assistência Social e da articulação necessária entre a prática e a produção de conhecimento acumulada pela Psicologia nos últimos anos no contexto latino-americano.

2.3- Compromisso social da Psicologia

“No final dos anos 80, começaram novos movimentos de mudança na atuação profissional e adotou-se o lema do compromisso social como norteador da atuação psicológica” (Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social, 2007, p.20).

A “I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia: Psicologia e Compromisso Social” realizada em 2000 pelo Conselho Federal de Psicologia pode ser considerada um evento marcante na visibilização das diversas práticas sociais dos psicólogos. Yamamoto (2007) destaca que o compromisso social do psicólogo passa de “tema a lema” nos debates sobre a profissão, vinculado a um grupo de psicólogos (tendo Ana Mercês Bahia Bock como referência central).

Segundo Bock, o compromisso social da Psicologia valoriza a construção de práticas comprometidas com a transformação social em direção a uma ética voltada para a emancipação humana (Conselho Federal de Psicologia, 2007, p.6).

Contudo, os significados atribuídos a este compromisso são diferenciados de acordo, por exemplo, com a formação do profissional, ideologia, contextos de atuação, entre outros fatores. Concordamos com Lopes (2005, p.10) que o “conteúdo ideológico está presente na construção e na utilização de todo e qualquer conceito dentro das ciências, com maior ou menor grau de consciência de quem dele se apropria”.

Retomamos aqui a discussão de Guareschi (2001) de que se torna necessário explicitar de que social estamos falando quando nos referimos

ao compromisso social da Psicologia, desvelando a visão de mundo dos psicólogos. Em consonância com Lopes, Guareschi (2001, p. 80) esclarece ainda que:

“A concepção que temos de social passa a se concretizar muitas vezes inconscientemente, na prática, em minhas condutas, ou comportamentos, e no tipo de relações que eu estabeleço. É na prática que vamos testar qual é o nosso social, qual o nosso compromisso social”.

Além disso, observamos atualmente a heterogeneidade e o uso banalizado do termo como constituinte de modismos e de vocabulário politicamente correto que dificultam um aprofundamento da concepção para os psicólogos.

Martinez Mitjans (2003) elenca questionamentos que consideramos de importância crucial na discussão do compromisso social na Psicologia. A autora considera complexa esta discussão, tornando-se necessária a reflexão sobre a quem se refere o compromisso social:

“É o corpo articulado de conhecimentos representado pela Psicologia como ciência particular que se compromete socialmente ou é o indivíduo psicólogo que produz esses conhecimentos ou que os utiliza nas suas práticas profissionais específicas?” (Martinez Mitjans, 2003, p.144).

Dessa forma, o compromisso social na psicologia pode assumir conotações variadas, cabendo o esclarecimento de com quem e de que forma ele é firmado. Assim, entendemos que o discurso de compromisso social da Psicologia deve estar articulado com uma prática coerente com tal propósito.

A Psicologia é uma construção humana condicionada histórica e culturalmente (Martinez Mitjans, 2003) e os psicólogos ocupam lugar central quando abordamos a questão do compromisso social na Psicologia. Os conhecimentos são produzidos por sujeitos concretos imbuídos de suas experiências, visão de mundo e interesses que se expressam em práticas diversificadas.

Concordamos, no entanto, com Yamamoto (2007, p. 34) que “(...) atuar com compromisso significa não somente superar o elitismo, mas dirigir a ação para rumos diferentes daqueles que têm consagrado a Psicologia”. Para uma atuação comprometida com o social não basta somente deslocar práticas e modelos teóricos de outros contextos de atuação do psicólogo, assim como a compreensão a respeito do compromisso social do psicólogo não deve se restringir à abrangência de sua atuação.

Concordamos que é insuficiente e ineficaz uma intervenção que não busque a contextualização das vivências dos diversos espaços sociais e das pessoas e comunidades que constituem esse tecido social. Martin-Baró (1997) aponta que o psicólogo deve despojar-se de pressupostos teóricos adaptacionistas e que para isso é necessária a elaboração de novas visões conceituais, novos métodos de diagnóstico e de intervenção.

Em uma prática no campo da Assistência Social entendemos que é necessário um aguçamento do olhar crítico das relações hegemônicas da sociedade, das políticas públicas existentes construídas neste contexto e das condições concretas de vida da população atendida.

Yamamoto (2007) destaca que a atuação do psicólogo no setor público, por si só, não representa um indicador do compromisso social do profissional. Muitas práticas intitulam-se de transformação social, sem, contudo significar mudanças na realidade das pessoas e das comunidades. Práticas comprometidas com a manutenção do padrão vigente em nossa sociedade, de desigualdade social em nosso país. Determinadas formas de intervenção no setor público, como afirma Yamamoto (2007), podem caminhar em direção oposta à transformação social e ao compromisso social. Muitas destas práticas caminham no sentido oposto ao de transformação, embora no discurso intituem-se como sendo, não havendo, como observamos pela própria prática profissional da pesquisadora, uma reflexão dos profissionais que desenvolvem o trabalho comunitário acerca da natureza de sua intervenção.

Lopes (2005) pontua que a preocupação do psicólogo com as condições de vida da população geral e com os problemas relativos à estrutura social não tem se refletido na mesma intensidade em ações concretas a partir de tais preocupações.

Freitas (2005) destaca também a importância em se identificar a relação entre a prática desenvolvida nos trabalhos comunitários e os projetos políticos implicados. A autora esclarece que o caráter de transformação social do trabalho comunitário não é dado simplesmente por ser realizado com sujeitos novos ou com recursos nunca realizados ou ainda em situações desafiadoras (Freitas, 2005). Existem práticas inéditas com caráter de não transformação e práticas transformadoras

que não são necessariamente inéditas, bem como práticas inéditas e de transformação social.

Os trabalhos comunitários poderiam ainda estar identificados em diferentes dimensões, transformadoras em alguns momentos, “sem necessariamente implicar numa proposta de transformação social na sua totalidade ou nos aspectos estruturantes” (Freitas, 2005, p.50).

A definição de práticas comprometidas com a transformação social exige um movimento crítico na análise e produção de conhecimento e de formulação de intervenções que englobem a complexidade que podemos observar no tema.

Concordamos com Yamamoto (2007) que para um compromisso com a transformação social faz-se necessário ampliar os limites da dimensão política da ação profissional do psicólogo. É essencial na prática comunitária a compreensão das repercussões das questões estruturais da sociedade no cotidiano das comunidades atendidas e de uma reflexão da atuação do profissional de Psicologia nos contextos institucionais públicos.

Pereira (2007b, p.72) reforça este aspecto ao afirmar que:

“Ressaltar a necessidade de pensarmos sobre a relação entre a Psicologia o domínio do público tem aqui uma aposta que afirmo ser da ordem da resistência, e apostar em uma contratendência hegemônica e fazer, então, esse movimento de resistência no sentido positivo, portanto, na compreensão política que se pode dar a essa noção, obriga a Psicologia a fazer um desvio. (...) Fazer esse desvio da Psicologia é engajá-la em um movimento crítico”.

À Psicologia Social Comunitária e aos psicólogos da área cabem a explicitação de “um compromisso político e adoção de práticas

psicossociais voltadas para intervenções coletivas com propostas de construção de atores coletivos” (Freitas, 2005, p. 52). Ao psicólogo cabe então, assumir sua função social e política, uma vez que a intervenção profissional “é sempre posicionada e deve ser objeto de reflexão constante, a fim de que esse posicionamento fique claro” (Gonçalves, 2003, p. 278).

Além disso, nós, psicólogos devemos buscar o desenvolvimento de novos modelos de intervenção diante de problemas profundos e ainda devemos contribuir na formulação de políticas públicas coerentes com a idéia de transformação social. Devemos assumir, portanto a posição de elementos centrais na construção do compromisso social da Psicologia. E para tanto, a articulação entre as dimensões política, técnica e coletiva torna-se de fundamental importância para estes objetivos.

3- ANALISANDO ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

A contextualização da política social de Assistência Social e da inserção da Psicologia neste campo de atuação permite uma aproximação crítica à prática profissional do psicólogo.

As repercussões psicossociais das constantes mudanças políticas no setor público para o desenvolvimento do trabalho do psicólogo produzem impactos que dificultam e/ou impedem o sentido de envolvimento e transformação desta atuação para os profissionais.

Buscar estratégias que minimizem ou transponham estes impactos e que se oponham à lógica dominante de funcionamento institucional e da sociedade é um grande desafio para os psicólogos que atuam na Assistência Social no setor público.

Entendemos, contudo, que a construção de estratégias de enfrentamento vincula-se imprescindivelmente a um fortalecimento do psicólogo e dos trabalhadores sociais, enquanto um dos elementos centrais na elaboração e execução da política pública de Assistência Social.

3.1- Marcas da impotência e do fatalismo no cotidiano de trabalho dos psicólogos

Algumas das dificuldades estruturais enfrentadas pelos profissionais da Assistência Social no setor público são oriundas de um processo de precarização do serviço público, sobretudo na ausência de reposição de

recursos humanos por meio de concursos públicos²⁵ e de investimento em recursos materiais e infra-estrutura. Além disso, vivenciam uma ausência histórica de investimento em formação continuada dos profissionais e uma indefinição de proposta de trabalho para as diversas ações desenvolvidas na área.

Guzzo e Lacerda Jr. (2003, p.233) nos indicam que:

“Com o desmantelamento do Estado e a ideologia neoliberal, cada vez mais ações sociais (sejam em educação, habitação, etc) de caráter privado passam a ser sinônimo de boa qualidade, enquanto serviços públicos são considerados de má qualidade” (Guzzo e Lacerda Jr., 2007, p. 233).

Os estigmas da insuficiência e da baixa qualidade do serviço público encontram-se impregnados no cotidiano de atuação dos profissionais, cristalizando ações marcadas por estas características. Ao mesmo tempo, observamos um número cada vez mais crescente de organizações não-governamentais, financiadas pelo Estado para a execução de funções cujas responsabilidades são do poder público.

Segundo Yamamoto (2007) como consequência estabelece-se uma oferta de serviços de qualidade diferenciada, seguindo a lógica: estatal-gratuito-precário; privado-mercantil-boá qualidade e filantrópico-voluntário-qualidade questionável (e virtual ausência de controles). Os funcionários públicos sentem sua prática profissional muitas vezes desvalorizada pela população e pela gestão da instituição.

Com a implementação do SUAS em Campinas, no estabelecimento de “parcerias” com ONG's para contratação de recursos humanos,

²⁵ O último concurso público para a Prefeitura de Campinas foi realizado em 2004 na administração do Partido dos Trabalhadores, mas foi anulado pela Justiça.

observamos um direcionamento da política pública de Assistência Social no sentido de precarização cada vez maior do serviço público. Ao mesmo tempo, é possível constatar a aquisição de recursos materiais (televisão, máquina fotográfica, computador, entre outros) até então inexistentes no desenvolvimento das ações pela maioria dos profissionais da Assistência Social. Isto ocorre devido à liberação de recursos federais destinados aos Centros de Referência de Assistência Social.

A atuação dos psicólogos na Assistência Social no setor público insere-se em um campo de contradições. A Política Nacional de Assistência Social estabelece a primazia do Estado, devendo o CRAS ser um equipamento público, não permitindo terceirizações de seu principal programa, o PAIF (Brasil, 2004; Brasil, 2005a; Brasil, 2005b). Por sua vez, também possibilita e enfatiza a participação de ONG's em caráter complementar, não explicitando os limites dessa complementaridade. Dessa forma, na implantação dos CRAS em Campinas constatamos que a execução do PAIF é de responsabilidade das ONG's co-financiadas pelo Poder Público.

Observamos assim, o dismantelamento e a desvalorização do trabalho do servidor público, contraditoriamente ao estabelecido pelas normativas e legislações atuais da Assistência Social. Yamamoto (2003, p. 44) esclarece que:

“Intervir como profissão no terreno do bem-estar social, portanto, remete a Psicologia para a ação nas seqüelas da questão social, transformadas em políticas estatais e tratadas de forma fragmentária e parcializada, com prioridades definidas ao sabor das conjunturas históricas particulares. Isto conferirá tanto a relevância quanto os limites possíveis da intervenção do psicólogo”.

A vulnerabilidade às constantes mudanças nas ações, de conotações políticas produz, no entanto, sentimentos de impotência nos profissionais. Os psicólogos sentem-se incapazes de produzir alterações em seu cotidiano de trabalho, sem possibilidades de ação que produza impactos no sentido da valorização da vida e de transformação social da realidade das comunidades e pessoas atendidas pela política de Assistência Social.

Segundo Guzzo e Lacerda Jr. (2007, p. 233), a impotência existe reciprocamente com outro fenômeno psicossocial, que é o fatalismo, que “paralisa o homem diante da história e o faz renunciar à capacidade de pensar, de escolher, de decidir, de projetar e de sonhar”.

Para Martin-Baró (1996), no fatalismo estão presentes mecanismos subjetivos como a submissão e o conformismo, que enfraquecem a percepção de poder das pessoas e de sua capacidade de mudança.

Os psicólogos sentem-se impotentes diante da realidade adversa das comunidades em que atuam na ausência de repertórios instrumentais e teóricos capazes (potência) de produzir mudanças na realidade das pessoas atendidas. Por outro lado, também vivenciam a impotência de serem desconsiderados na formulação das políticas públicas e alterações nos rumos das ações desenvolvidas. Sentem-se impotentes e incapazes, portanto de gerar movimentos que provoquem qualquer tipo de mudança na estrutura institucional.

Oberg (2007) em sua tese analisa que na verdade as políticas públicas são apresentadas de forma pronta para serem desenvolvidas.

Cabe, portanto aos profissionais “da ponta”²⁶ a execução sem questionamento das ações propostas. É este movimento que mina as potencialidades e possibilidades de uma atuação transformadora dos psicólogos e trabalhadores sociais inseridos no contexto de uma instituição pública. Decorre daí um processo de paralisação do olhar crítico e dos questionamentos que impulsionam para o rompimento e construção de novas práticas e, conseqüentemente um processo de repetição de tarefas predefinidas pelos gestores públicos.

Segundo Gonzalez Rey (2004b, p. 39), o interesse e a satisfação no desempenho da atividade profissional desempenham uma função primordial no bem-estar emocional do adulto. Na Secretaria de Assistência Social no município de Campinas não existe registro de pesquisa ou levantamento sobre o grau de satisfação dos trabalhadores sociais com sua atuação profissional. A insatisfação com a prática profissional e os questionamentos decorrentes dela podem ser observados em pesquisas, que não tiveram como objetivo esta caracterização, mas que possibilitaram a emergência destas situações (Senra, 2005 e Luz, 2006²⁷).

Para Martin-Baró (2004), cada mundo laboral constitui um sistema social específico com seus interesses grupais, seus valores, seus princípios e suas normas. A instituição pública constitui um tecido social complexo, permeado por várias dimensões que envolvem interesses

²⁶ A nomenclatura profissional “da ponta” é rotineiramente utilizada na Secretaria de Assistência Social de Campinas para designar aqueles que atendem diretamente a população, que executam as ações nas comunidades.

²⁷ Dissertações de Mestrado de uma psicóloga e de uma assistente social, servidoras públicas da Secretaria de Assistência Social de Campinas; os sujeitos das referidas pesquisas foram trabalhadores sociais dessa mesma Secretaria.

político-partidários, objetivos profissionais, interesses econômicos e a própria configuração de subjetividades dos profissionais nela envolvidos.

É atravessada por interesses dominantes em nossa sociedade, embora em muitos casos adote um discurso de defesa dos direitos da população socialmente e economicamente excluída. O trabalho do psicólogo está inserido neste contexto contraditório, em uma estrutura rígida, que se apresenta quase impermeável, não sujeita a mudanças.

O profissional vivencia o sentimento de impotência acima mencionado, o que impossibilita o desenvolvimento de ações inovadoras, criativas e com potencial de transformação social. Guzzo e Lacerda Jr. (2007) apontam que as circunstâncias atuais da atuação dos psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais inseridos no trabalho comunitário impedem que este assuma um sentido fortalecedor, resultando assim, em um processo de impotência e paralisação diante dos desafios. Acrescentam que, desta maneira, “sofrem os técnicos pela incapacidade de buscar soluções para os problemas sociais, sofre a população que a cada dia tem mais dificuldades para viver” (Guzzo e Lacerda Jr., 2007, p. 236).

Dessa forma, o fortalecimento dos profissionais torna-se eixo imprescindível na implantação de uma política pública que vise a transformação social.

3.2- O psicólogo enquanto sujeito de sua prática profissional e o fortalecimento dos trabalhadores sociais

Buscamos até aqui contextualizar a atuação do psicólogo no campo da Assistência Social em uma instituição pública na atualidade para afirmarmos que para a construção de estratégias de enfrentamento das adversidades impostas ao desenvolvimento das ações torna-se indispensável a compreensão e o posicionamento do psicólogo, assim como dos trabalhadores sociais de um modo geral, enquanto sujeitos de sua prática profissional.

O lugar de sujeito do profissional na execução da política pública de Assistência Social implica em um processo de fortalecimento desses profissionais, que possibilita uma análise contextualizada dos limites estruturais de sua atuação, o enfrentamento das contradições e dificuldades, mas também a construção de práticas inovadoras e transformadoras em um contexto de profundas desigualdades sociais.

Para tanto, consideramos os principais fundamentos da teoria da Subjetividade (Gonzalez Rey) e da Psicologia Social da Libertação (Martin-Baró²⁸ e Montero). Gonzalez Rey em um dos livros em que apresenta suas principais concepções teóricas e sua aproximação com a Psicologia Social no contexto latino americano, destaca que Martin-Baró “sempre tentou compreender a relação inseparável dos indivíduos e o social na construção da psicologia social” (Gonzalez Rey, 2003a, p.201).

Ao enfatizarmos a importância do reconhecimento do psicólogo como sujeito de sua atuação, defendemos a compreensão de um sujeito

²⁸ Martín-Baró nasceu na Espanha. Foi jesuíta, padre paroquial, teólogo e psicólogo. Foi assassinado em 16 de novembro de 1989 por soldados do governo de El Salvador.

histórico, produzido e produtor nos vários espaços sociais com que se relaciona.

Gonzalez Rey (2002b) no desenvolvimento da Teoria da Subjetividade nos apresenta um sujeito que é uma combinação de ação, energia e intenção, comprometida com a sua existência social e que rompe com uma representação estática e intrapsíquica do individual.

Partimos, portanto de uma noção de sujeito ativo e criativo, cuja ação é imprevisível e capaz de rupturas. Uma noção de sujeito que busca romper com a dicotomia entre o social e o individual.

Martinez Mitjans (2005) esclarece que a subjetividade para Gonzalez Rey pode tanto ser entendida como teoria e como categoria. E acrescenta que enquanto teoria, a subjetividade refere-se a uma representação da psique, que se expressa por meio de um conjunto de categorias (subjetividade, sujeito, configuração subjetiva e sentido subjetivo).

A subjetividade para Gonzalez Rey (1999, p. 108) é definida como:

“A organização dos processos de sentido e de significação que aparecem e se organizam de diferentes formas e em diferentes níveis no sujeito e na personalidade, assim como nos diferentes espaços sociais em que o sujeito atua”.

A subjetividade para o autor é simultaneamente social e individual e enquanto categoria não é sinônimo de psicológico. Martinez Mitjans (2005, p. 15) enfatiza que esta noção de subjetividade “permite enxergar, de maneira distinta, profunda, recursiva e contraditória, a articulação entre o social e o individual no psiquismo humano”.

A subjetividade envolve processos singulares em sua constituição e não é determinada por categorias universais e apriorísticas.

Neste sentido, a subjetividade permite o estudo de múltiplos processos decorrentes da relação entre as subjetividades dos profissionais, mas sobretudo destas com a subjetividade social da instituição em que atuam.

Para Gonzalez Rey (2003a, p. 202), a subjetividade social pode ser definida como:

“Um sistema complexo produzido de forma simultânea no nível social e individual (...) que não está associada somente às experiências atuais de um sujeito ou instância social, mas a forma que uma experiência atual adquire sentido e significação dentro da constituição subjetiva da história do agente de significação, que pode ser tanto social como individual”.

Entendemos que a partir de uma compreensão dos processos complexos que constituem a subjetividade podemos avançar em uma análise das relações estabelecidas entre trabalhadores sociais e a instituição na qual se encontram inseridos.

Os psicólogos, assim como os trabalhadores sociais de modo geral sofrem os impactos das constantes mudanças nas ações realizadas na área da Assistência Social. Depara-se com uma estrutura institucional rígida, cristalizada e pouco permeável. Entendemos com o conceito de subjetividade proposto por Gonzalez Rey, porém que há uma complexa e contraditória relação entre os profissionais e a instituição em que atuam e que não é possível uma análise das subjetividades implicadas nesse processo isoladamente.

Observamos que os profissionais encontram dificuldades no enfrentamento das dificuldades presentes no cotidiano da ação, paralisados pela impotência e fatalismo.

O psicólogo em sua prática profissional na Assistência Social inserido em um contexto de uma instituição pública não é meramente executor de ações predefinidas por outros profissionais. No entanto, imersos em um processo direcionado ao cumprimento de tarefas e de retaliação institucional aos que contrariam a ordem vigente, os psicólogos não percebem o imenso potencial criativo e capaz de rupturas com vários aspectos da prática profissional.

Dessa análise, a partir da Teoria da Subjetividade de Gonzalez Rey constatamos a importância da discussão de uma Psicologia comprometida com uma prática profissional crítica da realidade em que se insere.

Dessa forma, buscamos na Psicologia da Libertação uma articulação que propicie a construção do lugar de sujeito para os psicólogos e os trabalhadores sociais em sua atuação na instituição pública de Assistência Social.

Martin-Baró “propõe uma psicologia histórica que não abstraia os sujeitos dos contextos sociais e políticos nos quais estão inseridos” (Furtado, 200, p. 220). A Psicologia da Libertação, proposta pelo autor, busca mudar a realidade das pessoas considerando os aspectos estruturais e de ordem social que condicionam situações de opressão e de desigualdade. Para Martin-Baró (1997, p.7) “o trabalho profissional do psicólogo deve ser definido em função das circunstâncias concretas da

população a que deve atender”. O psicólogo latino-americano deve assim, assumir a perspectiva das massas populares, voltada para a melhoria das condições de vida da população, pautada em um compromisso de transformação da realidade social.

Martin-Baró propõe assim uma confrontação crítica com o sistema social em que vivemos e esclarece que nós, psicólogos latino-americanos não nos encontramos preparados para essa tarefa. Mas alerta que diante do desafio:

“Não se trata de abandonar a psicologia; trata-se de colocar o saber psicológico a serviço da construção de uma sociedade em que o bem estar dos menos não se faça sobre o mal estar dos mais, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos” (Martin-Baró, 1997, p.23).

Montero (2004) destaca como principais objetivos da Psicologia Comunitária latino-americana: mudança social, bem-estar, libertação, democratização e inclusão social, conscientização, fortalecimento e prevenção primária.

A conscientização para Martin-Baró deve constituir o horizonte na definição do papel do psicólogo e assinala que este processo envolve três principais aspectos:

1. O ser humano transforma-se ao modificar sua realidade. Trata-se, portanto de um processo ativo e dialético;

2. A consciência crítica traz a possibilidade de desnaturalização da opressão e da desumanização e traz a possibilidade de uma nova práxis, possibilitando novas formas de consciência;

3. O novo saber da pessoa sobre sua realidade propicia a descoberta de sua ação transformadora e de seu papel ativo na relação com os demais (Martin-Baró, 1997).

Dessa forma, a conscientização não consiste simplesmente em uma mudança de opinião sobre a realidade, pois para Martin-Baró (1997, p.13) a conscientização “supõe uma mudança das pessoas no processo de mudar sua relação com o meio ambiente e, sobretudo, com os demais”. Portanto, uma prática conscientizadora pressupõe a capacidade do sujeito transformar a si e à sua realidade, bem como conhecer os mecanismos que o oprimem e o desumanizam (Botarelli, 2008). Por conseguinte, o processo de conscientização só pode ser realizado por intermédio do diálogo.

Entendemos assim que o papel do psicólogo em sua prática profissional na Assistência Social seja o da conscientização da população e das comunidades atendidas, mas que também englobe o processo de conscientização dos próprios profissionais na busca da ruptura com os esquemas fatalistas impregnados no cotidiano da atuação.

Consideramos como imprescindível para a análise a que se propôs essa pesquisa o conceito de fortalecimento, considerando a necessidade de maior posicionamento dos trabalhadores sociais na construção de estratégias de enfrentamento das dificuldades do cotidiano de atuação no campo da Assistência Social.

Segundo Montero (2003, p.72), o fortalecimento é um processo:

“Mediante el cual los miembros de una comunidad (individuos interesados y grupos organizados) desarrollan conjuntamente capacidades y recursos para controlar su situación de vida, actuando de manera comprometida, consciente y

crítica, para lograr La transformación de su entorno según sus necesidades y aspiraciones, transformándose al mismo tiempo a si mismos”.

Essa autora identifica o fortalecimento como um modelo de intervenção que visa superar o fatalismo e a impotência dos indivíduos diante de uma realidade de opressão. O fortalecimento tem assim um caráter político, “pois supõe sempre a ocupação pela comunidade, pelo grupo ou pela pessoa, do espaço público que eles têm direito na sociedade em que vivem” (Montero, 2003, p.1).

A autora diferencia o fortalecimento do processo de *empowerment*, presente na literatura de países como Estados Unidos e Canadá, pois a utilização do termo no contexto latino americano pode significar favorecer relações de dominação. Considera o uso do termo fortalecimento como mais adequado em nosso contexto.

São objetivos dos processos fortalecedores:

- “Gerar e facilitar ações e possibilidades para que os atores sociais afetados por determinadas circunstâncias de vida, consideradas normativa e subjetivamente como negativas, adquiram controle sobre o entorno no qual vivem e desenvolvam os recursos necessários para fazer as transformações desejadas para obter bem-estar coletivo e pessoal e em liberdade.
- Que essas pessoas possam superar as condições de vida marcadas pela desigualdade e pelas relações de opressão, submissão e exploração.
- Que essas pessoas desenvolvam e executem as ações libertadoras dessas condições” (Montero, 2003, p.2).

No presente estudo aplicamos o termo fortalecimento como um dos processos necessários para a construção de estratégias de

enfrentamento por psicólogos e trabalhadores sociais que atuam em uma instituição pública na área da Assistência Social.

Para o desenvolvimento de uma intervenção na perspectiva da transformação social, os trabalhadores sociais necessitam sentirem-se potentes em sua capacidade de rupturas possíveis dentro do contexto em que sua prática profissional encontra-se inserida. A construção de estratégias de enfrentamento frente às adversidades do cotidiano de atuação pressupõe um processo de fortalecimento dos profissionais e exige uma articulação com os principais objetivos da atuação e dos papéis desempenhados pelos trabalhadores sociais.

Dessa forma, defendemos a importância da análise das estratégias de enfrentamento construídas pelos profissionais, com o objetivo de desvelamento das dificuldades encontradas no processo de fortalecimento e de articulação com o processo de conscientização dos profissionais e da população atendida, que permitam a elaboração de outras estratégias.

Propomos enquanto estratégias de enfrentamento²⁹ alternativas construídas pelos psicólogos e assistentes sociais da Assistência Social, que visem a redução ou minimização dos impactos das mudanças políticas no cotidiano de atuação.

Entendemos que estratégias de enfrentamento sejam alternativas construídas pelos profissionais, que englobam ações e posturas que se oponham à vulnerabilidade do desenvolvimento do trabalho comunitário em uma instituição pública.

²⁹ Estratégias como “arte de aplicar os meios disponíveis ou explorar condições favoráveis com vista a objetivos específicos” e enfrentamento como processo de “confrontar, encarar com firmeza, passar por (situação ou coisa difícil)” (Dicionário Aurélio).

As estratégias de enfrentamento representam tentativas dos profissionais de darem prosseguimento em suas ações e que estas não sofram dismantelamentos de acordo com critérios meramente políticos de quem se ocupa da gestão pública.

Defendemos que as estratégias de enfrentamento devem estar articuladas em três aspectos: o técnico, o político e o coletivo, pois a conjunção desses aspectos confere maior potencialidade às estratégias profissionais.

O aspecto técnico diz respeito aos modelos de intervenção que os profissionais utilizam em suas ações e ao repertório teórico que embasa seus projetos.

O aspecto político propõe uma atuação do psicólogo que não é neutra, mas que se caracteriza por ser uma atividade tensa, inserida em um espaço de contradição e de conflito de interesses (Montaño, 2007).

Implica, portanto em uma reflexão crítica dessa inserção e que está relacionada com a concepção de homem e de mundo e uma tomada de atitude de que valores e projeto de sociedade que os profissionais defendem.

O aspecto coletivo refere-se à organização dos psicólogos enquanto categoria na luta de direitos e reivindicações pertinentes à atuação no campo social. Sobrepõe-se às posturas individuais na busca da defesa dos interesses de um grupo de profissionais, nesse caso de psicólogos e assistentes sociais que atuam no setor público de Assistência Social.

Também está relacionado ao fortalecimento da relação entre o profissional e as pessoas da comunidade em que trabalha.

Olhar para o coletivo significa pensar não somente em histórias singulares, cotidianas, mas pensar a História (contexto macro e estrutural da sociedade).

OBJETIVOS

Diante do exposto, as questões para esta pesquisa se articulam com os desafios encontrados pelos psicólogos em sua atuação na Assistência Social. Considerando o panorama histórico de elaboração das políticas públicas em nossa sociedade e o próprio desenvolvimento da Psicologia, podemos compreender as dificuldades encontradas pelos psicólogos na implantação e execução da política de Assistência Social.

As constantes mudanças políticas no setor público afetam diretamente a prática profissional do psicólogo e podemos indagar a partir disto, quais estratégias de enfrentamento são possíveis para a construção de uma prática comprometida com a transformação social e que se posicione de encontro ao estabelecido pela instituição.

A presente pesquisa defende que a construção de estratégias de enfrentamento deve levar em conta e articular três dimensões da prática profissional do psicólogo no setor público da Assistência Social, a saber: 1) a dimensão política da atuação do psicólogo; 2) a dimensão técnica da atuação do psicólogo e 3) a dimensão coletiva como ferramenta de construção de estratégias.

Sendo assim, na defesa desta tese, os objetivos delimitados para a presente pesquisa são:

GERAL:

- Estudar as estratégias de enfrentamento (individuais e/ou coletivas) que minimizem os impactos prejudiciais ao desenvolvimento das ações dos psicólogos.

ESPECÍFICOS:

- Discutir o papel do psicólogo e sua atuação no campo da Assistência Social;
- Pesquisar quais estratégias têm sido utilizadas pelos psicólogos;
- Identificar de que forma os psicólogos têm se articulado coletivamente;
- Estudar que modelos de intervenção têm sido construídos e desenvolvidos com o objetivo de transformação social;
- Pesquisar qual a compreensão do papel político de sua atuação para os psicólogos.

ΚΑΠΪΤΥΛΟ ΙΙ

ΜΕΤΟΔΟΛΟΓΙΑ

“Ninguém possui uma compreensão total de todas as coisas, nem mesmo a compreensão total de uma única coisa. Vamos arranhando as coisas passo a passo, momento a momento, descobrindo novos sentidos, ampliando compreensões, penetrando mais a fundo no seu mistério” (Guareschi, 2003, p. 245).

O conhecimento “é uma construção, uma produção humana, e não algo que está pronto para conhecer uma realidade ordenada de acordo com categorias universais do conhecimento” (Gonzalez Rey, 2005, p. 6). Segundo Gonçalves (2003, p. 278), o processo de produção de conhecimento “expressa a realidade concreta de um tempo e de um lugar, não de forma direta e linear, mas de forma mediada e contraditória”.

A produção de conhecimento é realizada pelo pesquisador, que é um sujeito ativo implicado em todo o processo da pesquisa em um campo interativo e dinâmico com o que é pesquisado.

Gonzalez Rey (2005, p. 8) pontua ainda que “onde há pensamento devem existir especulação, fantasia, desejo e todos os processos subjetivos envolvidos na criatividade do pesquisador como sujeito”. A especulação, portanto é uma operação do pensamento, parte integrante da construção teórica e articula-se com o momento empírico.

As questões para este projeto originam-se da prática profissional na qual me encontro inserida há dez anos e do processo de produção de conhecimento gerado a partir da minha dissertação de Mestrado (Senra, 2005). Gonçalves (2003, p. 278) assinala que “a intervenção profissional é sempre posicionada e deve ser objeto de reflexão constante, a fim de que esse posicionamento fique claro”.

As estratégias de enfrentamento das dificuldades construídas pelos psicólogos em uma instituição pública no desenvolvimento do trabalho comunitário constituem informações que não são acessadas de forma objetiva. Estudar tais estratégias implica buscar acessar impressões, sentimentos, pensamentos dos profissionais envolvidos e das relações estabelecidas com a instituição em que trabalham. Implica, portanto penetrar em um universo de informações que não estão objetivamente dadas, mas que precisam desveladas, percebidas em movimentos contraditórios, silenciosos e que envolvem os momentos formais e informais de todo o processo da pesquisa.

Dessa forma, tomamos como base para este estudo a Epistemologia Qualitativa proposta por Gonzalez Rey como orientadora da metodologia e análise das informações produzidas no processo da pesquisa.

A epistemologia qualitativa diferencia-se da abordagem quantitativa não em aspectos metodológicos, mas se diferenciam epistemologicamente, isto é, nos processos centrais que caracterizam a produção de conhecimento (Gonzalez Rey, 2002a, p. 30). Apóia-se em três princípios fundamentais: conhecimento como uma produção construtivo-interpretativa, caráter interativo do processo de produção de conhecimento e a significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento.

Para a epistemologia qualitativa o conhecimento não é uma somatória de fatos, o pesquisador possui papel ativo na interação com o pesquisado e o cenário de pesquisa, construindo categorias de análise,

baseadas em todas as implicações da pesquisa para a realização da interpretação das informações obtidas. A interpretação não se refere a nenhuma categoria universal, pré-estabelecida ao processo de produção de conhecimento. Envolve todos os momentos da pesquisa em suas diversas nuances e em seus aspectos formais e informais articulados com a produção teórica que sustenta todo o processo de estudo.

Em seguida, descreveremos o contexto da pesquisa, os participantes, as fontes de dados e os procedimentos para a realização da pesquisa.

1- Caracterização do contexto da pesquisa

Os territórios de vulnerabilidade social foram apontados, conforme já relatado, pelos profissionais da Secretaria nas reuniões de planejamento das ações para 2005 que ocorreram nas cinco regiões da cidade, com as equipes que compunham a Ação Comunitária.

Para a presente pesquisa, foram tomadas as ações desenvolvidas em proteção social básica, especificamente as ações realizadas pelos profissionais dos CRAS. Há que se registrar que a partir de 2008, período de realização do trabalho de campo, o município iniciou um processo de transição política, com o debate e as ações para as eleições que ocorrerão no próximo ano. As implicações deste processo são analisadas no desenvolvimento desta pesquisa.

1.1- Espaço físico, estrutura e funcionamento dos CRAS

A instalação e a localização dos CRAS variam entre as regiões. Alguns CRAS encontram-se instalados em equipamentos públicos já existentes no território, em equipamentos públicos fora do território realizando o deslocamento da equipe e outros alugam espaços na comunidade, dada a ausência de equipamentos públicos da Secretaria de Assistência Social na região. O aluguel de imóveis para os CRAS é disponibilizado por meio dos recursos financeiros mensais liberados para o município pelo MDS. (despesas referentes às contas de água, luz e telefone, abastecimento de água).

Segundo dados da Secretaria de Assistência Social (Campinas, 2007), a disponibilização dos CRAS quanto aos espaços encontra-se da seguinte forma:

- em espaço próprio no território encontram-se 05 CRAS;
- em espaço alugado no território estão 04 CRAS;
- em espaço próprio fora do território realizando deslocamento da equipe está 01 CRAS;
- em espaço público estadual cedido está 01 CRAS.

A infra-estrutura disponível em muitos CRAS ainda é inadequada para o desenvolvimento das ações, sobretudo no que se refere ao espaço físico precário, como salas para atendimento individual sem privacidade e salas pequenas ou poucas para reuniões e grupos. O SUAS (Brasil, 2006b, p.15) prevê que o espaço do CRAS deve ser compatível com os serviços nele ofertados e que “abriga, no mínimo, três ambientes com funções bem definidas: uma recepção, uma sala ou mais para entrevistas

e um salão para reunião com grupos de famílias, além das áreas convencionais de serviços”.

Na tentativa de superação dessas dificuldades, muitos CRAS utilizam equipamentos das comunidades, como salões de igrejas, de associação de moradores, espaços intersetoriais comunitários, entre outros.

Desde 2007, todos os CRAS receberam computadores e impressoras, porém ainda não possuem conexão com internet. Todos os CRAS contam com linha telefônica. Alguns CRAS possuem equipamentos eletrônicos, como TV, DVD, mas a distribuição destes equipamentos não ocorreu de forma homogênea e alguns CRAS não contam ainda com outros recursos importantes como, por exemplo, máquina fotográfica para registro das atividades desenvolvidas.

Os CRAS de um modo geral têm seu funcionamento no horário das 8:00 às 16:12 horas, variando em alguns o fechamento às 17:00 horas para atendimento do território de abrangência.

1.2- Equipe dos CRAS

Desde a implantação dos onze CRAS em Campinas, por não dispor de recursos humanos suficientes para a composição das equipes, a Secretaria de Assistência Social optou em firmar “parcerias” com Organizações não-governamentais para composição das equipes, sobretudo para viabilização de contratação de recursos humanos (nível universitário).

A escolha das ONG`s obedeceu aos critérios das condições de gestão e da existência de um trabalho com famílias. A partir de 2008, com o co-financiamento das entidades, as equipes técnicas das ONG`s tornaram-se executoras do PAIF, sendo composta por assistentes sociais e psicólogos (uma dupla). Por sua vez, a equipe técnica dos CRAS também é composta por psicólogos e assistentes sociais, que são servidores públicos. A gestão do trabalho dos CRAS, portanto, é do Poder Público.

No entanto, a maioria das equipes está incompleta³⁰ e os profissionais queixam-se da rotatividade de profissionais contratados pelas ONG`s, principalmente por conta do baixo salário oferecido em relação ao piso salarial do poder público.

De acordo com a NOB-RH/SUAS:

“As equipes de referência para os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS devem contar sempre com um coordenador, devendo o mesmo, independentemente do porte do município, ter o seguinte perfil profissional: ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais” (*Brasil, 2006a, p. 15*).

Em Campinas, os CRAS não possuem ainda coordenadores, dessa forma, profissionais que compõem as equipes foram designados como “técnicos de referência” (denominação criada pela própria Secretaria), que são responsáveis pela organização das atividades desenvolvidas pelo

³⁰ De acordo com a NOB-RH/ SUAS (Brasília, 2006, p. 14)) os CRAS dos municípios de médio, grande porte, metrópoles o Distrito Federal deverão contar com equipes constituídas por “4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS; além de 04 técnicos de nível médio”.

CRAS. Não competem aos “técnicos de referência” as questões relativas a recursos humanos, que é responsabilidade do coordenador de Distrito de Assistência Social. Tais profissionais desempenham essas atividades, sem nenhum acréscimo salarial.

Em resumo, no município foram mantidas as antigas cinco CRAS (Coordenadorias Regionais de Assistência Social – Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste) que são denominadas atualmente de Distritos de Assistência Social, gerenciadas por um coordenador. Os Distritos possuem uma equipe técnica de assistentes sociais e psicólogos, que atendem os territórios fora de abrangência dos CRAS de cada região.

Os CRAS estão vinculados diretamente aos seus respectivos Distritos e à CSPSB.

Além da equipe técnica (compreendida por aquela formada necessariamente por profissionais de nível superior), deveriam ainda compor a equipe do CRAS (metrópole): 02 auxiliares administrativos e 06 estagiários (Brasil, 2006b). Também nesse caso as equipes dos CRAS em Campinas não estão completas, sobretudo quanto ao auxiliar administrativo, que é um dos apontamentos mais frequentemente realizado pelos profissionais como causa de sobrecarga de tarefas burocráticas.

Além disso, alguns CRAS contam com profissionais da Prefeitura responsáveis pela limpeza (serviços gerais) e organização do espaço, como o controle de estoque de materiais de consumo de limpeza e outros (copos, café, etc).

Por fim, há que se pontuar que, embora não esteja previsto no SUAS, nem todos os CRAS possuem um vigilante, responsável pela vigilância e pela abertura e fechamento do equipamento. No município de Campinas este serviço é prestado por uma empresa terceirizada.

1.3- Organização do trabalho da equipe

As ONG's são agentes responsáveis pelo recebimento mensal do recurso financeiro disponibilizado pelo MDS para os CRAS. Além da contratação de recursos humanos, o recurso financeiro é utilizado na aquisição de material de consumo para as atividades realizadas nos CRAS.

A partir de 2008, as ONG's passaram a ser co-financiadas por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social. A organização do trabalho sofre alterações discutidas no âmbito do Conselho Municipal de Assistência Social.

Com o co-financiamento há a definição de metas de atendimento para o PAIF e os CRAS, sendo 250 famílias por mês para as ONG's executoras do PAIF e 1000 famílias por ano para a equipe do Poder Público dos CRAS. Cabe esclarecer que a meta das ONG's foi estabelecida no âmbito do Conselho Municipal de Assistência Social e a dos CRAS encontra-se definida no SUAS.

As famílias atendidas no Acolhimento e Referenciamento dos CRAS, de acordo com avaliação técnica são encaminhadas para as ações de acompanhamento desenvolvidas pela equipe do PAIF das ONG's.

As equipes de referência dos CRAS contam com os seguintes espaços para discussão do trabalho:

- Supervisão dos CRAS: periodicidade mensal, com todos os profissionais dos CRAS e do PAIF, organizado por representantes da Secretaria e coordenado por um profissional contratado. O local para as reuniões varia de acordo com as possibilidades de concessão do espaço negociada pela Secretaria. Devido ao grande número de profissionais há a necessidade de um local amplo para acomodação dos participantes.

Até 2007, as supervisões eram mensais, mas realizadas por região e coordenadas pela Coordenadoria Setorial de Apoio à Família – CSAF, atualmente denominada Coordenadoria Setorial de Proteção Social Básica - CSPSB, responsável pelos serviços da proteção social básica.

Em 2007, as equipes participaram também de encontros periódicos para troca de experiência entre os CRAS (apresentação do trabalho desenvolvido) com coordenação da Secretaria e de um espaço de integração, sob responsabilidade de um profissional contratado pela Secretaria.

- Reuniões de Equipe: geralmente são semanais com a participação da equipe técnica dos CRAS e do PAIF, coordenada pelo técnico de referência do CRAS e tem como principal objetivo a discussão e a organização do cotidiano das ações desenvolvidas pelo CRAS. Ocorrem na sede de funcionamento de cada CRAS.

- Reuniões de Equipe com o Distrito de Assistência Social: semanais, da qual fazem parte as equipes técnicas dos CRAS e do respectivo Distrito, gerenciadas pelos coordenadores de Distrito. Ocorrem na sede de cada Distrito (Sul, Leste, Norte, Noroeste e Sudoeste) e tratam sobre informes gerais da Secretaria, organização e planejamento de ações e discussões específicas trazidas pelo coordenador do Distrito ou levantadas pela equipe de profissionais a partir do cotidiano de atuação.

- Fóruns Intersetoriais: mensais, com a participação de representantes de diversas secretarias e ONG's. A organização e a participação nesses fóruns são bastante diversas de acordo com as características e as demandas de cada território. Geralmente, tratam de informes gerais sobre políticas públicas e sobre as comunidades do território de abrangência do Fórum e em algumas regiões possuem um tema específico definido pelos participantes como eixo central das discussões (como, por exemplo, violência doméstica contra crianças e adolescentes ou meio ambiente). Ocorrem em locais variados conforme a disponibilidade no território.

- Fórum para Discussão de Casos: mensal, com participação de diversos representantes das diversas secretarias para discussão de situações específicas de algumas famílias acompanhadas pela rede de recursos. Possui formato variado e não ocorre em todas as regiões.

- Fórum para Inclusão em Programas de Transferência de Renda: mensal, com participação de representantes de diversas secretarias, principalmente Saúde e Educação, e ONG's para discussão e priorização de casos para inclusão nos principais programas de transferência de renda, sobretudo Programa Renda Mínima e Jovem.com³¹. Geralmente ocorre no mesmo local onde acontece o Fórum Intersetorial.

- Reunião com Técnicos de Referência: bimestral, coordenada pela Coordenadoria Setorial de Proteção Social Básica - CSPSB, com a participação dos técnicos de referência dos CRAS e coordenadores de Distritos.

- Reunião com Coordenadoria Setorial de Gestão e IIS – CSGIIS, CSPSB e Técnicos de Referência dos CRAS: bimestral, para discussão de questões relacionadas aos programas de transferência de renda. Acontece geralmente na sede do Distrito de Assistência Social –Sul ou na Secretaria de Assistência Social.

2- Caracterização dos participantes

Segundo Gonzalez Rey (2005, p. 36):

“O pesquisador como sujeito não se expressa somente no campo cognitivo, sua produção intelectual é inseparável do processo de sentido subjetivo

³¹ Programa do governo municipal que concede uma bolsa no valor de R\$ 150,00 para jovens de 14 a 24 anos para aprendizagem de informática. É previsto em Diário Oficial do Município que a inclusão dos jovens no programa deve ser discutida intersetorialmente.

marcado por sua história, crenças, representações, valores, enfim de todos os aspectos em que se expressa sua constituição subjetiva”.

A Epistemologia Qualitativa desenvolvida pelo autor propõe um posicionamento diferenciado dos modelos tradicionais de pesquisa em relação ao pesquisador, assumindo uma perspectiva ativa e histórica do pesquisador enquanto sujeito do processo de produção de conhecimento. É, portanto a partir desses pressupostos que assumimos o caráter construtivo-interpretativo das informações dessa pesquisa e a presença ativa da pesquisadora, sujeito da prática profissional investigada.

Das reuniões que compuseram os diários de campo participavam os trabalhadores sociais funcionários públicos dos CRAS da Secretaria de Assistência Social, funcionários públicos que ocupam o cargo de coordenação dos Distritos de Assistência Social e profissionais terceirizados pelas ONG's para execução do PAIF nos CRAS. Os profissionais são de nível universitário, majoritariamente psicólogos e assistentes sociais.

A frequência nessas reuniões apresentava pequenas oscilações (uma média de 60 participantes, incluindo os coordenadores dos Distritos de Assistência Social e estagiários dos CRAS), mas com participação da maioria dos trabalhadores sociais.

Destacamos que em atenção aos objetivos propostos pelo presente estudo, a análise das informações buscou problematizar e refletir sobre a prática profissional dos trabalhadores sociais de uma forma geral, mas focalizando os aspectos destacados pelos objetivos quanto à prática profissional dos psicólogos.

3- Fontes de dados

A partir dos objetivos desta pesquisa, optamos em realizar uma análise dos dados reunidos de acordo com as seguintes fontes:

3.1- Análise Documental

Lüdke e André (1986, p.38) definem que podem ser considerados documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. Acrescentam que existem três situações básicas para o uso apropriado da análise documental: quando o acesso aos dados é problemático, quando o interesse do pesquisador é estudar o problema a partir da própria expressão dos indivíduos ou quando se pretende ratificar e validar informações obtidas por outras fontes de dados (Lüdke e André).

A escolha pela análise de documentos nesta pesquisa está relacionada à importância da verificação das diretrizes propostas para a atuação do psicólogo na Assistência Social no contexto do SUAS, para uma co-relação com os dados obtidos de outras fontes utilizadas. Neste sentido, a análise documental constitui técnica valiosa para abordagem de dados qualitativos, complementando as informações obtidas por outras técnicas (Bogdan e Biklen, 1994).

Segundo Bogdan e Biklen (1994), os documentos podem ser classificados em três tipos: oficial (decreto, parecer, norma), técnico (relatório, planejamento) e pessoal (carta, diário).

No contexto de implementação do SUAS, o Ministério do Desenvolvimento Social vem disponibilizando em sua página na Internet

documentos referentes à legislação da Assistência Social e guias de orientação dos serviços e ações a serem implantadas com o SUAS. Além disso, existem documentos dos Conselhos Federais de Psicologia e de Serviço Social que objetivam nortear o trabalho dos psicólogos na Assistência Social.

A dissertação “Sentidos subjetivos da prática profissional de psicólogos comunitários num espaço institucional” (Senra, 2005) é constituída por dois volumes, sendo o segundo composto pelo Anexo IV, material transcrito³² dos encontros realizados com os psicólogos, sujeitos daquela pesquisa. Por se caracterizar como um material extenso e com conteúdo de falas diretas dos profissionais envolvidos, sendo de fundamental importância quanto à prática profissional, optamos em dar continuidade em sua análise na perspectiva das questões elencadas para esta pesquisa.

Assim, a análise documental foi composta de documentos oficiais e técnico. Cabe pontuar que a identificação dos sujeitos estabelecida na pesquisa de Mestrado foi suprimida neste trabalho, uma vez que esta era composta por uma identificação numérica aleatória dos psicólogos, seguida dos anos de trabalho na Secretaria e na Ação Comunitária (programa no qual se encontravam inseridos na época). Tais informações estariam desatualizadas no momento atual e não foram consideradas relevantes para o presente estudo, em que consideramos os psicólogos e assistentes sociais enquanto membros das equipes dos CRAS/ PAIF, funcionários públicos e contratados por ONG's.

³² O conteúdo do material transcrito em Anexo IV será identificado por MT (material transcrito).

Dessa forma, foram selecionados os seguintes documentos:

Quadro 1: Documentos selecionados para análise.

<i>Documento</i>	<i>Origem</i>	<i>Ano</i>
Guia de Orientação Técnica – SUAS nº1 – Proteção Social Básica de Assistência Social (Brasil, 2005a)	MDS	2005
Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS (CFP, 2007a)	CFP	2007
Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social (CFP e CFESS, 2007)	CFP e CFESS	2007
Anexo IV da dissertação “Sentidos subjetivos da prática profissional de psicólogos comunitários num espaço institucional” (MT)	PUC- Campinas	2005

3.2- Diários de campo

O diário de campo é um instrumento de pesquisa que possibilitou o registro de informações produzidas no contexto coletivo dos profissionais

relacionadas aos objetivos da pesquisa. Representam as impressões da pesquisadora enquanto sujeito ativo e integrante desse processo de discussão e reflexão grupal acerca da prática profissional na Assistência Social.

Para Triviños (2008, p.154), as anotações de campo são “todas as observações e reflexões que realizamos sobre expressões verbais e ações dos sujeitos, descrevendo-as, primeiro, e fazendo comentários críticos, em seguida, sobre as mesmas”. Bogdan e Biklen (1994) também apontam que as anotações de campo são constituídas por material descritivo e reflexivo (idéias, observações e preocupações do pesquisador).

Os diários de campo elaborados no transcurso desta pesquisa são compostos por registros e observações realizados pela pesquisadora nas reuniões realizadas com os profissionais da Secretaria de Assistência Social, que integram as equipes dos CRAS e do PAIF. Portanto, as anotações nos diários de campo são oriundas de um processo de capacitação organizado pela Secretaria de Assistência Social e que reúne os trabalhadores sociais, em sua maioria psicólogos e assistentes sociais, funcionários públicos e profissionais contratados por ONG's através do processo de co-financiamento.

Os diários de campo estão organizados em três partes. A primeira com uma identificação geral, com número do diário, data da reunião, horário, local onde foi realizada a reunião, tema, coordenação e participantes. Em seguida, são descritos os principais conteúdos da reunião, informação quanto ao local, pessoas e ações observadas pela

pesquisadora. E por fim, um registro das principais reflexões e questionamentos da pesquisadora com base em sua participação nesses encontros e nos objetivos propostos pela pesquisa. Esta última constitui a parte qualitativa dos diários de campo, onde são registradas as principais impressões da pesquisadora acerca da reunião, considerada em seus aspectos formais e informais, tais como, conversas nos intervalos, comentários entre os profissionais durante a reunião e informações antecedentes aos encontros.

Os diários de campo foram elaborados após as reuniões realizadas pela Secretaria com os profissionais dos CRAS e do PAIF, encontram-se ordenados cronologicamente (Anexo 5), num total de dez diários assim distribuídos:

Quadro 2: Distribuição dos diários de campo

<i>Tema</i>	<i>Nº de diários de campo</i>	<i>Período</i>
Integração dos CRAS	1	Novembro/ 2007
Supervisão dos CRAS	5	Fevereiro a junho/2008
Troca de Experiências	2	Novembro e dezembro/ 2007

Informes gerais p/ os CRAS	1	Janeiro/20 08
Co-financiamento	1	Fevereiro/ 2008
Total	10	

As reuniões de Integração e de Supervisão são coordenadas por profissionais contratados por processo de licitação, ao passo que as demais foram coordenadas por representantes da Secretaria.

4- Procedimentos

4.1- Aspectos éticos

Nesta pesquisa são discutidos temas importantes relacionados ao cotidiano de trabalho dos psicólogos, o que poderia gerar impactos na vida das pessoas envolvidas. Por isso, seguiu determinações éticas do Conselho Federal de Psicologia e do Conselho Nacional de Saúde.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), em seu artigo 16 enfatiza a responsabilidade na realização de pesquisas, devendo os psicólogos avaliarem os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas.

A presente pesquisa foi submetida, após aprovação em exame de qualificação (dezembro/2007), ao Comitê de Ética em Pesquisa da universidade, com aprovação (protocolo 237/08), seguindo as normas

estabelecidas na resolução 016/00 do CFP (dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos):

“Toda pesquisa em Psicologia com seres humanos deverá estar instruída de um protocolo, a ser submetido à apreciação de Comitê de Ética em Pesquisa, reconhecido pelo Conselho Nacional de Saúde, como determina a resolução MS 196/96 do CNS” (CFP, 2006, on line).

Posteriormente, solicitamos a autorização da Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social (Direção do Departamento de Operações da Assistência Social- DOAS) para a realização da pesquisa, com a apresentação dos objetivos desta pesquisa juntamente com o Termo de Autorização da pesquisa (Anexo 1).

Tanto o material transcrito da dissertação “Sentidos subjetivos da prática profissional de psicólogos comunitários num espaço institucional” como os registros nos diários de campo preservam o anonimato dos participantes (CFP, 2005).

O Termo de Autorização da pesquisa (Anexo 1) compromete-se com “o acesso das pessoas, grupos ou organizações aos resultados das pesquisas ou estudos, após seu encerramento, sempre que assim o desejarem” (CFP, 2005, p. 14). Dessa forma, após encerramento da pesquisa proporemos a realização de uma reunião com representantes da Secretaria para divulgação dos resultados.

4.2- Etapas da pesquisa

Os registros em diário de campo são constituídos por observações de discussões em espaços coletivos oferecidos aos profissionais dos CRAS pela Secretaria. São compostos, portanto por registros da pesquisadora das reuniões de supervisão, de troca de experiências entre os CRAS e de temas estabelecidos pela Secretaria envolvendo os profissionais dos onze CRAS, bem como os coordenadores dos Distritos de Assistência Social.

Cabe pontuar que a pesquisadora, como profissional de um dos CRAS, participou direta e ativamente das reuniões com a responsabilidade do registro posterior das reuniões nos diários de campo.

A análise dos documentos e do material transcrito da dissertação de Mestrado “Sentidos subjetivos da prática profissional de psicólogos comunitários num espaço institucional” ocorreu concomitantemente à elaboração do diário de campo.

No desenvolvimento da pesquisa, diante das fontes de dados consideradas (análise documental e diários de campo) consideramos desnecessária a realização de entrevistas individuais com psicólogos, como havíamos sugerido como possibilidade no projeto de qualificação.

Para a construção das informações dessa pesquisa, as fontes de dados, inicialmente foram analisadas separadamente. Em seguida, todo material foi analisado de forma articulada de acordo com os objetivos propostos. Tal procedimento possibilitou a construção de três principais dimensões de análise e conseqüentemente de indicadores, que em um processo imbricado com a construção teórica da pesquisa buscou

articular as informações relevantes presentes em todo o processo na estruturação de uma produção de conhecimento pertinentes aos objetivos estabelecidos.

Dessa forma, foram analisadas as fontes de dados, a saber: a análise documental (as transcrições dos conteúdos dos encontros com grupo de psicólogos que compõem o volume Anexo da Dissertação de Mestrado “Sentidos subjetivos da prática profissional de psicólogos comunitários num espaço institucional” e os documentos oficiais selecionados para a pesquisa disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Conselho Federal de Psicologia e de Serviço Social) e os diários de campo das reuniões realizadas pela Secretaria de Assistência Social com os CRAS.

A análise dos diários de campo leva em consideração o entrelaçamento e as repercussões de temas deflagrados em reuniões que ocorreram em uma determinada seqüência temporal. Assim, os indicadores foram construídos com base nessa inter-relação entre as reuniões organizadas pela Secretaria.

Cabe pontuar que a análise proposta não esgota as questões e os dilemas vivenciados pelos profissionais que se engajam em uma prática social na realidade do nosso país. Mas, pretende antes de tudo desvelar e propor um debate acerca da atuação do psicólogo no campo da Assistência Social.

Segundo Gonzalez Rey (2005, p.116), “o processo construtivo-interpretativo em uma pesquisa qualitativa impõe ao pesquisador uma responsabilidade intelectual pela construção teórica resultante da

pesquisa”. A produção teórica neste tipo de pesquisa desenvolve-se durante todo o processo e está intrinsecamente relacionado ao momento empírico.

Ainda segundo o mesmo autor (2005, p. 116):

“A abertura ao momento empírico e a toda novidade por ele trazida não exclui a existência de marcos referenciais prévios do pesquisador, porém esses marcos não podem ser entidades fechadas para encaixar a informação que aparece no transcorrer da pesquisa, (...)”.

O processo de construção das informações envolve a produção de hipóteses mediante a construção de indicadores pelo pesquisador que articula os vários momentos das informações dos instrumentos utilizados e de todos os momentos da pesquisa. Isto significa extrapolar o nível descritivo das pesquisas positivistas e buscar ir além do conteúdo explícito das informações obtidas.

Gonzalez Rey (2003a, p. 181) esclarece que:

“Os processos de definição dos indicadores e de construção da informação representam dois momentos permanentes da pesquisa qualitativa que se relacionam ativamente entre si e que acompanham todo o desenvolvimento da pesquisa. O pesquisador, como sujeito do processo de pesquisa, é o produtor de ambos os momentos e está sempre comprometido com a qualidade do conhecimento produzido”.

Dessa forma, as informações foram organizadas a partir de 03 dimensões e que englobam os indicadores construídos a partir da análise das diversas fontes de dados: estratégias de enfrentamento - desarticulação entre os profissionais e posicionamento dos gestores da

Assistência Social dos trabalhadores sociais, compreensão dos psicólogos acerca de seu papel profissional na Assistência Social e transformação social e modelos de intervenção do psicólogo no CRAS.

CAPÍTULO III

CONSTRUÇÃO DA

INFORMAÇÃO

“O pesquisador vai construindo, de forma progressiva e sem seguir nenhum outro critério que não seja o de sua própria reflexão teórica, os distintos elementos relevantes que irão se configurar no modelo do problema estudado” (Gonzalez Rey, 2005, p.81)

A análise e a interpretação das informações contidas nas fontes de dados selecionadas para a pesquisa possibilitaram a construção de hipóteses e indicadores, que foram agrupados em três dimensões: estratégias de enfrentamento - desarticulação entre os profissionais e posicionamento dos gestores da Assistência Social dos trabalhadores sociais, compreensão dos psicólogos acerca de seu papel profissional na Assistência Social e transformação social e modelos de intervenção do psicólogo no CRAS.

Buscamos articular a construção dos indicadores com os objetivos propostos e com as concepções teóricas assumidos nesse trabalho, integrando as diferentes fontes de dados. Os documentos utilizados foram analisados em protocolos específicos (Anexos 3 e 4), assim como os diários de campo também segue análise em protocolo que reúne os dez diários elaborados (Anexo 2). Cabe observar que os protocolos utilizados tinham o objetivo de organizar as principais informações, mas de forma alguma representam um limitador para o processo construtivo-interpretativo das informações. Os protocolos são assim apoiadores e orientadores, mas não excluem o conjunto das informações das diferentes fontes de dados analisadas.

Na perspectiva da Epistemologia Qualitativa, a construção das informações possibilita a abertura de novos campos de reflexão acerca do problema estudado, a partir do próprio desenvolvimento do pensamento do pesquisador ao longo de toda a pesquisa.

Nesse sentido, apontamos a seguir uma síntese da relação estabelecida entre os objetivos, as fontes de dados e os indicadores construídos na análise das informações.

Dessa forma, quanto aos objetivos de pesquisar as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos psicólogos e de identificar a articulação coletiva entre os profissionais são analisados a partir da análise documental (Brasil, 2005a e MT) e dos diários de campo. Essa reflexão possibilitou a construção de indicadores diretamente relacionados aos objetivos: estratégias de enfrentamento individuais e estratégias de enfrentamento coletivas. Mas também possibilitou a construção de outros indicadores (o encapsulamento dos profissionais e das equipes e o posicionamento dos representantes da Secretaria) a partir da análise das informações sobretudo do material transcrito da dissertação “Sentidos subjetivos da prática profissional de psicólogos comunitários num espaço institucional” e dos registros em diários de campo.

Os objetivos de discussão do papel do psicólogo e sua atuação no campo da Assistência Social e de pesquisa sobre a compreensão do papel político de sua atuação para os psicólogos são analisados a partir da análise documental (Brasil, 2005a; CFP, 2007a; CFP e CFESS, 2007 e MT) e dos diários de campo. A análise dos documentos oficiais possibilitou identificar os principais avanços e desafios nas diretrizes

estabelecidas para a atuação dos psicólogos no campo da Assistência Social. Além disso, as reflexões sobre o praticismo destacam-se como um indicador de fundamental importância na compreensão da atuação do psicólogo numa instituição pública.

Por fim, o objetivo de estudar que modelos de intervenção têm sido construídos e desenvolvidos com o objetivo de transformação social é analisado a partir da análise documental (CFP, 2007a e CFP e CFESS, 2007) e dos diários de campo. Desenvolvemos uma análise quanto aos modelos de intervenção dos psicólogos identificados com base nos registros dos diários de campo e da relação destes com a concepção de transformação social. Para tanto, buscamos observar qual a reflexão presente sobre o termo nos documentos oficiais e nos debates entre os profissionais.

Cabe ressaltar, contudo que a síntese acima não fragmenta os objetivos, que estão intrinsecamente relacionados em todo processo de construção da informação.

1. Estratégias de Enfrentamento: desarticulação entre os profissionais e posicionamento dos gestores da Assistência Social

Com base na análise dos diários de campo e do material transcrito do Anexo IV (MT) observamos que as principais estratégias de enfrentamento das adversidades encontradas no cotidiano de trabalho de psicólogos na área da Assistência Social ainda permanecem no âmbito de posturas individualizadas.

1.1- Estratégias de Enfrentamento Individuais

O aspecto individual das estratégias de enfrentamento manifestou-se no posicionamento de alguns profissionais dos CRAS/PAIF nas reuniões realizadas pela Secretaria de Assistência Social, cujos registros compõem os diários de campo.

Consideramos estratégias individuais uma vez que caracterizam posicionamentos individualizados, sem a existência de uma prévia articulação explícita entre os profissionais. Observamos que essas posturas individuais ressoam ou não no grupo de profissionais dos CRAS/PAIF. Algumas dessas estratégias manifestas por meio de um questionamento verbalizado não possuem retorno (concordância ou não) por parte dos outros profissionais, que se mantêm em silêncio.

O debate sobre o processo de co-financiamento das ONG's constituiu o principal foco de tensão nas discussões realizadas no período em que foram elaborados os diários de campo. O processo de mudança das ações foi instalado, implicando em uma reorganização das equipes dos CRAS. Assim, profissionais do Poder Público passaram a executar o Acolhimento e Referenciamento e profissionais contratados pelas ONG's responsabilizaram-se pelo Acompanhamento às famílias na execução do PAIF.

Dessa forma, nas reuniões entre os profissionais dos CRAS/PAIF o tema do co-financiamento deflagrou falas dos profissionais na tentativa, sobretudo de ampliar o debate e enfrentar a diretriz assumida pelos profissionais responsáveis pela gestão na Secretaria de Assistência Social.

Em uma reunião para troca de experiências entre os CRAS, em novembro/2007, a presença de um representante da Secretaria na abertura da reunião anunciava a intencionalidade dos gestores pelo não debate da questão.

“Nesse encontro foi muito interessante a presença de uma representante da Secretaria para abrir a reunião e iniciar sua fala com a recomendação de que o assunto do co-financiamento não era para ser tratado ali. O tema polêmico e emergente do momento para os profissionais não poderia ser discutido” (DCn⁰¹).

Na ocasião não havia a cisão entre as equipes e os profissionais do Poder Público e das ONG's compunham a mesma equipe do CRAS, com execução de atividades comuns. Não havia também um comunicado oficial sobre as determinações das alterações nas ações para as equipes. Porém, as propostas já eram comentadas nos momentos informais entre os trabalhadores sociais e que foram confirmadas posteriormente³³.

Mesmo diante da recomendação expressa da Secretaria de silêncio sobre o assunto, o tema do co-financiamento foi levantado nessa reunião por alguns profissionais, que apontavam o impacto das mudanças na qualidade do desenvolvimento das intervenções, que até então eram realizadas em conjunto entre servidores públicos e profissionais contratados pelas ONG's. Mas, a discussão foi anulada pelos representantes da Secretaria.

“Quando mesmo assim o assunto foi trazido no debate, a coordenadora da reunião buscou contemporizar afirmando que essas questões poderiam ser

³³ Os profissionais costumam utilizar o termo “rádio peão” para se referirem quando situações dessa natureza são propagadas e comentadas informalmente entre os profissionais, antes que o fato seja oficialmente anunciado pelos gestores.

discutidas em um espaço específico, mas esclarecendo, porém que uma portaria normativa do CMAS já estaria sendo publicada provavelmente naquela semana” (DCnº1).

“Tratava-se de um tema com implicações diretas no cotidiano de trabalho dos psicólogos e assistentes sociais, que estavam ali reunidos para compartilhar e debater as experiências, mas não podiam discutir as mudanças que estavam sendo debatidas no âmbito da Secretaria e do Conselho Municipal de Assistência Social” (DCnº1).

Observamos uma distância entre a elaboração de novas propostas no desenvolvimento das ações, com a participação dos gestores e o envolvimento dos profissionais que serão afetados diretamente com o impacto destas mudanças. No final de 2007, a proposta do co-financiamento das ONG's foi aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social e publicada em Diário Oficial do Município (Campinas, 2008), sem nenhuma discussão dos gestores da Secretaria com os trabalhadores sociais, que ao contrário bloquearam qualquer tentativa de deflagração de debate sobre o assunto.

Em uma reunião ocorrida no início de 2008, a pauta informada pela coordenação da reunião abordava informes gerais para os CRAS, como a avaliação sobre os processos de capacitação do ano anterior e a discussão sobre as planilhas quantitativas mensais elaboradas pelos CRAS. Contudo, o co-financiamento assumiu destaque quando a coordenação da reunião pontuou que o assunto seria discutido posteriormente e especificamente com a equipe de cada CRAS.

“Primeiro foi questionado sobre por que a discussão não é realizada no coletivo e depois levada para cada CRAS” (DCn⁰⁴) .

“Depois foi apresentada a proposta por um dos profissionais de realizar uma discussão das diretrizes do co-financiamento segundo as determinações gerais” (DCn⁰⁴).

“... e propôs que fosse realizada uma votação para verificar se deveria ser feita uma discussão coletiva ou não sobre o co-financiamento” (DCn⁰⁴).

Os profissionais realizaram tentativas no sentido de que o debate sobre as diretrizes do co-financiamento fossem discutidas de forma coletiva, isto é, com todas as equipes dos CRAS/PAIF. Os representantes da Secretaria, porém não permitiram que o debate sobre o tema ocorresse naquele espaço, mantendo uma inflexibilidade na discussão do tema. A coordenação da reunião reafirmou a estratégia de discussão em cada CRAS, tendo como justificativa os valores diferenciados em cada região para o co-financiamento das ONG's.

O local onde a reunião foi realizada dispôs os profissionais em um auditório, caracterizando certa formalidade para a discussão. O clima era tenso e as falas dos profissionais impregnadas de bastante nervosismo e irritação. Porém, todas as tentativas e as propostas apresentadas pelos trabalhadores sociais foram desconsideradas e desvalorizadas pela coordenação da reunião que pontuou que:

“... existem decisões que são tomadas no nível de gestão, mas que se quiséssemos poderíamos tirar dúvidas naquele momento, numa clara postura de encerrar a discussão sobre o assunto” (DCn⁰⁴).

A reunião no mês seguinte, contudo teve como principal pauta definida pela Secretaria o co-financiamento. Para colaboração com a discussão proposta estiveram presentes outros representantes da Secretaria que ocupam cargos de gestão. A presença desses profissionais, contudo caracterizava uma blindagem da Secretaria contra qualquer argumentação técnica e foi comentada informalmente entre os profissionais.

“Alguns profissionais cochichavam: ‘pediram ajuda aos universitários hoje?’”
(DCn⁰⁵).

Quanto ao co-financiamento, houve questionamento, sobretudo quanto aos critérios para o estabelecimento da meta de atendimento de 250 famílias por mês por cada ONG que executa o PAIF.

“Uma coordenadora representante da Secretaria que estava presente disse que os profissionais deveriam ter sido envolvidos na construção do plano de trabalho da ONG. E acrescentou que se isso não aconteceu, é muito sério, e que este tipo de situação será verificada no monitoramento que a Secretaria irá realizar”(DCn⁰⁵).

A Secretaria de Assistência Social iniciou a partir de 2008 o processo de monitoramento das ações desenvolvidas pelos CRAS/ PAIF, sendo realizado pela Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle – CSAC da própria Secretaria. Porém, nos comentários informais durante a reunião observamos uma discrepância entre o que é afirmado pela Secretaria e a vivência do cotidiano pelos profissionais contratados pelas ONG's.

“Nos bastidores, os profissionais comentavam que não participaram da elaboração do plano de trabalho da ONG em que atuam e alguns afirmaram terem participado” (DCnº5).

Havia um interesse dos profissionais em discutir as alterações no desenvolvimento das ações dos CRAS, uma vez que o co-financiamento estabelece competências distintas para equipe do Poder Público (Acolhimento e Referenciamento) e das ONG's (Acompanhamento das famílias).

Os profissionais não demonstravam interesse em discutir os valores das verbas para cada CRAS/PAIF, que foi o principal eixo da apresentação da coordenadora da reunião, mas em abrir um espaço para debate sobre a condução do processo e os impactos das mudanças com o co-financiamento.

“Novamente foi questionado sobre as mudanças nas ações e que é necessário um espaço coletivo para debate desse assunto. A coordenadora da reunião informou que essas questões deverão ser discutidas na supervisão dos CRAS que será retomada ainda este mês”(DCnº5).

“Havia uma forte defesa da Secretaria para que as discussões fossem realizadas com cada CRAS, numa tentativa óbvia de diluir a polêmica” (DCnº5).

Observamos que, embora a pauta oficial da reunião fosse o co-financiamento, todas as considerações que buscavam uma discussão mais aprofundada sobre a questão foram ignoradas ou impedidas pela Secretaria, sendo insistentemente afirmado que a discussão seria retomada no processo de supervisão dos CRAS.

Contudo, na reunião que retomou a supervisão dos CRAS, o tema do co-financiamento não foi posto em pauta pela Secretaria. Porém um dos participantes questionou a profissional contratada para a supervisão qual a sua avaliação quanto à meta das ONG's.

“Durante sua fala uma participante, que é profissional de ONG pediu para fazer uma pergunta e questionou como ela entende que fica a questão da qualidade do atendimento às famílias com a meta que foi estabelecida para as ONG's. A supervisora pediu esclarecimentos, pois não tinha conhecimento de que meta era essa que estava sendo discutida. Foi esclarecida pela própria profissional e por outros que colaboraram, que se trata da meta de atendimento fixada para as ONG's no processo de co-financiamento do CMAS de Campinas. Essa meta é de 250 famílias/ mês para os profissionais que atuam nas entidades co-financiadas. A supervisora comentou que se trata de uma meta “bastante robusta” e que precisa ser melhor entendida e discutida”(DCn⁰⁶).

Alguns profissionais compartilhavam um mal-estar nos momentos informais, pois o profissional de uma ONG que havia questionado na reunião anterior sobre a definição da meta da ONG havia sido demitido naquela semana. Destacamos que a demissão ocorreu dias após esse posicionamento na reunião. Havia, portanto um forte sentimento de retaliação a um questionamento considerado pertinente pelos profissionais. Tal sentimento também foi manifestado pelos psicólogos em 2005:

“Concordo com você que é muito desagradável, a nível pessoal você dizer não, você passa como uma pessoa descompromissada, que você é difícil” (MT).

“Então assim, acho que é o medo que a gente tem de enfrentar, porque você vai ter que sair do lugar, você vai ter reivindicações. É o medo da retaliação” (MT).

Diante do medo da retaliação, os profissionais em sua maioria recuam, abstêm-se da manifestação de dúvidas, questionamentos e comentários e compactuam em um grande silêncio presente em várias reuniões.

“Após as duas apresentações foi aberto espaço para o debate. Houve um enorme silêncio!” (DCnº3).

“A liberação para o almoço ocorreu antes do meio dia pelo silenciamento e ausência de debate” (DCnº3).

“Havia um completo abatimento dos profissionais (...), não demonstravam a menor disponibilidade em se posicionar, realizar comentários, discordar, concordar, enfim o que quisesse” (DCnº3).

“A maior parte dos profissionais permaneceu em silêncio” (DCnº6).

O silêncio dificulta a articulação coletiva dos profissionais, que assim como em 2005 permanecem assumindo posicionamentos individuais como estratégia de enfrentamento das adversidades do cotidiano da prática profissional, desconhecendo o posicionamento dos demais profissionais e não avançando em uma discussão enquanto categoria de profissionais (psicólogos, assistentes sociais e funcionários públicos).

“A nossa tendência ainda é ir criando estratégias pessoais, que eu acho muito legal para a sobrevivência mental nossa. Mas eu acho Tb. que há a necessidade de ter soluções mais coletivas” (MT).

O posicionamento individual enquanto uma estratégia de enfrentamento das adversidades da prática profissional relaciona-se não somente ao tema do co-financiamento, mas pôde ser observado também, por exemplo, no questionamento quanto ao desenvolvimento da própria reunião de supervisão dos CRAS/PAIF.

“Um dos participantes questionou se a apresentação ficaria somente em um dos CRAS ou seria feito o que foi combinado na reunião anterior, da realização de uma dramatização com uma situação comum a todos os CRAS” (DCnº8).

“Um dos profissionais questionou se passaria a discutir o Acompanhamento sem ter esgotado o tema do Acolhimento” (DCnº8).

Tais questionamentos resultaram em um redirecionamento das atividades e do debate. Cabe ressaltar que a supervisão dos CRAS iniciou com o profissional contratado pelo processo de licitação e após a vinda de uma palestrante convidada, esta profissional é quem tem assumido a condução da supervisão até o momento.

A palestra intitulada “Proteção social básica: significados da matricialidade sociofamiliar e metodologias de trabalho com famílias” ocorreu em junho/2006 e foi bastante comentada e elogiada pelos profissionais nos momentos informais dos encontros seguintes.

“O conteúdo apresentado nesse encontro foi denso e bastante elogiado pelos profissionais, durante e após a reunião. O interesse dos profissionais também podia ser visualizado pelas participações durante o debate. Alguns

profissionais, nos momentos informais, comentavam se a professora não poderia dar continuidade ao processo de supervisão dos CRAS". (DCnº9)

Embora a justificativa oficial aponte impedimentos de agenda da profissional contratada, observamos que após uma avaliação negativa e uma série de questionamentos dos profissionais, tanto nos posicionamentos verbais durante a supervisão, como nos momentos informais é que ocorreu a "substituição" na condução da supervisão dos CRAS.

O posicionamento individualizado dos profissionais foi observado ainda na discussão quanto às dificuldades do cotidiano, sobretudo o baixo grau de autonomia dos profissionais para priorizar ações que consideram com maior grau de relevância.

"As demandas da Secretaria chegam a toque de caixa não respeitando as prioridades". (DCnº2)

Constatamos assim, que a maioria dos profissionais assume uma postura de silêncio, manifestando-se nos momentos informais e que alguns assumem posturas individualizadas, que até resultaram no alcance do objetivo esperado (como a mudança na condução do processo de supervisão). Contudo, na maioria das vezes os representantes da Secretaria nas reuniões buscam anular essas manifestações dos profissionais que questionam e/ou contrariam os posicionamentos assumidos pela gestão municipal da Assistência Social.

1.2- Estratégias de Enfrentamento Coletivas

Observamos, porém, algumas estratégias de enfrentamento **coletivas** expressas por algumas equipes dos CRAS. Não refletem um posicionamento de uma categoria de profissionais, como psicólogos ou assistentes sociais, mas de uma discussão desses profissionais que compõem determinadas equipes de alguns CRAS. Expressam assim posicionamentos de um grupo de profissionais e a verbalização aconteceu por um ou mais profissionais que compõem a equipe.

Dessa forma, quanto à discussão a respeito da designação de “técnicos de referência” adotada pela Secretaria de Assistência Social, observamos que dois CRAS assumiram posicionamentos distintos dos demais em um sentido oposto ao proposto pela Secretaria.

Como já esclarecemos anteriormente, os CRAS no município de Campinas possuem profissionais concursados designados pela secretaria enquanto “técnicos de referência”, que assumiram algumas atribuições de um coordenador, sem, contudo exercerem de fato este cargo e sem remuneração específica.

O tema foi deflagrado em uma das reuniões cujo objetivo era a troca de experiência entre os CRAS, havendo uma apresentação das principais ações de cada CRAS.

“Um dos CRAS pontuou que: ‘como esse cargo não existe, resolvemos nos organizar assim’, referindo-se a um revezamento que fazem para a participação em reuniões que seriam do coordenador de CRAS” (DCn⁰¹).

De fato, o cargo previsto nos documentos oficiais que regulamentam o SUAS (Brasil, 2005a; 2006a; 2006b) definem que um profissional de nível superior deverá ser designado como coordenador do CRAS.

As equipes destes dois CRAS citados propuseram o revezamento como uma forma de manter a articulação com a Secretaria, sobretudo com a participação nas reuniões com os “técnicos de referência”, sem comprometer um dos profissionais com o acúmulo de funções.

Outra estratégia de enfrentamento coletiva refere-se ao posicionamento assumido por um dos CRAS quanto às diretrizes do co-financiamento.

“Um dos CRAS mesmo após as determinações do co-financiamento, permanece realizando o Acolhimento com a equipe do PAIF (ONG) e do CRAS (Poder Público)” (DCnº8).

A explicitação dessa estratégia em uma reunião provocou espanto e curiosidade em outros profissionais sobre a possibilidade de uma execução diferenciada das ações, contrariando as diretrizes do co-financiamento estabelecidas pela Secretaria de Assistência Social por meio do CMAS.

As estratégias coletivas, porém não são aprofundadas no debate; são apresentadas, mas não há uma discussão sobre a ampliação e a necessidade ou não de fortalecimento de estratégias semelhantes.

Em 2005, os psicólogos também relataram as tentativas de articulação coletivas e apontaram a importância de um movimento neste sentido dos profissionais.

“... ela chamou várias vezes os psicólogos para sentarmos e estarmos elaborando o documento para mandar lá para o Conselho (CFP). Ela não conseguiu reunir os psicólogos, nem para algo que era de interesse nosso,...” (MT).

Refere-se a uma tentativa de articulação e organização da categoria de profissionais da Psicologia da Secretaria de Assistência Social proposta pela Coordenadoria Setorial de Recursos Humanos para elaboração de documento com solicitação de título de especialista de Psicologia Social para os psicólogos da Secretaria. Por fim, o documento foi elaborado pela coordenadora, que na ocasião era uma psicóloga e enviado para os psicólogos, que remeteram a solicitação individualmente para o CFP.

Os psicólogos apontam a dificuldade, portanto na organização coletiva para tratar de assuntos de interesse comum para os profissionais, como o reconhecimento de um título pelo órgão representativo da classe.

Questionam assim a postura assumida pela própria categoria diante das dificuldades impostas ao desenvolvimento das ações e das mudanças no direcionamento das propostas de atuação que são determinadas pelos gestores da Secretaria de acordo com os interesses e a compreensão da administração municipal.

“Então, se nós enquanto coletivo começamos a aprender a falar não, como criança que aprende a falar não e começa a desenvolver a personalidade e a identidade, não é isso?” (MT).

“Se nós somos capazes de dizer não, talvez a gente consiga ajudar mais a população” (MT).

“De efetivo, na prática, o que é que a gente tem feito para conquistar esse espaço?” (MT).

“Estou querendo uma coisa coletiva, não de um profissional que fez esse movimento lá num lugar e outro lá no outro” (MT).

As dificuldades, portanto na construção de estratégias coletivas de enfrentamento não são recentes, predominando tentativas individualizadas de enfrentamento dos principais obstáculos no cotidiano de atuação.

“A nossa tendência ainda é ir criando estratégias pessoais, que eu acho muito legal para a sobrevivência mental nossa. Mas eu acho também que há a necessidade de ter soluções mais coletivas”. (MT)

O questionamento dos profissionais aponta inclusive as incongruências entre as posturas assumidas e o discurso difundido acerca da natureza da atuação, na ocasião na Ação Comunitária.

“A gente fala muito do eu e Ação Comunitária não é individual” (MT).

Destacamos que nos encontros realizados entre os psicólogos que participaram da pesquisa de Mestrado (Senra, 2005), os profissionais sentiram-se em um ambiente acolhedor e confiante, o que possibilitou a expressão espontânea e aberta de muitos conflitos da prática profissional, inclusive permitindo o questionamento dos próprios profissionais acerca dos posicionamentos assumidos. Questionaram assim, a omissão e a

desarticulação entre os psicólogos, que terminam por sucumbir e repetir processos geradores de impotência na atuação profissional.

1.3- Encapsulamento dos Profissionais e das Equipes

Observamos assim, em decorrência do baixo grau de articulação coletiva entre os psicólogos e entre os trabalhadores sociais de uma forma geral, um **encapsulamento dos profissionais e das equipes**.

“A supervisora questionou de que forma os participantes preferiam se agrupar e a maioria propôs que a divisão fosse por regiões e os subgrupos se organizaram então em cinco, pelos cinco distritos de Assistência Social” (DCnº7).

Há pouco compartilhamento das ações desenvolvidas e debate acerca das diferenças em cada território. Assim, as equipes demonstram uma tendência em trocar vivências do cotidiano da prática profissional entre seus pares, ou seja, com profissionais da mesma equipe de CRAS e com equipe de CRAS que pertence ao mesmo Distrito de Assistência Social de sua região.

Cabe ressaltar que em 2007 foram realizadas reuniões de troca de experiências entre os CRAS, quando todos os onze CRAS apresentaram as principais ações, dificuldades e desafios. Mesmo após estas apresentações, os profissionais apontam a necessidade em compartilhar as experiências, principalmente no que se refere ao enfrentamento das dificuldades do cotidiano das ações.

“Os profissionais ainda questionam como cada CRAS tem desenvolvido as ações, como enfrentam as dificuldades e como conseguem desenvolver determinadas atividades” (DCnº8).

“As questões permanecem centradas no diferencial de cada CRAS e as equipes se posicionando nesse debate dentro de seu território de abrangência” (DCnº8).

As apresentações dos CRAS aconteceram durante o ano de 2007, mas com as alterações oriundas do co-financiamento, as equipes manifestam o interesse da troca de experiências dos impactos e propostas para o desenvolvimento das ações diante da nova configuração de atribuições para as equipes dos CRAS.

Há, contudo um movimento contraditório, no sentido deste interesse pelo compartilhar e por outro lado no momento de oportunização deste espaço, as equipes optam em discutir as tarefas propostas na supervisão com os pares.

“Eu percebi que os problemas que eu sempre enfrentei como psicólogo social, os outros colegas Tb. enfrentaram, não é uma coisa só minha. E num dado momento eu achava que era eu” (MT).

A palestrante convidada para uma das reuniões de supervisão em 2008 destacou um aspecto interessante da repercussão desse movimento que aqui denominamos de encapsulamento dos profissionais para as diversas esferas da prática profissional na Assistência Social, entre elas a intersetorialidade.

“Apontou que os profissionais da Assistência Social transitam pouco por outras políticas, pelo território, costumam olhar muito para o próprio umbigo em um movimento endógeno, caracterizando-se como profissionais de escrivania (reproduzindo a estrutura do nível central de gestão)” (DCnº9).

Questionamentos quanto à intersectorialidade já estavam presentes na pesquisa em 2005 com os psicólogos comunitários. Na ocasião, apontaram a contradição entre um discurso dos trabalhadores sociais na defesa do coletivo, da participação popular e profissional nos espaços de debate e sua ação compensatória, emergencial e com grande dificuldade de articulação interna (profissionais e serviços da própria Secretaria desarticulados).

“Assim, será que a gente tem claro qual é o nosso papel nisso (*referindo-se à intersectorialidade*)? Um vai porque é convidado, o outro porque precisa ir, e a gente vai por quê?” (MT).

“Acaba ficando uma coisa incongruente. Faça o que eu falo, mas não faça o que eu faço” (MT).

“Nós orientamos a nossa população a fazer uma coisa e nós fazemos outra!” (MT).

Os profissionais discutiram, portanto a incongruência observada no cotidiano de atuação. É a partir desta perspectiva histórica do desenvolvimento das ações no âmbito da Assistência Social em uma instituição pública, que podemos compreender este momento atual de encapsulamento das equipes inserido em movimento contraditório e tenso entre os trabalhadores sociais.

1.4- Posicionamento dos Representantes da Secretaria

Por sua vez, podemos também relacionar estas estratégias individualizadas e encapsuladas dos profissionais e equipes com o próprio **posicionamento assumido pelos representantes da Secretaria**, que reforçam o silenciamento, o medo da retaliação, o fatalismo e a impotência dos profissionais. O tema do co-financiamento ilustra de forma crucial esta tensão entre os profissionais da “ponta” e os gestores da Secretaria.

“Na retomada das atividades após o lanche, a supervisora pontuou que devemos quebrar essa separação que os profissionais fazem entre acolhimento e acompanhamento. Houve grande burburinho dos participantes e comentários de que não são os profissionais que fizeram essa separação. A supervisora não comentou essa reação da platéia e prosseguiu com a discussão” (DCnº10).

Observamos que a presença de alguns profissionais externos contratados tem corroborado o posicionamento da Secretaria, não exercendo assim um papel facilitador ou mediador no processo de capacitação dos profissionais dos CRAS.

Na reunião cuja pauta oficial era o co-financiamento a postura assumida pelos profissionais representantes da Secretaria foi de combate a todas as argumentações e questionamentos dos profissionais, em tom de ironia para o que era levantado.

“Nessa reunião tudo o que os profissionais questionavam era rebatido. Houve uma postura de que espaços para as dúvidas existiram e que os profissionais não utilizaram” (DCnº5).

“A sensação de muitos na platéia era de estarem sendo tratados como idiotas com muita dificuldade de compreensão daquilo que para a Secretaria é simples e não tem que ser discutido” (DCnº5).

“Quando um profissional apontou que no monitoramento dos CRAS que será realizado pela Secretaria aparecerá também os servidores públicos que não querem trabalhar, uma representante da Secretaria concordou veementemente, dando uma risada sarcástica, numa clara demonstração de ironia com os profissionais dos CRAS” (DCnº5).

O tema do co-financiamento foi sempre adiado nas discussões pelos representantes da Secretaria, evitando os questionamentos dos profissionais.

Mais uma vez destacamos a contradição entre o discurso e a prática. A Secretaria promove espaços de capacitação coletiva, assumindo uma defesa da importância da formação continuada dos profissionais, contudo verdadeiramente não promove espaços abertos de debate das questões polêmicas relacionadas à gestão.

“A nossa secretaria é montada para não dar certo. Tem um discurso para ser emancipatório que na prática é assistencialista” (MT).

Devemos enfatizar ainda que, os espaços coletivos de capacitação das equipes foram de fato significativamente ampliados com a implantação do SUAS no município, sem, contudo significar em uma ampliação verdadeira e democrática do debate e da participação dos profissionais que executam a política.

Gonzalez Rey (2004b, p.41) destaca que:

“Saber que somos úteis e valorizados e sentir que os outros se preocupam conosco são elementos fundamentais do bem-estar emocional do indivíduo em qualquer grupo humano. Os estudos institucionais, no âmbito trabalhista, devem considerar as formas de organização que facilitam um estilo de direção aberto e participativo (...)”.

Nos relatos dos profissionais e nas observações da pesquisadora registradas em diários de campo observamos a desvalorização dos trabalhadores sociais e a desconsideração dos questionamentos assumidos durante as reuniões realizadas pela Secretaria. A percepção dos profissionais acerca desse posicionamento dos gestores da Assistência Social retrai a participação aberta dos primeiros em espaços de capacitação, o que por sua vez, reforça a desvalorização da instituição, que entende que os profissionais não ocupam os espaços ofertados através da baixa participação nestes momentos.

Neste mesmo livro em que trata sobre personalidade, saúde e modo de vida, Gonzalez Rey (2004b) pontua as principais características presentes na dinâmica formal da vida de trabalho e que observamos no cotidiano de atuação dos trabalhadores sociais são: orientação absoluta ao cumprimento; falta de iniciativa individual relacionada à instituição e ao próprio processo de trabalho; apatia diante de novas idéias e projeções e não pertencimento ao local de trabalho, fortalecendo assim posições individualistas orientadas somente à função que cada um tem que desempenhar.

Os posicionamentos individualizados, as poucas estratégias coletivas de enfrentamento das dificuldades, o encapsulamento das

equipes e o silenciamento em muitos momentos de debate expressam a baixa articulação entre os trabalhadores sociais e os gestores da Secretaria de Assistência Social.

Segundo Gonzalez Rey (2004b, p.46):

“O diálogo é a única forma de legitimar a singularidade dos sujeitos envolvidos em vínculos institucionais, porque por meio deles as pessoas manifestam, de forma diferenciada e ativa, suas considerações sobre um determinado tópico, aparecendo, assim, diferentes alternativas a partir da troca de idéias, da força das fundamentações implicadas, da lógica dos argumentos apresentados e do clima promovido pelo diálogo, o qual é decisivo para a formulação das alternativas diante da situação que gerou a discussão”.

Concordamos com o autor que um processo de expressão das forças vivas que caracterizam os espaços institucionais esbarrará, no entanto sempre nos limites atuais da forma de organização política da sociedade. Coloca-se assim, o desafio do enfrentamento destes limites dentro da organização do cotidiano de atuação dos trabalhadores sociais, considerando a necessidade de ruptura com um movimento de apatia, impotência, fatalismo que assola os profissionais.

O movimento é contraditório e tenso na expressão das diversas forças, mas defendemos que a possibilidade de expressão dos trabalhadores sociais é construída de forma mais significativa por meio da construção de estratégias de enfrentamento coletivas, que envolvam a articulação destes profissionais.

Porém, mesmo diante de um baixo grau de articulação entre os profissionais, observamos que o posicionamento destes mesmo que incipiente tem impacto no desenvolvimento de algumas ações. Por

exemplo, quando a maioria dos profissionais dos CRAS/ PAIF realizou uma avaliação³⁴ negativa do processo de supervisão e resultou no afastamento da profissional contratada, sendo o processo assumido pela palestrante convidada, cuja avaliação foi muito positiva.

Concordamos, porém com Montero (2004, p.2) que o “fortalecimento não é desenvolvido no isolamento, não é tarefa solitária. Não é o resultado da formação individual, pois supõe sempre – como em todo processo comunitário – relações com os outros”.

Ainda segundo a autora, o processo de fortalecimento é caracterizado pelas seguintes fases: o desenvolvimento de um forte sentido da pessoa em sua relação com o mundo; a construção de uma concepção crítica sobre as forças sociais políticas que compõe a realidade e que influenciam o contexto de vida dos indivíduos e das comunidades; o desenvolvimento da capacidade de relacionar reflexão e ação e, por último, a criação e a aplicação de estratégias e recursos visando fortalecer os grupos e produzir intervenções que beneficiem a coletividade (Montero, 2003).

Dessa forma, defendemos a necessidade de investimento na maior articulação entre os profissionais, que seja provocada pelos próprios e que possibilite assim a construção de estratégias de enfrentamento coletivas, capazes e potentes no enfrentamento de algumas das adversidades vivenciadas na prática profissional na instituição pública.

³⁴ Ao final de cada reunião dos CRAS/ PAIF era disponibilizado um formulário de avaliação para os profissionais, que poderiam preenchê-lo individualmente, resguardando o anonimato.

2. Compreensão dos psicólogos acerca do seu papel profissional na Assistência Social

Para a construção desta dimensão consideramos as informações dos diários de campo, das transcrições dos encontros dos psicólogos (MT) e dos documentos oficiais selecionados (CFP, 2007a; CFP e CFESS, 2007 e Brasil, 2005a).

Na análise dessas diferentes fontes de dados, observamos que a discussão sobre o papel do psicólogo na Assistência Social ainda se mantém de forma incipiente, apesar da elaboração de documento com parâmetros para a atuação do psicólogo no SUAS recentemente pelo CFP.

Os psicólogos, assim como os assistentes sociais restringem sua prática profissional a um tarefaísmo, na execução final da política pública descontextualizado das discussões pertinentes ao campo de atuação.

2.1- Avanços e desafios nas proposições oficiais acerca do papel do psicólogo

Com a implantação do SUAS, o Ministério do Desenvolvimento e o Conselho Federal de Psicologia elaboraram documentos que buscam fornecer parâmetros para a atuação dos psicólogos nos CRAS. Na análise destes documentos constatamos

O Ministério do Desenvolvimento Social publicou o “Guia de Orientação Técnica – SUAS nº1 – Proteção social básica de Assistência Social” (Brasil, 2005a). O documento define, em linhas gerais que os

profissionais dos CRAS devem ter a capacidade de realizar escuta qualificada individual ou em grupo, articular serviços e recursos para atendimento das famílias e indivíduos, trabalhar em equipe, produzir relatórios e documentos e desenvolver atividades socioeducativas que visem o fortalecimento familiar e a convivência comunitária.

O texto, no entanto, não esclarece as especificidades da atuação dos profissionais (assistente social e psicólogo); mas, define, de modo geral, as diretrizes metodológicas do trabalho com famílias e indivíduos e os serviços e as ações que devem ser ofertados pela equipe de profissionais dos CRAS.

Recentemente (agosto/ 2007), o Conselho Federal de Psicologia, através do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP³⁵ disponibilizou em versão on-line as “Referências Técnicas para a atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS” (Conselho Federal de Psicologia, 2007a). O documento tem como objetivo “trazer para a reflexão, com os profissionais da Psicologia, aspectos da dimensão ético-política da Assistência Social, a relação da Psicologia com a Assistência Social, a atuação da(o) psicóloga (o) no CRAS e a gestão do trabalho no SUAS” (Conselho Federal de Psicologia, 2007a, p.7).

Para a concretização do documento o Conselho Federal de Psicologia disponibilizou uma versão preliminar para consulta pública (lançada em Diário Oficial da União – nº96) dos psicólogos. Participaram 296 profissionais, sendo que 85% declararam que trabalhavam em

³⁵ Criado com a finalidade de identificar a existência de práticas relevantes, sistematizar e documentar práticas relevantes, sistematizar e documentá-las e disponibilizá-las para toda a sociedade (Conselho Federal de Psicologia, 2007).

organizações públicas e 14,7% em ONG's. O local de trabalho mais citado foi o CRAS (43%) (Conselho Federal de Psicologia, 2007a).

O referido documento aponta como princípios que devem orientar a prática do psicólogo no CRAS:

- “1. Atuar em consonância com as diretrizes e objetivos da PNAS e da Proteção Social Básica (PSB), (...);
2. Atuar de modo integrado à perspectiva interdisciplinar, em especial nas interfaces entre a Psicologia e o Serviço Social (...);
3. Atuar de forma integrada com o contexto local, com a realidade municipal e territorial, fundamentada em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais;
4. Atuar baseado na leitura e inserção no tecido comunitário, para melhor compreendê-lo, e intervir junto aos seus moradores;
5. Atuar para identificar e potencializar os recursos psicossociais, tanto individuais como coletivos, realizando intervenções nos âmbitos individual, familiar, grupal e comunitário;
6. Atuar a partir do diálogo entre o saber popular e o saber científico da Psicologia;
7. Atuar para favorecer processos e espaços de participação social, mobilização social e organização comunitária, contribuindo para o exercício da cidadania ativa, autonomia e controle social, evitando a cronificação da situação de vulnerabilidade;
8. Manter-se em permanente processo de formação profissional, buscando a construção de práticas contextualizadas e coletivas;
9. Atuar com prioridade de atendimento aos casos e situações de maior vulnerabilidade e risco psicossocial;
10. Atuar para além dos *settings* convencionais, em espaços adequados e viáveis ao desenvolvimento das ações, nas instalações do CRAS, da rede socioassistencial e da comunidade em geral” (CFP, 2007a, p.20).

Torna-se necessário, portanto mudanças na atuação tradicional do psicólogo, para o desenvolvimento de uma intervenção baseada nessas diretrizes propostas. O próprio documento ressalta essa necessidade quando explicita, por exemplo, como um dos princípios que deve orientar a prática do psicólogo nos CRAS: “atuar para além dos *settings* convencionais (...)” (Conselho Federal de Psicologia, 2007a, p.12).

Enfatiza também que “as práticas psicológicas não devem categorizar, patologizar e objetificar as pessoas atendidas, (...)” (Conselho Federal de Psicologia, 2007a, p.17). Tais afirmações tornam-se necessárias, considerando a formação e atuação do psicólogo, tradicionalmente distante da realidade da população atendida pela Assistência Social. A inserção do psicólogo no campo da Assistência Social embora tenha aumentado em sua abrangência nos últimos anos, requer avanços na formação de profissionais mais capacitados para a atuação social, bem como desenvolvimento e aprimoramento de metodologias de intervenção e de produções teóricas na área.

A atuação preventiva com as comunidades exige, portanto do psicólogo novas metodologias em novos lugares, que priorizem sobretudo espaços coletivos.

Os princípios elencados no documento do CFP ressaltam também o caráter de interdisciplinaridade da atuação do psicólogo, principalmente com o Serviço Social, uma vez que assistentes sociais compõem o quadro majoritário de profissionais na Secretaria de Assistência Social.

O documento também destaca o risco no estabelecimento de uma relação entre público e privado:

“(…) onde o poder público transforma-se em mero repassador de recursos a organizações não-governamentais, que assumem a execução direta dos serviços sócio-assistenciais. Esse tipo de relação incorre no risco de transformar o (a) profissional em um (a) mero (a) fiscalizador (a) das ações realizadas pelas ONG’s e esvazia sua potencialidade de formulador (a) e gestor (a) público (a) da política de Assistência Social” (CFP e CFESS, 2007, p. 31).

Discutir o papel do psicólogo a partir deste panorama exige o envolvimento, a participação da categoria na reflexão sobre os principais desafios enfrentados na prática profissional do psicólogo social.

Em “Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social” (Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social, 2007), a questão da interdisciplinaridade entre assistentes sociais e psicólogos recebe uma abordagem que enfatiza a importância da criação de espaços para discussão e reflexão do trabalho, visando o reconhecimento “das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação” (Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social, 2007, p.39).

O documento destaca também que:

“O trabalho em equipe não pode negligenciar a definição de responsabilidades individuais e competências, e deve buscar identificar papéis, atribuições, de modo a estabelecer objetivamente quem, dentro da equipe multidisciplinar, encarrega-se de determinadas tarefas” (CFP e CFESS, 2007, p.41).

A tensão entre os trabalhadores sociais foi desvelada na pesquisa realizada em 2005 e na ocasião foi pontuado que este é “um dos aspectos que precisam ser modificados para conseguir um novo nível de integração na equipe de trabalho, sem o qual o aspecto técnico vai estar sempre comprometido” (Senra, 2005, p.55).

Ao abordar a inserção da Psicologia na Assistência Social, o texto enfatiza o caráter de desnaturalização da violação dos direitos e de luta pela superação das desigualdades sociais pertinentes à natureza das ações dos CRAS (Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social, 2007). Porém, possibilita uma concepção individualista ao afirmar que “(...) o sujeito atendido plenamente, por um (as) profissional comprometido (a) com seu processo de cidadania, desenvolve, pela própria experiência, a autonomia e o empoderamento para fazer valer seus direitos” (Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social, 2007, p. 22). Uma análise que descontextualiza os processos históricos e estruturais da sociedade, impondo ao indivíduo a responsabilidade de transformação de uma realidade com determinantes estruturais que não possíveis de uma modificação individualmente.

É enfatizada a necessidade de conhecimento da legislação social e pontuado que “no âmbito da Psicologia, contudo, faz-se necessária a sua inclusão no processo de formação” (CFP e CFESS, 2007, p.41). A atuação do psicólogo descontextualizada das legislações pertinentes a área, definem uma incompletude em sua prática, uma vez que as legislações constituem instrumentos de seu exercício profissional.

Os documentos aqui mencionados (Guia de Orientação Técnica – SUAS nº1 – Proteção social básica de Assistência Social, Referências Técnicas para a atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS e Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social) evidenciam a necessidade de constante atualização quanto ao fazer do psicólogo na Assistência Social e de reflexão acerca do papel profissional neste contexto de atuação.

Permitem de certa forma, compreensões múltiplas sobre a atuação do psicólogo, ao não explicitarem que projeto social e político defendem. Apontam para a importância da análise conjuntural e histórica das comunidades e famílias, contudo não assumem em que sentido, para além do indivíduo a transformação social implicada no compromisso social da Psicologia deve caminhar.

Anteriormente ao advento do SUAS, os psicólogos não possuíam uma normativa técnica do CFP. Estes documentos constituem, no entanto uma primeira sistematização de diretrizes e parâmetros para a atuação do psicólogo no campo da Assistência Social.

Todavia, para além dos conteúdos dos documentos oficiais, a prática profissional dos psicólogos é reveladora de inúmeros questionamentos e desafios na construção do papel do psicólogo na Assistência Social.

“... dentro do nosso trabalho sócio-educativo, psico-educativo, psicossocial, cada um chama de uma coisa, ...” (MT).

Nos espaços de capacitação organizados pela Secretaria para os profissionais dos CRAS/ PAIF não existe uma discussão específica quanto à especificidade da atuação do psicólogo. A prática profissional no

CRAS é discutida geralmente de forma generalizada e os conteúdos dos documentos elaborados pelo CFP e deste em conjunto com o Conselho Federal de Serviço Social não são abordados. Observamos assim, que da discussão realizada nas reuniões dos CRAS/ PAIF, o papel profissional dos trabalhadores sociais ainda é discutido distante dos parâmetros dos documentos oficiais tanto do MDS quanto dos órgãos de classe. Não podemos dimensionar o grau de apropriação dos profissionais destes documentos com base na participação nas reuniões registradas em diários de campo.

Acreditamos que os pontos de complementaridade entre a atuação de psicólogos e assistentes sociais são mais amplos do que as próprias especificidades, contudo entendemos que se torna importante esta reflexão e a explicitação dos limites, dos desafios e das contribuições de cada área (Psicologia e Serviço Social). A ausência de foco neste debate é fator de enfraquecimento da intersetorialidade e de produção de zonas de tensão crescentes entre os profissionais.

2.2- Praticismo³⁶: o psicólogo como executor das políticas públicas

A questão do papel a ser desempenhado pelo psicólogo na Secretaria de Assistência Social está relacionada principalmente com a necessidade de explicitação das especificidades dos campos profissionais predominantes, da Psicologia e do Serviço Social.

³⁶ Termo utilizado na dissertação "Sentidos subjetivos da prática profissional de psicólogos comunitários num espaço institucional" (Senra, 2005) para designar a predominância no cumprimento de tarefas na atuação dos trabalhadores sociais.

“Mas acho que a gente também tem que ter clareza, ter um posicionamento, se não a gente vai no barco e vai...” (MT).

Os psicólogos apontaram então desde 2005, uma tendência de homogeneização dos trabalhadores sociais por parte da Secretaria, não propiciando nenhuma discussão efetiva a respeito das complementaridades e diferenciações entre as atuações de psicólogos e assistentes sociais.

“Então assim, a própria instituição vai fazendo assim na gente, e a gente fica meio sem saber o que fazer” (MT).

Os próprios psicólogos, porém questionam a postura de submissão a este movimento da Secretaria, colocando em xeque mais uma vez a desarticulação da categoria.

“Então assim, o quanto falta ainda clareza das possibilidades do papel, da identidade. Porque daí a gente começa a cobrar, às vezes por se sentir impedido em alguns momentos, começa a cobrar o que teria faltado da Secretaria e acho que isso tem que partir da gente” (MT).

As dificuldades na definição das atribuições dos psicólogos estão identificadas também com a deficiência na formação para a atuação profissional na área social.

“Na prática estamos tendo um problema que já vem desde a teoria” (MT).

Há, portanto uma desarticulação entre a formação e a prática profissional e “o descompasso entre demandas sociais e formação denota

fragmentações que se traduzem em dissociações entre fazer e saber, (...)” (Scaparo e Guareschi, 2007, p.107).

Desinstrumentalizados quer pela formação deficitária, quer pela ausência de debate quanto ao papel que desempenham na área da Assistência Social, os psicólogos restringem as reflexões no processo de capacitação e supervisão ao **praticismo** e às dificuldades imediatas enfrentadas no cotidiano de atuação.

“Um dos CRAS citou o exemplo que até pouco tempo possuía apenas um técnico do Poder Público, que é o técnico de referência” (DCnº7).

“Percebo que a discussão se mantém assim no plano prático do cotidiano de trabalho, não ocorre a discussão conjuntural e metodológica” (DCnº8).

O encapsulamento das equipes favorece a ausência de uma reflexão abrangente da prática profissional com a confrontação de posicionamentos diferentes.

“Os profissionais ainda questionam como cada CRAS tem desenvolvido as ações, como enfrentam as dificuldades e como conseguem desenvolver determinadas atividades. E, as questões permanecem centradas no diferencial de cada CRAS e as equipes se posicionando nesse debate dentro de seu território de abrangência” (DCnº8).

As discussões permanecem, na maioria das vezes restritas aos aspectos práticos do cotidiano e a atuação profissional fica à mercê das conjunturas políticas do município.

“Às vezes a gente põe no piloto automático e nem se dá conta de pensar: o que é que a gente está fazendo mesmo?” (MT).

“Agora em vez de cadastrar 150, tem que cadastrar 300 famílias. Assim... então dificulta o nosso trabalho, a gente não tem tempo para trabalhar a comunidade” (MT).

Os profissionais são absorvidos por demandas administrativas, sem a reflexão do sentido destas ações. O comentário acima se refere ao início da organização do PAIF em 2005, com a exigência por parte da Secretaria de cadastramento de um número de famílias, segundo solicitação do MDS. Os profissionais na ocasião queixavam-se que a ação do cadastro se sobrepunha ao trabalho comunitário.

Observamos que os comentários a respeito da burocracia mantêm-se, considerando as novas demandas com a implantação dos CRAS.

“Houve um burburinho entre os participantes quando a palestrante comentou que a burocracia deve ser posta a serviço das nossas intencionalidades” (DCn⁰⁹).

Os psicólogos questionam, no entanto um movimento de naturalizar e banalizar as dificuldades, como se estas fossem inerentes à estrutura da instituição pública. Dessa forma, os obstáculos ao desenvolvimento das ações assumem contornos de imutabilidade.

“E coisas que a gente começa a naturalizar, achar que faz parte, toda instituição tem” (MT).

O fatalismo, no entanto é reforçado diante da dificuldade percebida e o esforço necessário para a efetivação de mudanças que os profissionais consideram importantes para uma atuação de maior qualidade.

A indefinição dos papéis profissionais atravessa vários momentos da política de Assistência Social anteriores ao SUAS e permanece, portanto sem uma discussão a partir do novo contexto da Política Nacional de Assistência Social.

Com o processo de co-financiamento das ONG's em Campinas, a inter-relação entre as equipes dos CRAS e PAIF merece especial atenção e constitui elemento que agrega complexidade na questão da interdisciplinaridade.

Os psicólogos encontram-se imersos em um trefismo e as discussões, nos espaços coletivos das equipes dos CRAS/ PAIF, circulam em torno de dificuldades do cotidiano e planejamento de ações sem uma reflexão articulada com os parâmetros estabelecidos pelos documentos oficiais, com as opções realizadas pela gestão municipal e com a produção de conhecimento acumulada por pesquisas e abordagens teóricas na área.

As apresentações nas reuniões para troca de experiências entre os CRAS revelaram o aspecto sobretudo prático das intervenções. Com exceção de um dos oito CRAS que se apresentaram, todas as demais equipes iniciaram a apresentação relatando as principais características do território e as intervenções. Os relatos das experiências não partiram de um posicionamento teórico assumido pela equipe, seja ele em consonância ou não com as proposições do MDS, do CFP ou do CFESS.

O trefismo é atravessado por uma série de demandas (administrativas e emergenciais) que impedem a avaliação do processo de execução que possibilitaria um aprofundamento do sentido das ações.

Dessa forma, o profissional torna-se um mero **executor da política pública**, sem questionamentos e sem proposições alicerçadas em argumentos da natureza e dos objetivos de sua prática profissional.

Quanto a isto Gonzalez Rey em palestra pontuou:

“Uma coisa que eu acho que é muito importante colocar quando a gente pensa em uma equipe interdisciplinar e que eu penso que algo que falta aqui, é ter uma plataforma de trabalho. Você tem que ter um programa de trabalho. Esta equipe irá realmente se orientar por que objetivos, o que precisa para isso?” (MT).

Alguns psicólogos já apontavam este aspecto:

“A gente discute sempre os nossos papéis, mas esquece qual é o objetivo, qual é a proposta de trabalho” (MT).

Os profissionais sentem-se ameaçados, contudo com as constantes mudanças no desenvolvimento das ações em decorrência das alterações no cenário político municipal.

“Quando veio o desmonte, que veio um trator e destruiu tudo que estava em cima, aí assim, o psicólogo ficou perdido” (MT).

“Mas a gente fica a mercê das políticas e das mudanças de governo...” (MT).

“Tem uma assistente social que falava: tá bom agora a gente vai brincar de que?” (MT).

“Quero apontar o momento de transição política que coloca a importância de um posicionamento dos profissionais, o que historicamente na Assistência Social não acontece (...)” (MT).

Os profissionais atualmente vivenciam novamente um processo de transição política³⁷ no município, com implicações ainda desconhecidas. Há uma expectativa de diminuição da vulnerabilidade das ações com a implantação do SUAS. Porém, avaliamos que há avanços com a sistematização da política de Assistência Social, mas que ela por si só não constitui garantia de continuidade das ações. O cotidiano é atravessado pelos interesses locais e como exemplo disto já citamos a opção pela terceirização de recursos humanos na Assistência Social por intermédio do co-financiamento das ONG's.

Entendemos, portanto que atualmente apesar da definição mais clara de um programa de trabalho com a implantação do SUAS, torna-se imprescindível, contudo outro posicionamento do psicólogo na construção de estratégias de enfrentamento e no fortalecimento de sua ação, que implica em uma maior apropriação da normatização da política de Assistência Social, mas também em posicionamento político. Alguns psicólogos apontaram esse questionamento:

“Eu compartilho disso de que a gente não tem mesmo esse posicionamento acho que político dentro da secretaria” (MT).

2.3- Dimensão política da atuação do psicólogo

Ao psicólogo cabe não somente uma atuação em seus aspectos técnicos, mas também em seu **aspecto político**.

“Eu ultimamente tenho pensado muito em que contexto as coisas estão acontecendo” (MT).

³⁷ O prefeito Helio de Oliveira Santos (PDT) foi reeleito nas eleições de outubro de 2008.

A prática profissional do psicólogo no campo da Assistência Social deve se pautar em uma análise crítica do contexto em que se desenvolve. Ao profissional da “ponta” não compete somente a implantação e execução da política pública, o que implica em uma atuação mais ampla, em seu papel político. Yamamoto (2007, p. 36) reforça que “o desafio posto para a categoria é ampliar os limites da dimensão política de sua ação profissional”.

“Então me deu a sensação de que a saída possível é isso, articular a angústia do cotidiano, a um posicionamento político e institucional” (MT).

O que verificamos, contudo no cotidiano relatado pelos profissionais é uma atuação que não corresponde a essa lógica. Os psicólogos e os trabalhadores sociais de um modo geral situados entre a população e a gestão pública da política, assumem papéis variados e até mesmo contraditórios. Propagam um discurso emancipatório, mas reproduzem mecanismos assistencialistas e não transformadores que caracterizam determinadas propostas de atuação na Assistência Social.

Gonzalez Rey em palestra realizada em 2005 para psicólogos comunitários da Secretaria de Assistência Social destacou que:

“Eu penso que, por exemplo, às vezes quando a gente está muito envolvido num trabalho prático em demandas, a gente chega a perder a importância, o sentido da importância que a gente tem como produtor de zonas de visibilidade do saber” (MT).

“Que vocês possam ter a possibilidade de colocar problemas, de debater, de fraturar essa cotidianidade” (MT).

Yamamoto (2007) também neste sentido destaca que os psicólogos devem articular-se com o campo acadêmico, buscando o desenvolvimento de “outras possibilidades teórico-técnicas, inspiradas em outras vertentes teórico-metodológicas que as hegemônicas da Psicologia” (p. 36).

Torna-se importante assim, enfatizar a necessidade dos trabalhadores sociais e não somente os psicólogos ocuparem espaços para além da vivência cotidiana. A sistematização das ações e a articulação com as produções teóricas das universidades possibilitando uma visibilidade da prática profissional na Assistência Social. Tal articulação possibilita ainda um fortalecimento das ações, constituindo uma estratégia de enfrentamento das adversidades, principalmente nos períodos de transição política da gestão municipal.

Observamos que apesar dos avanços no discurso a respeito da atuação profissional do psicólogo social, a prática ainda mantém traços conservadores, que dificultam a construção de um trabalho interdisciplinar com assistentes sociais.

Quanto a estes aspectos, Gonzalez Rey pontuou:

“Agora eu penso que nunca pode haver interdisciplinaridade se eu chego na disputa com o outro e falo: olha, tua função é a cesta básica e a minha é a escuta terapêutica. Penso que por aí nunca consiga a interdisciplinaridade. Porque eu diria que a escuta é dele e é minha. A cesta básica é dele e é minha. Uma situação dialógica é dele e é minha. Uma dinâmica de grupo é dele e é minha. Ou seja, não existem instrumentos na ciência de hoje que são patrimônios do psicólogo” (MT).

“Isso nos vêm de um referencial extremamente positivista, instrumentalista. Delimitar a função do campo pelos instrumentos que se utiliza. A função do campo se delimita por um saber que se acrescenta” (MT).

Observamos que no momento atual de implantação do SUAS, a discussão dos limites e ações comuns dos trabalhadores sociais não estiveram presentes nos debates nas reuniões realizadas com os profissionais dos CRAS/ PAIF. A tensão entre trabalhadores sociais pôde ser observada nos encontros com os psicólogos comunitários em 2005, do qual os assistentes sociais não faziam parte. Nos diários de campo desta pesquisa não há registro de debate entre os profissionais sobre a delimitação das especificidades dos papéis.

Constatamos assim, que dilemas vivenciados no cotidiano de atuação dos psicólogos permanecem, mesmo com a definição de uma diretriz nacional de ação para a Assistência Social, o que denota a necessidade de ampliação do debate com foco nas principais diretrizes, estabelecendo objetivos comuns e competências profissionais para as equipes dos CRAS/ PAIF.

Não há registros nos diários de campo de uma discussão entre os profissionais quanto ao papel do psicólogo na Assistência Social e nem tampouco quanto às várias dimensões dessa atuação, inclusive a política. Dessa forma, não podemos afirmar qual a compreensão para os psicólogos de seu papel político, mas pela ausência do debate sobre a questão, avaliamos como incipiente a articulação das várias dimensões da atuação na Assistência Social em uma instituição pública para os psicólogos.

Montaño (2006) em uma análise quanto à atuação do profissional de Serviço Social apresenta colocações, que consideramos pertinentes a atuação do psicólogo, no que se refere ao caráter político da ação.

“O fato do assistente social estar no contexto das contradições e dos conflitos entre classes (o que não significa que possua um papel “mediador” entre elas) faz deste profissional, particularmente, um ator essencialmente *político*. Político (não partidário) no sentido de participante desta *relação conflituosa entre as classes*. Relação (onde atua o assistente social) que se expressa de várias formas: déficit de consumo, incapacidade de acesso a determinados bens e/ou serviços, questões salariais, desemprego, discriminação (de todas as formas: sexual, de gênero, étnica e racial, xenofobia, etária, etc.), mortalidade, dependência química, entre tantas outras manifestações da “questão social” (Montaño, 2006, p.145).

O aspecto político da atuação do psicólogo implica assim, em um posicionamento quanto a Psicologia que defendemos e que valores sustentam e orientam a prática profissional. Se a defesa é por uma Psicologia comprometida com a realidade da população atendida pela política de Assistência Social e com a transformação social desta realidade, a atuação do psicólogo deve buscar estratégias de intervenção de ruptura com os mecanismos opressores presentes na sociedade atual.

É no debate de idéias e na articulação, por exemplo, com o território de abrangência dos CRAS, com o cotidiano das pessoas atendidas, com a realidade do município, com a realidade do mundo globalizado, com as deliberações políticas federais, estaduais e municipais da política de Assistência Social que o psicólogo constrói uma atuação crítica. Dessa forma, são várias as dimensões que compõem o

tecido social de uma atuação profissional em uma instituição pública, constituindo uma trama complexa, a partir de uma relação imbricada com as subjetividades dos profissionais.

Gonzalez Rey (2003a, p.202) esclarece que:

“Da perspectiva da subjetividade social, os processos sociais deixam de ser vistos como externos em relação aos indivíduos, ou como um bloco de determinantes consolidados, que adquirem o status do objetivo diante do subjetivo individual, para serem vistos como processos implicados dentro de um sistema complexo, a subjetividade social, da qual o indivíduo é constituinte e, simultaneamente, constituído”.

Nesta relação complexa, o psicólogo deve manter-se sempre aberto à reflexão e a uma perspectiva crítica de sua atuação, buscando a explicitação de seu compromisso social, que norteará o papel profissional a ser desempenhado. Assumindo assim, seu lugar de sujeito em sua prática profissional.

A partir de uma compreensão crítica dos processos estruturais que constituem nossa sociedade e de uma concepção de subjetividade como a de Gonzalez Rey (em que se configura a complexa relação entre os espaços sociais) aguçamos um olhar mais crítico sobre a atuação no campo da Assistência Social. E assim, favorecemos a busca por formas de ruptura com o fatalismo, que naturaliza as dificuldades encontradas no cotidiano da prática profissional dos psicólogos e trabalhadores sociais. Quanto a estes aspectos destacados, Montaño (2006, p.150) esclarece que:

“Mas esta naturalização muitas vezes conduz a um verdadeiro “*fatalismo*”, ao cristalizar as condições atuais como imutáveis, rígidas, perenes, ingressando

assim num possibilismo resignado e hipotecando as possibilidades de um horizonte distinto. Isto é o que se vê em definições como o trabalho social possível”.

Defendemos, portanto que a construção do lugar do psicólogo na política de Assistência Social perpassa pela compreensão desse profissional enquanto sujeito de sua prática e, que, para tanto se torna fundamental um processo de fortalecimento, capaz de rupturas com o fatalismo e a impotência que atinge os profissionais. E ainda que para o desenvolvimento de uma atuação comprometida com a transformação social é imprescindível um posicionamento político, que amplie a atuação para além do cumprimento de tarefas, no sentido de uma maior participação nos diversos espaços de reflexão quanto à prática profissional.

Sant’ana (2008) ao discutir as proposições de Montero situa a participação como elemento fundamental no processo de fortalecimento, permitindo que as demais características possam ser desenvolvidas e aprofundadas. A participação implica em uma ação conjunta do grupo que compartilha os mesmos interesses e objetivos e requer aspectos como solidariedade, colaboração, comunicação horizontal, compromisso, capacidade de organização, de execução e de tomadas de decisões compartilhadas pelos atores sociais (Montero, 1996).

Entendemos assim, que a construção do papel do psicólogo é permeada por muitos desafios e que o envolvimento dos profissionais nas discussões pertinentes à atuação na Assistência Social constitui aspecto central no avanço da reflexão sobre a prática profissional.

3. Transformação social e modelos de intervenção do psicólogo no CRAS

Nas apresentações realizadas em 2007 nos Encontros para Troca de Experiências entre os CRAS, as equipes, de um modo geral, expuseram as características do território de abrangência do CRAS, as principais atividades desenvolvidas, bem como as dificuldades enfrentadas. Foram registradas em diários de campo duas reuniões com esta finalidade, com a apresentação de 08 (oito) CRAS.

Observamos nas apresentações que a maior parte das equipes não se preocuparam em destacar os princípios e os objetivos que norteiam as ações que executam. As atividades foram elencadas, caracterizando o público alvo, a metodologia e uma breve avaliação das ações do CRAS.

Percebemos que as atividades são executadas como cumprimento de tarefas e de exigências, que muitas vezes não são propostas pelos profissionais. Assim, não se questiona o sentido de existir, por exemplo, um grupo para atendimento de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda. O grupo existe simplesmente porque estas famílias devem cumprir com condicionalidades e os profissionais dos CRAS são responsáveis por esse acompanhamento.

“Questionei se as equipes têm tido espaço para refletir sobre o sentido das ações, uma vez que os profissionais costumam cair em um trefismo e não param para pensar no “para quê” estão fazendo aquilo. As equipes pontuaram que procuram fazer isto nas reuniões de equipe” (DCn^o1).

“A respeito da questão que levantei quanto à reflexão do sentido das ações, as equipes ficaram restritas a resposta de rever o planejamento das ações

a partir das discussões nas reuniões de equipe. As respostas não alcançaram ao que de fato questioneei, que é a reflexão sobre o sentido do que é feito, o que demonstra o quanto as equipes ficaram submersas ao praticismo, o que é pensado refere-se somente aquilo que acontece na prática, se está dando certo ou não” (DCn⁰¹).

As equipes, portanto planejam e avaliam tendo como parâmetro as tarefas que devem executar, sem uma reflexão acerca da natureza e concepção de sua atuação.

Por isto, percebemos que ainda é incipiente uma discussão que articule os princípios e os objetivos das ações com a realidade da prática profissional. As equipes encontram-se aprisionadas no cumprimento de metas quantitativas (principalmente as equipes do PAIF), negligenciando o debate sobre as diretrizes da atuação profissional estabelecidos pela política de Assistência Social e pelo acúmulo de produção teórica na área.

Nos espaços de capacitação dos profissionais dos CRAS/PAIF, como na supervisão mensal coordenada por um profissional contratado, as discussões teóricas realizadas envolvem pouca participação dos psicólogos e dos assistentes sociais.

“A supervisora definiu que o CRAS é o espaço de publicização da política e chamou a atenção para o fato que não adianta levar para o CRAS práticas conservadoras e que a superação disso passa pelo empoderamento (“não tem outro caminho”)” (DCn⁰⁹).

“Destacou por fim, que o território é espaço de conflitos e de tensões. E que se é ‘para legitimar a mesmice, não precisa de assistente social, qualquer profissional serve” (DCn⁰⁹).

Aspectos como os acima destacados pela supervisora contratada não deflagraram comentários pelos profissionais dos CRAS/ PAIF; o que não permitem afirmativas quanto aos motivos do baixo envolvimento dos profissionais nestas discussões.

Mesmo diante do levantamento de pontos relevantes e/ou polêmicos sobre a prática profissional, a maioria dos profissionais mantém uma postura de silêncio, o que dificulta uma avaliação da concordância ou não com os posicionamentos assumidos por um profissional externo. Os comentários ocorreram nos momentos informais das reuniões e a concordância com os apontamentos foi observada em alguns momentos pela troca de olhares entre profissionais que compartilham mesmas idéias.

Acreditamos que as equipes encapsuladas em si mesmas e que o receio da retaliação por parte da Secretaria dificultem a expressão verbal dos profissionais acerca dos principais aspectos destacados da política de Assistência Social.

O não envolvimento com o debate e a não exposição de idéias omitem pontos críticos da política e engendra os profissionais em uma espécie de armadilha, onde os gestores avaliam que oferecem espaços de capacitação e de debate, mas os profissionais não se apropriam e não valorizam estas possibilidades de discussão da prática profissional.

Este panorama dificulta uma reflexão aprofundada sobre o sentido de transformação social para os profissionais em suas ações. O termo é banalizado, de uso recorrente, mas pouco fundamentado. Conforme referências técnicas do CFP (2007a, p.17) “uma psicologia comprometida

com a transformação social toma como foco as necessidades, potencialidades, objetivos e experiências dos oprimidos”. O documento afirma assim, que a atuação do psicólogo na Assistência Social deve ter como finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas.

Tal concepção é repetida no documento que aponta os parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos na Assistência Social (CFP e CFESS, 2007). Contudo, existe apenas uma única referência no texto que se refere ao termo transformação social, presente no trecho que discute a inserção da Psicologia na Assistência Social. Não identificamos o uso dessa terminologia no texto específico do Serviço Social.

Pelos comentários e relatos dos profissionais observamos que as atividades desenvolvidas parecem ter um fim em si mesmas, sem um planejamento em longo prazo, caracterizando-se sobretudo pelo cumprimento de tarefas, negligenciando a perspectiva de transformação social.

“A supervisora destacou que o CRAS não é posto de fiscalização das condicionalidades dos programas de transferência de renda e nem agência de despachante” (DCnº9).

Nas reuniões realizadas pela Secretaria de Assistência Social com os CRAS, observamos, no entanto que uma das equipes em sua apresentação explicitou a compreensão do sentido de suas ações, com base no entendimento da Assistência Social enquanto uma política de direitos e nos fundamentos teóricos da educação popular de Paulo Freire.

Neste CRAS observamos um processo diferenciado de todos os outros quanto ao desenvolvimento do Acolhimento e Referenciamento.

“Esse CRAS deu ênfase à forma como realizam o Acolhimento, que é feito de forma grupal e coordenado por uma dupla de psicólogo e assistente social. Em cada Acolhimento um tema é escolhido pelas pessoas presentes para ser discutido naquele dia” (DCnº 1).

O Acolhimento é realizado por uma dupla de profissionais, sendo um do Poder Público e outro contratado via ONG. A discussão, portanto é realizada inicialmente em grupo priorizando uma demanda elencada pelos próprios participantes e que, geralmente refere-se a uma questão comum para a maioria do grupo. Em seguida os atendimentos individuais são realizados.

Entendemos que, com base nos princípios apresentados por essa equipe e nas características descritas das ações desenvolvidas, este CRAS realiza uma proposta de Acolhimento comprometida com a transformação social daquela realidade do território onde as pessoas atendidas vivem.

Ao tomar como eixo central das discussões as demandas emergentes dos participantes presentes, a equipe desse CRAS propicia uma reflexão coletiva acerca dos problemas daquela comunidade e das possíveis soluções e/ou encaminhamentos deles, assim como os passos necessários para algumas reivindicações.

A experiência deste CRAS não é inédita³⁸, mas assume como pressuposto a transformação social, embasada nos princípios explicitados pela equipe e que orientam a sua atuação naquele território. Cabe pontuar que destacamos uma das ações do CRAS (Acolhimento e Referenciamento) como calcada na transformação social da realidade, o que não permite, portanto afirmamos que todas as ações assumem esse caráter.

Diferenciamos, no entanto esta proposta das demais, uma vez que as outras apresentações não destacaram características que permitissem uma análise no sentido de transformação social. Ao contrário, algumas demonstraram bastante semelhança com antigos modelos da Assistência Social (Plantão Social), apenas deslocados agora para o espaço físico do CRAS, representando um conservadorismo nas ações. Os CFP e CFESS (2007) frisam a necessidade de superar essa tendência presente no âmbito dos CRAS, em “restringir a atuação aos atendimentos emergenciais a indivíduos, grupos ou famílias, o que pode caracterizar os CRAS e a atuação profissional como um grande plantão de emergências, (...)” (CFP e CFESS, p. 31).

É importante destacar a análise realizada por Freitas (2005), que os trabalhos comunitários podem estar situados em um *continuum* entre transformação – manutenção e que de acordo com a etapa e condição em que estiverem podem mudar de lugar, representando, por exemplo, momentos de transformação ou manutenção do *status quo*. Para Freitas (2005, p.50), alguns trabalhos comunitários podem ser transformadores

³⁸ Sobre essa relação entre o caráter inédito ou não do trabalho comunitário e a transformação social, consultar Freitas (2005).

em alguns momentos, “sem necessariamente implicar numa proposta de transformação social na sua totalidade ou nos aspectos estruturantes”.

A partir dessa análise torna-se compreensível o aspecto contraditório presente em várias intervenções comunitárias, num movimento de busca pela transformação social, mas traduzida em práticas com alcance transformador e outras ainda conservadoras.

Entendemos, portanto que o fato de não identificarmos outras possibilidades de ações de cunho de transformação social nos CRAS não signifique que elas poderão ocorrer em um dado momento e/ou que já existiram em momento anterior, mas que no período dos registros dos diários de campo desse estudo só nos foi possível identificar uma experiência em desenvolvimento de transformação social em um dos CRAS município.

A avaliação do desenvolvimento das práticas comunitárias necessita de especial atenção dos trabalhadores sociais, uma vez que é por meio de uma reflexão crítica acerca da atuação que podemos caracterizar e adjetivar as ações em desenvolvimento nos CRAS.

Freitas (2005, p.50) sintetiza que para a avaliação do desenvolvimento dos trabalhos comunitários são importantes os conhecimentos relativos a:

“(…) temáticas abordadas; contextualização da experiência em desenvolvimento; instrumentos e critérios utilizados; grau de sensibilidade das metodologias empregadas para a apreensão e compreensão da realidade em questão; formação e capacitação teórica e política; e, diagnóstico e planejamento de ações. Na perspectiva externa, são necessários conhecimentos que ultrapassem uma análise aparential e descritiva, viabilizando a compreensão dos

aspectos epistemológicos e políticos da ação, nos planos macro e micro-sociais da vida cotidiana”.

Observamos que a prática da avaliação ainda não é uma constante na prática profissional dos trabalhadores sociais da Assistência Social, mas pontuamos que é através da avaliação e confrontação com as dificuldades enfrentadas que a perspectiva da transformação social pode ser ampliada na área.

Quanto aos modelos de intervenção dos psicólogos constatamos que nos diários de campo não foi possível identificar nenhum relato que se referisse a alguma intervenção específica da Psicologia. Disto podemos inferir algumas possibilidades: a intervenção do psicólogo encontra-se bastante articulada com a dos assistentes sociais numa perspectiva interdisciplinar. De fato, as propostas de enfrentamento e as intervenções de cunho transformador identificadas possuem psicólogos enquanto membros dessas equipes. No entanto, a partir da tensão entre trabalhadores sociais apontada na dissertação de Mestrado (Senra, 2005) consideramos improvável que neste íterim pudesse ter sido minimizado este conflito, favorecendo uma integração entre trabalhadores sociais.

Podemos inferir também que os psicólogos encontram-se confusos em sua prática profissional e que não tenham constituído modelo de intervenção específico da Psicologia no âmbito dos CRAS. Consideramos essa possibilidade viável, tendo em vista a dificuldade enfrentada na discussão da definição do papel do psicólogo (Senra, 2005), que permanece sem um debate aprofundado na Secretaria de Assistência Social.

Por fim, ainda podemos considerar que existam alguns modelos de intervenção dos psicólogos no cotidiano dos CRAS, mas que os mesmos não foram explicitados nas discussões nas reuniões realizadas pela Secretaria. Neste sentido, consideramos provável essa possibilidade devido ao baixo grau de participação dos profissionais nos debates.

Por fim, cabe destacar que o fatalismo identificado nos psicólogos é apontado por Martin-Baró (1996) como um dos aspectos mais difíceis para a mudança social. O autor enfatiza a importância da construção de uma nova práxis comprometida com a realidade das camadas mais pobres da população e de um compromisso ético-político de transformação.

CAPÍTULO IV
CONSIDERAÇÕES
FINAIS

O presente estudo possibilitou reflexões sobre as principais estratégias, construídas por psicólogos e trabalhadores sociais, no enfrentamento das adversidades presentes na prática profissional no campo da Assistência Social em uma instituição pública.

Em relação aos objetivos propostos, observamos que a desarticulação entre os profissionais constitui um dos principais obstáculos na construção de estratégias de enfrentamento, propiciando um encapsulamento das equipes. A maioria das estratégias existentes atualmente entre os profissionais dos CRAS/ PAIF são individualizadas e as poucas de caráter coletivo não são dimensionadas em sua real potencialidade pelos profissionais. Para a construção de estratégias de enfrentamento torna-se necessário um processo de fortalecimento dos profissionais.

Além disso, observamos ainda pouco investimento no debate acerca das ações com objetivo de transformação social, sobre o sentido desse termo para os profissionais, o que denota o baixo grau de compreensão do papel político do psicólogo em sua atuação.

É necessário, portanto ampliar o nível de conscientização dos profissionais acerca de seu papel a ser desempenhado, no sentido de um posicionamento destes enquanto sujeitos de sua prática profissional na Assistência Social.

A construção das informações foi subsidiada pelas perspectivas teóricas da teoria da subjetividade de Gonzalez Rey e da Psicologia da Libertação. Propôs assim, um olhar crítico para a atuação dos psicólogos comprometido com a transformação social.

Buscamos problematizar as dificuldades e os desafios, mas, sobretudo desvelar uma realidade muitas vezes oculta, o cotidiano de atuação dos trabalhadores sociais no setor público e as repercussões da relação estabelecida entre esses e a instituição no desenvolvimento das ações.

Para tanto, foi de fundamental importância a noção de sujeito e de subjetividade propostos por Gonzalez Rey e as concepções de Martin-Baró e Montero acerca do papel do psicólogo e do fortalecimento.

A Epistemologia Qualitativa delineada por Gonzalez Rey propicia a construção de uma intrínseca relação entre o empírico e o teórico, sendo o primeiro um momento inseparável do processo de produção teórica, “o momento em que a teoria se confronta com a realidade” (Gonzalez Rey, 2005, p.30). Buscamos assim, superar o nível descritivo na pesquisa, avançando em um processo construtivo-interpretativo com a participação ativa da pesquisadora.

Dentre as informações obtidas destacamos ainda os seguintes aspectos:

- 1) A continuidade da análise do material transcrito dos encontros dos psicólogos (MT) proporcionou uma articulação com o momento atual de implantação do SUAS no município e delinear assim um percurso histórico dos impactos das mudanças políticas no desenvolvimento das ações, contextualizando as dificuldades enfrentadas. Em um cenário de constantes mudanças torna-se importante não perder de vista de que

alguns desafios postos na atualidade, na verdade estão presentes há algum tempo na atuação dos psicólogos.

2) Embora os objetivos desse estudo enfocassem a atuação dos psicólogos, durante todo processo de pesquisa buscamos ampliar a análise também para os assistentes sociais nas questões que consideramos que se assemelham as vivenciadas pelos psicólogos.

3) Apesar da participação nas reuniões de psicólogos e assistentes sociais contratados por ONG's co-financiadas, não abordamos as implicações da prática profissional no contexto do chamado Terceiro Setor. Buscamos contextualizar o crescimento dessas entidades em nosso país, mas não analisamos questões específicas da atuação desses profissionais na terceirização do serviço público.

4) A definição de uma Política Nacional de Assistência Social operacionalizada por intermédio do SUAS exige uma apropriação dos psicólogos das diretrizes estabelecidas pelo MDS, assim como pelo órgão da categoria (CFP). O mesmo pode ser dito em relação aos assistentes sociais (CFESS) e trabalhadores sociais de um modo geral. Contudo, a existência desses parâmetros e de um programa de trabalho com definição dos níveis de atendimento por complexidade, sendo os CRAS de proteção social básica não garante a supressão da vulnerabilidade política das ações no âmbito municipal. Mas, aos psicólogos cabe a tarefa de constituição dessas diretrizes enquanto elementos na construção de

estratégias de enfrentamento, que busquem minimizar o impacto das mudanças políticas.

5) Devido ao silenciamento dos profissionais na maior parte das reuniões, o registro dos momentos informais desses encontros, quando os profissionais se sentiam à vontade para realizarem comentários, possibilitou a construção de hipóteses sobre o baixo grau de envolvimento dos profissionais nas discussões. A Epistemologia Qualitativa permite a valorização desses espaços em sua singularidade, enquanto expressão legítima e espontânea dos participantes da pesquisa.

6) O fortalecimento dos psicólogos implica no desencadeamento de um processo que requer, entre outros aspectos, o investimento na formação continuada, no desenvolvimento de novas pesquisas que valorizem a prática profissional, na participação e posicionamento dos psicólogos em outros espaços sociais de discussão sobre a atuação e na apropriação estratégica dos profissionais dos espaços de debate “abertos” pelos gestores da Assistência Social.

7) O processo de co-financiamento foi renovado pela Secretaria de Assistência Social com as ONG's para 2009, permanecendo assim a terceirização da execução do PAIF.

8) No decorrer do desenvolvimento da supervisão, sobretudo nos últimos três meses de 2008, questões cruciais apontadas neste estudo

foram explicitadas e reveladas pelas falas dos profissionais, o que poderá produzir impactos na formulação desses espaços para o próximo ano. Além disso, alguns aspectos relativos a atuação profissional foram abordados pelos profissionais contratados para condução das reuniões, o que reflete o caráter processual desses encontros. Há que se pontuar a mudança na coordenação da supervisão, o que acarretou rupturas nas discussões iniciadas pelos profissionais.

9) O desenvolvimento dessa pesquisa ocorreu em um momento de transição política no município (eleições em outubro/ 2008), o que indubitavelmente traz repercussões no cotidiano de atuação dos profissionais.

A partir desses apontamentos, entendemos a tese defendida neste estudo, de que a construção de estratégias enfrentamento que busquem minimizar os impactos prejudiciais ao desenvolvimento das ações dos psicólogos na Assistência Social, requer a articulação entre uma atuação técnica, coletiva e política dos psicólogos.

A análise das informações possibilitou-nos uma compreensão da importância dessas dimensões na confrontação com as adversidades presentes no cotidiano da atuação. A articulação entre aspectos técnicos, políticos e coletivos, mesmo que não intencionalmente gerou movimentos de resistência e rupturas, constituindo estratégias de enfrentamento capazes de manter o direcionamento das ações pelos profissionais ou de desenvolver ações em um sentido contrário ao proposto pela Secretaria.

Tal análise foi possível a partir dos relatos nas reuniões promovidas pela Secretaria com os profissionais dos CRAS.

Quanto ao aspecto técnico, observamos que há pouca discussão nas reuniões entre os profissionais dos CRAS/ PAIF sobre os documentos oficiais elaborados que fornecem subsídios para a atuação profissional (Brasil, 2005a; CFP, 2007a e CFP e CFESS, 2007). Observamos que o tema ainda é pouco focado, pelo menos por enquanto, pelos profissionais contratados para as capacitações, o que não significa afirmarmos aqui a desvalorização do tema por estes profissionais.

Cabe pontuar também a diferenciação das propostas para os espaços de formação continuada, que implica em definição de pautas diferenciadas, com coordenações por profissionais contratados e por representantes da Secretaria, como observamos pelos diários de campo.

Além disso, faz-se importante destacar a mudança na coordenação da supervisão, o que tem impacto para o profissional, em seu planejamento, uma vez que acabou assumindo o processo, sem ter sido oficialmente contratada para ele.

Por outro lado, os trabalhadores sociais também não provocaram uma discussão articulada com as diretrizes propostas pelo MDS, CFP e CFESS.

O processo de supervisão dos CRAS é coordenado por um profissional do Serviço Social, que apesar da experiência com equipe interdisciplinares, ainda mantém uma ausência de capacitação específica para a atuação dos psicólogos.

Dessa forma, percebemos que a discussão técnica fica descontextualizada da proposta de trabalho atual (em seus avanços e limites). Tal aspecto reforça o praticismo, em que os profissionais discutem as tarefas e as dificuldades do cotidiano, que se referem em sua maioria às demandas emergenciais e imediatas da população e da Secretaria.

O papel profissional é diluído nas angústias do trefismo e na repetição mecânica da burocracia. Os profissionais parecem encontrar muitas dificuldades no rompimento com esse círculo danoso para uma prática comprometida com a transformação social.

Neste sentido, defendemos a importância do aspecto coletivo das estratégias de enfrentamento. O isolamento profissional, individualizado ou em seus pares, reforça a impotência e o fatalismo. Reconhecemos nas reuniões entre os profissionais dos CRAS/ PAIF a potência de algumas estratégias de enfrentamento coletivas que foram assumidas. E, que a potencialidade da articulação coletiva ainda não é dimensionada pelos próprios profissionais. Tendemos a apontar que a maioria dos profissionais percebe o seu grau de importância (sobretudo pelas falas na pesquisa do Mestrado), porém não reconhecem a existência de algumas dessas estratégias em seu cotidiano e/ou não conseguem desencadear o fortalecimento e a construção de estratégias semelhantes construídas por outras equipes.

Destacamos a potência das estratégias coletivas, pois apesar de assumirem rumos nas ações em um sentido contrário ao proposto ou determinado pela Secretaria, não sofreram nenhum tipo de represália ou

retaliação por parte dos gestores. Essas estratégias continuam sendo desenvolvidas em seus respectivos CRAS em um movimento de resistência de algumas equipes.

O aspecto coletivo da atuação engloba também a articulação com a população atendida. Consideramos ainda muito incipiente a participação da população nos equipamentos públicos da Assistência e nas discussões sobre as ações dos CRAS e, conseqüentemente a articulação com os profissionais na discussão quanto às principais diretrizes das políticas públicas no campo da Assistência Social.

A dimensão política da atuação dos psicólogos e dos assistentes sociais é pouco explicitada nas discussões. A importância da competência política foi destacada em um dos encontros (DCn⁰⁹) pela profissional contratada na condução da supervisão dos CRAS, o tema perpassa várias discussões, mas ainda não foi foco de um aprofundamento.

Nos encontros com os psicólogos (MT), a dimensão política da prática profissional é valorizada. Percebemos a importância de uma reflexão quanto à visão de mundo dos profissionais, os valores e as concepções defendidas para que o papel político da atuação seja assumido de forma mais consciente, seja na tendência ou contra-tendência do sistema dominante em nossa sociedade.

Sob essa ótica, ressaltamos que a articulação das concepções defendidas no presente estudo (sujeito, fortalecimento e conscientização) com o processo de construção de estratégias de enfrentamento exige fundamentalmente a abertura do diálogo. Guareschi (2001, p.77) pontua que:

“O ser humano mostra fundamentalmente quem ele é, quando ele pode dizer sua palavra. É então que ele expressa o que ele quer, porque está manifestando seu projeto, sua criação, sua imaginação, sua criatividade, o que ele tem de mais pessoal e de mais nobre”.

O processo de conscientização devolve a palavra às pessoas (Martin-Baró, 1997) e a possibilidade de expressão aberta dos profissionais na instituição constitui fator de fortalecimento das ações na confrontação das diversas concepções presentes e com a própria subjetividade social da instituição.

Impõe-se assim, a importância da noção de sujeito para o reconhecimento de outro lugar no posicionamento dos psicólogos. Gonzalez Rey (2003b, p. 237) esclarece que:

“A condição de sujeito é essencial no processo de ruptura dos limites imediatos que o contexto social parece impor, e é responsável pelos espaços em que a pessoa vai modificando esses limites e gerando novas opções dentro da trama social em que atua”.

As dificuldades e os limites estruturais na prática profissional na Assistência Social parecem intransponíveis para os profissionais, o que impossibilita o reconhecimento de seu potencial (técnico, político e coletivo) de construção de estratégias de enfrentamento.

Uma prática comprometida com a transformação social da realidade requer um maior debate sobre esse sujeito que implementa as políticas públicas, o profissional no campo da Assistência Social.

O profissional constitui um dos eixos estruturantes na implantação das políticas públicas, reconhecida pela NOB-RH/ SUAS (Brasil, 2006a).

Assim:

“A percepção e avaliação que os próprios agentes destas práticas têm sobre sua participação e o trabalho, juntamente com o tipo de compreensão sobre o que seja um trabalho transformador, apresentam-se como aspectos importantes para reunirmos dados relativos à dinâmica e prática comunitárias, buscando-se as condições que poderiam garantir as coerências entre as práticas desenvolvidas e os compromissos assumidos” (Freitas, 2005, p.54).

É importante salientar os aspectos históricos, conjunturais e estruturantes das adversidades vivenciadas no cotidiano de atuação dos psicólogos sociais. A proposição quanto a necessidade de investimento nos profissionais e no fortalecimento dos mesmos aqui defendida no presente estudo não significa, portanto responsabilizar os profissionais quanto aos insucessos em sua prática profissional. Buscamos assim traçar um percurso de diálogo, problematizando o contexto de atuação sob diversos ângulos.

A pesquisadora enquanto psicóloga, funcionária pública na área da Assistência Social há onze anos, compreende que a Psicologia tem trazido grandes contribuições para este campo de atuação, em práticas muito diversificadas. Os desafios que se colocam para os psicólogos exigem uma articulação com as equipes interdisciplinares e com a própria discussão da categoria sobre a prática profissional.

A Psicologia assumida em uma perspectiva social, no contexto latino-americano requer um redimensionamento do papel do psicólogo,

tendo em vista a formação tradicional e elitista em nosso país. Martin-Baró (1997) pontua que assumir a conscientização como principal horizonte da atuação psicológica significa despojar o papel técnico “de seus pressupostos teóricos adaptacionistas e de suas formas de intervenção a partir de posições de poder” (p.21). O autor enfatiza que para tanto, talvez sejam necessários uma visão conceitual diferente na Psicologia e novos métodos de diagnóstico e de intervenção (Martin-Baró, 1997).

A construção de uma prática alicerçada nesses princípios é extremamente desafiadora e exige outro posicionamento da Psicologia e dos psicólogos em seu cotidiano de atuação.

Enquanto pesquisadora e sujeito da prática profissional aqui estudada, produzir conhecimento sobre a prática profissional na qual nos inserimos é um exercício reflexivo exigente, mas sem dúvida com impactos positivos, no sentido de crescimento da pesquisadora, enquanto sujeito desse percurso. Gonzalez Rey (2005, p.36) pontua que:

“O pesquisador como sujeito não se expressa somente no campo cognitivo, sua produção intelectual é inseparável do processo de sentido subjetivo marcado por sua história, crenças, representações, valores, enfim de todos os aspectos em que se expressa sua constituição subjetiva”.

Consideramos, portanto que a inserção da pesquisadora sob a perspectiva ativa da Epistemologia Qualitativa e como profissional neste contexto desde 1997 possibilitou uma apreensão do movimento histórico da relação entre trabalhadores sociais e instituição pública.

Concordamos também com Martin-Baró (1997, p.15), que:

“Trabalhar não é apenas aplicar uma série de conhecimentos e habilidades para satisfação das próprias necessidades; trabalhar é, antes e fundamentalmente, fazer-se a si mesmo, transformando a realidade, encontrando-se ou alienando-se nesse *quefazer* sobre a rede das relações interpessoais e intergrupais”.

Por fim, consideramos que o presente estudo apresenta contribuições para a reflexão sobre a prática profissional do psicólogo no campo da Assistência Social e sobre sua inserção em uma instituição pública. A implantação do SUAS atualiza desafios e configura novos e a Psicologia necessita de um olhar crítico para que possa contribuir com esse processo. A inserção social do psicólogo requer que o profissional assuma concepções e diretrizes coerentes com os objetivos de sua atuação. Os psicólogos podem favorecer processos de fortalecimento e de conscientização nas pessoas, nas famílias e nas comunidades atendidas.

O campo de pesquisa é extremamente instigante e desafiador. Essa pesquisa traz uma possibilidade de compreensão do cotidiano de atuação do psicólogo em uma instituição pública, não esgota a necessidade de estudo sobre o tema, ao contrário abre novas indagações.

Apontamos então a importância do investimento em novos estudos que privilegiem o olhar para essa inserção profissional, na perspectiva de ampliar o conhecimento sobre os diversos aspectos da atuação no setor público. Acreditamos que a Psicologia tem muito a contribuir nesta tarefa,

que só se torna concreta com a implicação dos psicólogos neste processo.

Finalmente, destacamos a importância de outros estudos que produzam contribuições para a discussão sobre o conceito de subjetividade social e a possibilidade de transformação dos espaços sociais numa intrínseca relação com as subjetividades neles presentes. E ainda a problematização e a análise da inserção do psicólogo no âmbito de instituições públicas e no campo da Assistência Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anderson, P. (2000). Balanço do neoliberalismo. Em: E. Sader & P. Gentili (eds.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 5ª ed. (p. 09-23). Rio de Janeiro. Paz e Terra.

Andriani, A.G.P. e Kahhale, E.M.S.P.(2002). A construção histórica da psicologia como ciência. Em: E.M.S.P. Kahhale (org.) **A diversidade da Psicologia: uma construção teórica**. São Paulo: Ed. Cortez. P.17-73.

Bock, A.M.B. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. Em: A.M.B. Bock (org.). **Psicologia e o compromisso social**. (p. 15-28). São Paulo. Cortez Editora.

Bogdan,R. e Biklen, S. (1994). **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora.

Botarelli, A. (2008). **O psicólogo nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e da práxis**. Tese de Doutorado em Psicologia. PUC-SP. São Paulo.

Botomé, S. P. (1979). A quem, nós, psicólogos, servimos de fato? **Psicologia**, 5(1), 1-16.

Brasil (1993). **Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei nº8742 de 07/12/1993**.

Brasil (2004). **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social.

Brasil (2005a). **Guia de Orientação Técnica – SUAS nº1 – Proteção Social Básica de Assistência Social**. Ministério de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social.

Brasil (2005b). **Norma Operacional Básica NOB-SUAS: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social.** Ministério de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social.

Brasil (2006a). **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. NOB-RH/ SUAS.** Ministério de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. On-line disponível: www.mds.gov.br
Recuperado em: 08/09/2007.

Brasil (2006b). **Proteção básica do Sistema Único de Assistência Social: orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social.** Ministério de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. On-line disponível: www.mds.gov.br
Recuperado em: 01/10/2007.

Campinas (2002). **Plano Municipal de Assistência Social (2002-2005).** Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria de Assistência Social.

Campinas (2003a). **Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima de Campinas.** Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria de Assistência Social.

Campinas (2003b). **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de Campinas.** Prefeitura Municipal de Campinas: Secretaria de Assistência Social.

Campinas (2004). **Relatório de Gestão da Assistência Social.** Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria de Assistência Social.

Campinas (2007). **SUAS – Sistema Único de Assistência Social: gestão da política de Assistência Social.** Prefeitura Municipal de

Campinas. Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social. Apresentação em power point em 03/10/2007.

Campinas (2008). **Diário Oficial do Município**. Prefeitura Municipal de Campinas. On line disponível em: www.campinas.sp.gov.br Acessado em: 10/01/2008.

Campos, R.H.F. (1983). A função social do psicólogo. **Educação e Sociedade**. 5(16), p. 74-84.

Conselho Federal de Psicologia. (1988). **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo, SP: Edicon.

Conselho Federal de Psicologia (2005). **Código de ética profissional dos psicólogos**. Brasília, DF.

Conselho Federal de Psicologia (2006). **Resolução nº 016**. On line disponível: www.pol.org.br . Recuperado em 24/08/07.

Conselho Federal de Psicologia (2007a). **Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS**. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). On-line disponível: www.pol.org.br Recuperado em: 23/09/2007.

Conselho Federal de Psicologia (2007b). **Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas**. Maceió. AL. 132 páginas. On-line disponível: www.pol.org.br Recuperado em: 08/07/2008.

Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social (2007). **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. On-line disponível: www.pol.org.br Recuperado em: 23/09/2007.

Contini, M. de L.J. (2003). Psicologia e a construção de políticas públicas voltadas à infância e à adolescência: contribuições possíveis. Em: A.M.B. Bock (org.). **Psicologia e o compromisso social**. (p. 295-312). São Paulo. Cortez Editora.

Degenszajn, R. R. (2006). SUAS: configurando os eixos de mudança. Em: **Cadernos SUAS – caderno 1**. São Paulo. IEE/ PUC-SP.

Faleiros, V. de P.(1991). **O que é política social**. São Paulo: Ed. Brasiliense. 5ª edição.

Freitas, M. de F.Q. de (2005). (In) coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as Psicologia Social da Libertação e Comunitária. **Revista Psico**. V.36, nº 1, p. 47-54, jan/abr 2005.

Furtado, O. (2000). Psicologia e compromisso social – base epistemológica de uma psicologia crítica. **PSI – Revista Psicologia Soc. Inst.** v.2, nº2, p. 217-229. Londrina. Dez. 2000.

Gonçalves, M.da G.M.; Peixoto, M.G.; Kahhale, E.M.S.P. (2002). A produção do conhecimento nas revoluções burguesas: aspectos relacionados à questão metodológica. Em: E.M.S.P. Kahhale (org.) **A diversidade da Psicologia: uma construção teórica**. São Paulo: Ed. Cortez. p.17-73.

Gonçalves, M.da G.M. (2003). A contribuição da Psicologia Sócio-histórica para a elaboração de políticas públicas. Em: A.M.B. Bock (org.). **Psicologia e o compromisso social**. (p. 277-293). São Paulo. Cortez Editora.

Gonzalez Rey, F.L. (2002a). **Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Gonzalez Rey, F.L. (2002b). La subjetividad: Su significación para la Ciencia Psicológica. In F.L. Gonzalez Rey & O. Furtado (orgs.). **Por uma epistemologia da subjetividade: Um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais.** (pp. 19-42) São Paulo: Casa do Psicólogo.

Gonzalez Rey, F.L. (2003a). A questão das técnicas e os métodos na psicologia: da mediação à construção do conhecimento psicológico. Em: A.M.B. Bock (org.). **Psicologia e o compromisso social.** (p. 163-182). São Paulo. Cortez Editora.

Gonzalez Rey (2003b). **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Gonzalez Rey, F.L. (2004a). **O social na psicologia e a psicologia social: A emergência do sujeito.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes.

Gonzalez Rey, F.L. (2004b). **Personalidade, saúde e modo de vida.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Gonzalez Rey, F.L. (2004c). O sujeito, a subjetividade e o outro na dialética complexa do desenvolvimento humano. Em A. Mitjans Martinez & L.M. Simão (orgs.). **O outro no desenvolvimento humano: Diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia.** (pp. 01-27) São Paulo: Pioneira Thomson.

Gonzalez Rey, F.L. (2005). **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Guareschi, P. (2001). Compromisso social da Psicologia. Em: E.A. Tomanik e A.M.P. Caniato (orgs.). **Compromisso Social da Psicologia.** (p.60-97). Porto Alegre. Editora ABRAPSOSUL.

Guareschi, P. (2002). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. Em: B. Sawaia (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Ed. Vozes.

Guareschi, P. (2003). Pressupostos metafísicos e epistemológicos na pesquisa. **Psicologia Reflexão e Crítica**. v.16, nº 2. Porto Alegre. On-line disponível: www.scielo.br Recuperado em: 04/10/2004.

Guareschi, P. (2005). **Psicologia Social Crítica como prática de libertação**. Porto Alegre: EDIPURS. 3ª edição.

Guzzo, R.S.L. e Lacerda Jr., F. (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. **Revista Interamericana de Psicologia**. V.41, n.2, p.231-240.

Hirata, R.M. (2006). **Renda Mínima em São Paulo: o que a experiência paulistana (2001-2004) pode ajudar na reflexão sobre os programas de transferência monetária brasileiros?** Dissertação de Mestrado em Economia. UNICAMP.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006). **Perfil dos municípios brasileiros: Assistência Social – 2005**. On-line disponível: www.ibge.gov.br Recuperado em: 23/10/2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007). **A síntese dos indicadores sociais 2007- uma análise das condições de vida da população brasileira**. On-line disponível: www.ibge.gov.br Recuperado em 13/10/2007.

Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. (2004). **Pesquisa de opinião com psicólogos inscritos no Conselho Federal de Psicologia**. On-line disponível: www.pol.org.br Recuperado em 06/10/2007.

Lopes, A. de A. (2005). **O compromisso social dos psicólogos brasileiros evidenciado nas publicações da revista Psicologia: Ciência e Profissão**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. UFSC. Florianópolis. SC.

Lüdke, M. e André, M.E.D.A. (1986). **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU. 8ª reimpressão. 2004.

Luz, L. A. da (2006) **A dimensão educativa na prática profissional do assistente social no trabalho com comunidades em Campinas-SP. 2001-2004**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. UNESP. Franca. SP.

Martin-Baró, I. (1996). The lazy latino: the ideological nature of latin American fatalism. Em: A. Aron e S. Corne (orgs.). **Writings for a liberacion psychology**. 2ª edição (p. 198-220). Cambridge. USA: Havrad University Press.

Martin – Baró, I. (1997, jan/jun). O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**. 1. p. 7-27. Natal, RN. on-line: www.scielo.br . Acessado em: 17/05/04.

Martin-Baró, I. (2004) **Accion e Ideologia: Psicologia Social desde Centroamérica**. El Salvador: UCA Editores. 10ª reimpressão.

Martinez Mitjans, A. (2003). Psicologia e compromisso social: desafios para a formação do psicólogo. Em: A.M.B. Bock (org.). **Psicologia e o compromisso social**. (p. 143-160). São Paulo. Cortez Editora.

Martinez Mitjans, A. (2005). A Teoria da Subjetividade de Gonzalez Rey: uma expressão do paradigma de complexidade na Psicologia. Em: F.L. Gonzalez Rey (org.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em Psicologia**. (p. 1-25). São Paulo. Pioneira Thomson.

Mello, S.L. (1975). **Psicologia e profissão em São Paulo**. São Paulo: Ática.

Montaño, C. (2005). **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo. Cortez.

Montaño, C. (2006). Um projeto para o Serviço Social crítico. **Revista Katálisis**. p. 141-157. v. 9, n.2, Florianópolis. Jul/dez 2006. On-line disponível: www.scielo.br Recuperado em: 27/07/2007.

Montero, M. (1996). La participación: significado, alcances y límites. Em: M. Montero, E. Jaua, E. Hernández, J.P. Wyssenbach, S. Medina, S. Hurtado e A. Janssens (orgs.). **Participación: âmbitos, retos y perspectivas**. p. 7-20. Caracas: Ediciones CESAP.

Montero, M. (2003). A tensão entre o fortalecimento e as influências alienadoras no trabalho psicossocial comunitário e político.

Montero, M. (2004). El quehacer comunitário. Em: M. Montero (org.). **Introducción a La psicología comunitária: desarrollo, conceptos e procesos**. (p.171-196). Buenos Aires: Paidós.

Oberg, L.P. (2007). **Do Rio das vitrines à galeria dos desconhecidos: Um estudo em Psicologia Social Comunitária na localidade de Muzema**. Tese de Doutorado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Paiva, B.A. de; Ouriques, N.D. (2006). Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Revista Katálisis**. p. 166-175. v.9, n.2, Florianópolis. Jul/dez 2006. On-line disponível: www.scielo.br Recuperado em: 23/09/2007.

Sant'ana, I. M. (2008). **Projeto político-pedagógico, trabalho docente e emancipação: a relação psicólogo-professor em processo de construção**. Tese de Doutorado em Psicologia. PUC-Campinas.

Scaparo, H.B.K. e Guareschi, N.M. de F. (2007). Psicologia social comunitária e formação profissional. **Psicologia e Sociedade**. p. 100-108. v.19, edição especial 2. Porto Alegre. On line disponível: WWW.scielo.br Recuperado em: 28/10/2007.

Senra, C.M.G. (2005). **Sentidos subjetivos da prática profissional de psicólogos comunitários num espaço institucional**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. PUC-Campinas.

Sposati, A. de O. (et.al) (1985). **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo. Cortez.

Triviños, A.N.S. (2008). Pesquisa qualitativa. Em: A.N.S. Triviños. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas.

Yamamoto, O. (2003). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. Em: A.M.B. Bock (org.). **Psicologia e o compromisso social**. (p. 37-54). São Paulo. Cortez Editora.

Yamamoto, O. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Revista Psicologia e Sociedade**. P. 30-37. v.19, n.1, Porto Alegre. Jan/ abr. 2007. On-line disponível: www.scielo.br Recuperado em: 23/09/2007.

ANEXOS

ANEXO 1

Termo de Autorização para realização de pesquisa

Estamos realizando uma pesquisa intitulada “Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento”, conduzida por Carmem Magda Ghetti Senra, sob orientação da prof^a Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo. Essa pesquisa tem por objetivo estudar a prática profissional dos psicólogos que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS nessa instituição pública. Pretende discutir o papel do psicólogo e estudar as estratégias de enfrentamento dos limites institucionais e políticos para o desenvolvimento do trabalho comunitário. Para isso, realizaremos análises de documentos oficiais referentes à política social de Assistência Social (disponíveis nessa Secretaria e via internet), do material transcrito da dissertação “Sentidos subjetivos da prática profissional de psicólogos comunitários num espaço institucional” (Senra, 2005), de registros em diário de campo a ser elaborado pela pesquisadora e de entrevistas semi-estruturadas que poderão ser realizadas com três psicólogos dos CRAS. O diário de campo conterá relatos e observações das reuniões promovidas pela Secretaria e que envolvam os profissionais dos CRAS. Esse trabalho torna-se importante, pois contribuirá para o fortalecimento da prática profissional dos psicólogos e para a produção de conhecimento nessa interface entre Psicologia e Assistência Social no setor público.

Assim sendo, gostaríamos de solicitar a autorização da Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social para a realização dessa pesquisa considerando o acima exposto. Comprometo-me desde já a fornecer as informações quanto aos

resultados da pesquisa em reunião a ser agendada com representantes dessa Secretaria.

Pelo acima exposto, autorizo a realização da pesquisa nessa instituição.

Campinas, de de 2008.

Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão
Social

ANEXO 2

Protocolo de Análise dos Diários de Campo

Nº	Data	Tipo de Atividade	Descrição do Conteúdo (principais aspectos)
1	12/11/2007	Reunião dos CRAS para troca de experiências	<p>-local adequado</p> <p>1-posicionamento dos profissionais: no debate houve questionamento quanto à diferenciação entre o papel do psicólogo e do assistente social e também questão relacionada ao “técnico de referência”. As questões foram formuladas por profissionais de CRAS para as equipes que se apresentaram.</p> <p>Também foram levantadas questões quanto ao fluxo entre proteção básica e média complexidade, sendo apontadas as dificuldades encontradas pelos profissionais dos CRAS.</p> <p>Um dos profissionais pontuou que “considera que haverá perda significativa na proposta de trabalho que vem sendo construída”, referindo-se ao processo de co-financiamento.</p> <p>2-estratégias do enfrentamento: Um dos CRAS pontuou que “como esse cargo não existe, resolvemos nos organizar assim”, referindo-se</p>

a um revezamento que fazem para participação em reuniões que seriam do coordenador de CRAS.

3-participação da Secretaria: “Nesse encontro foi muito interessante a presença de uma representante da Secretaria para abrir a reunião e iniciar sua fala com a recomendação de que o assunto do co-financiamento não era para ser tratado ali. O tema polêmico e emergente do momento para os profissionais não poderia ser discutido”. “Tratava-se de um tema com implicações diretas no cotidiano de trabalho dos psicólogos e assistentes sociais, que estavam ali reunidos para compartilhar e debater as experiências, mas não podiam discutir as mudanças que estavam sendo debatidas no âmbito da Secretaria e do Conselho Municipal de Assistência Social”.

“Quando mesmo assim o assunto foi trazido no debate, a coordenadora da reunião buscou contemporizar afirmando que essas questões poderiam ser discutidas em um espaço específico, mas esclarecendo, porém que uma portaria normativa do CMAS já estaria sendo publicada provavelmente naquela semana. Esse episódio revela a distância entre o que é discutido pelos gestores da Secretaria e do CMAS e a participação dos profissionais dos CRAS, que executam as políticas na chamada “ponta”. Há um descompasso total entre esses dois pólos. Os profissionais, a meu ver, principais interessados nessas mudanças são apenas comunicados das

decisões quando já tomadas ou em andamento, como nesse caso, não cabendo, portanto a discordância, mas simplesmente a adequação do cotidiano de trabalho às definições deliberadas pelos gestores”.

Quanto ao técnico de referência, a coordenadora da reunião justificou que essa nomenclatura foi estabelecida em Campinas porque a secretaria não pode remunerar nesse momento o coordenador de CRAS. “A coordenadora da reunião pontuou que o técnico de referência é alguém que representa a equipe do CRAS na Secretaria e deve fazer essa articulação, buscando facilitar a comunicação. Acrescentou que como não existe o cargo de coordenadores de CRAS na Secretaria, isso demanda uma reorganização”.

4- articulação teoria e prática: apenas um dos CRAS a se apresentar “explicitou os princípios e objetivos que norteiam cada uma das atividades desenvolvidas”, referindo-se sobretudo às concepções de Paulo Freire.

2	26/11/2007	Reunião de Integração dos CRAS	<p>-local adequado</p> <p>1-posicionamento dos profissionais: após a realização de um jogo cooperativo, alguns profissionais comentaram a respeito da correria do dia-a-dia, a dificuldade em executar bem as tarefas e que é muito complicado as atividades, pois as demandas da secretaria “chegam a toque de caixa, não respeitando as prioridades”.</p> <p>No momento da avaliação, um profissional pontuou que considera necessário que o profissional contratado esteja informado sobre o processo de co-financiamento.</p> <p>2-participação da Secretaria: dois profissionais representantes da gestão da secretaria comentaram quanto aos apontamentos das dificuldades do cotidiano que “quando o trabalho é feito com amor, os problemas se resolvem, as coisas acontecem”. Sobre o co-financiamento, a coordenadora da reunião pontuou que será discutido em espaço específico.</p>
3	10/12/2007	Reunião dos CRAS para troca de experiências	<p>-local adequado</p> <p>1-posicionamento dos profissionais: ausência de debate e “um silêncio”. Houve a liberação para o almoço mais cedo por conta da apatia e falta de envolvimento dos profissionais para a discussão. “Havia um completo abatimento dos profissionais (...), não</p>

			<p>demonstravam a menor disponibilidade em se posicionar, realizar comentários, discordar, concordar, enfim o que quisesse”.</p> <p>“Simplesmente as pessoas não queriam falar, mesmo diante das principais dificuldades encontradas pela maioria”.</p> <p>2-dificuldades apontadas: localização dos CRAS não favorece o acesso para a população do território que é muito extenso. Infra-estrutura inadequada dos CRAS.</p>
<p>4</p>	<p>28/01/2008</p>	<p>Reunião dos CRAS (apresentação da avaliação do processo de formação continuada de 2007, apresentação do processo de formação continuada para 2008 e a planilha de relatório mensal)</p>	<p>-local adequado</p> <p>1-posicionamento e questionamento dos profissionais: no início do debate houve um grande silêncio e mal-estar entre os profissionais, pois não havia interesse em debater a pauta apresentada pela Secretaria. Quando a coordenadora pontuou que o co-financiamento será discutido em cada CRAS, o debate foi deflagrado. “Primeiro foi questionado sobre por que a discussão não é realizada no coletivo e depois levada para cada CRAS”. “Outro profissional questionou sobre a discussão do papel do psicólogo na Assistência Social” (referindo-se a contratação de uma assistente social para supervisão dos CRAS).</p> <p>“Depois foi apresentada a proposta por um dos profissionais de realizar uma discussão das diretrizes do co-financiamento segundo</p>

as determinações gerais”.

“Uma das participantes interrompeu e verbalizou que as dúvidas estão relacionadas com metodologia e não com infra-estrutura, como a coordenadora da reunião estava mencionando anteriormente. E propôs que fosse realizada uma votação para verificar se deve ser feita uma discussão coletiva ou não sobre o tema do co-fincanciamento”.

“Um outro profissional interrompeu e questionou: “então está posto?”. Houve risos na plateia”.

Também houve o questionamento sobre em qual documento estaria escrito que o Acolhimento é uma ação que deve ser executada pelo Poder Público, a coordenadora da reunião forneceu uma resposta vaga e imprecisa.

2-participação da secretaria: Todas as propostas apresentadas pelos profissionais não foram consideradas pela coordenação da reunião, que verbalizou ainda que “existem decisões que são tomadas no nível de gestão, mas se quiséssemos poderíamos tirar dúvidas naquele momento”, numa clara postura de encerrar a discussão sobre o assunto.

5	12/02/2008	Reunião dos CRAS (Co-financiamento)	<p>-local inadequado</p> <p>1-posicionamento e questionamento dos profissionais: um profissional de questionou quem definiu a meta das ONGs. “Novamente foi questionado sobre as mudanças nas ações e que é necessário um espaço coletivo para debate desse assunto” (co-financiamento). Um dos profissionais participantes sugeriu que muitas discussões deveriam ser encaminhadas para os conselhos representantes das categorias profissionais (serviço social e psicologia).</p> <p>“Nos bastidores, os profissionais comentavam que não participaram da elaboração do plano de trabalho da ONG em que atuam e alguns que afirmaram terem participado. A sensação de muitos na plateia era de estarem sendo tratados como idiotas com muita dificuldade de compreensão daquilo que para a Secretaria é simples e não tem que ser discutido”.</p> <p>2- participação da Secretaria: estavam presentes várias coordenadoras da Secretaria que não participam dessas reuniões, o que caracterizava um tom de blindagem da secretaria para a reunião.</p> <p>“Alguns profissionais cochichavam: pediram ajuda aos universitários hoje?, referindo-se à presença de outros profissionais da Secretaria. Novamente todas as considerações realizadas pelos profissionais</p>
---	------------	--	--

			<p>foram ignoradas, sendo insistentemente afirmado que a discussão terá continuidade no processo de supervisão dos CRAS que será retomado. “Havia uma forte defesa da Secretaria para que as discussões fossem realizadas com cada CRAS, numa tentativa óbvia de diluir a polêmica”.</p>
<p>6</p>	<p>18/02/2008</p>	<p>Supervisão dos CRAS</p>	<p>-local adequado</p> <p>1-posicionamento dos profissionais: “a maior parte dos profissionais permaneceu em silêncio”.</p> <p>Houve uma questão levantada por um dos profissionais quanto à meta de atendimento estipulada para as ONGs, a qual a supervisora desconhecia. De uma forma geral, “a reunião transcorreu sem questionamentos”.</p> <p>Nos momentos informais, no começo da reunião, “havia um mal-estar compartilhado por alguns profissionais que foram noticiados da demissão de um profissional contratado via ONG. Esse profissional havia feito alguns questionamentos e colocações polêmicas na última reunião dos CRAS”.</p> <p>Também existiram comentários sobre o perfil do profissional contratado para a supervisão (pouco crítico). Alguns profissionais “verbalizaram que não podiam esperar a contratação de outro tipo de profissional pela Secretaria nesse momento”, referindo-se à discussão sobre o co-financiamento.</p>

7	31/03/2008	Supervisão dos CRAS	<p>-local adequado</p> <p>1-profissionais buscam a discussão com aqueles mais próximos (do mesmo CRAS ou DAS): A supervisora questionou de que forma os participantes preferiam se agrupar e a “a maioria propôs que a divisão fosse por regiões e os subgrupos se organizaram então em cinco, pelos cinco distritos de Assistência Social”.</p> <p>2-apontamento das dificuldades: um dos CRAS citou o exemplo que “até pouco tempo possuía apenas um técnico do Poder Público, que é o técnico de referência”.</p> <p>3- posicionamento dos profissionais: quanto à avaliação do encontro, alguns profissionais avaliaram como positivo, outros consideraram confuso o texto e a discussão sobre acolhimento e alguns apontaram a necessidade de aprofundar em alguns tópicos. Na apresentação dos subgrupos não houve debate, os profissionais em sua maioria permaneceu em silêncio. Muitos comentários ocorreram nos momentos informais da reunião. Muitos “apesar de não concordarem com muito do que está sendo discutido, não se posicionam e mantêm uma postura de silêncio, apesar do incômodo”.</p> <p>“Há tb. Muita troca de olhares e expressões faciais”.</p>
---	------------	---------------------	--

8	12/05/2008	Supervisão dos CRAS (Acolhimento)	<p>-local inadequado</p> <p>1-desconhecimento das ações desenvolvidas por cada CRAS: Um dos CRAS relata como desenvolve a proposta de Acolhimento e alguns profissionais com dúvidas.</p> <p>2-questionamentos dos profissionais quanto ao direcionamento da reunião: “um dos participantes questionou se a apresentação ficaria somente em um dos CRAS ou seria feito o que foi combinado”. Um dos profissionais questionou se passaria a discutir o Acompanhamento sem ter esgotado o tema do Acolhimento.</p> <p>3-posicionamento dos profissionais: muitos comentários informais mencionaram o fato de um dos CRAS permanecer realizando o acolhimento com toda a equipe, contrariando as determinações da secretaria.</p> <p>Houve silêncio quando a supervisora solicitou uma avaliação do encontro. Ela verbalizou que achou o dia gostoso e não houve nenhuma manifestação de concordância ou não.</p> <p>:</p> <p>4-discussão restrita à prática (execução das tarefas): “A discussão se mantém assim no plano prático do cotidiano de trabalho, não ocorre a discussão conjuntural e metodológica”.</p>
---	------------	--------------------------------------	---

			<p>5-ausência de sentido de coletividade entre os CRAS: “Os profissionais ainda questionam como cada CRAS tem desenvolvido as ações, como enfrentam as dificuldades e como conseguem desenvolver determinadas atividades”. E, “As questões permanecem centradas no diferencial de cada CRAS e as equipes se posicionando nesse debate dentro de seu território de abrangência”.</p> <p>Algumas equipes não participaram da discussão e não verbalizaram como realizam o Acolhimento.</p> <p>“As equipes estão encapsuladas em seu equipamento com seus pares”.</p> <p>6-estratégias de enfrentamento: um dos CRAS mesmo após as determinações do co-financiamento, permanece realizando o Acolhimento com a equipe do PAIF (ONG) e do CRAS (Poder Público).</p>
<p>9</p>	<p>10/06/2008</p>	<p>Supervisão dos CRAS (Palestra com profissional convidado: “Proteção social básica: significados da matricialidade sociofamiliar e metodologias de trabalho com famílias”)</p>	<p>-local adequado</p> <p>1-posicionamento dos profissionais: houve um burburinho entre os participantes quando a palestrante comentou que a burocracia deve ser posta a serviço das nossas intencionalidades. Nessa reunião houve uma participação de número de profissionais que realizaram questões ou comentários a partir das falas da palestrante, a maioria concordando e referendando os apontamentos. “Alguns profissionais, nos momentos informais, comentavam se a professora não poderia dar continuidade ao processo de supervisão dos CRAS”.</p>

		<p>2-observações da palestra: “Pontuou inicialmente que o SUAS pretende construir uma política de Estado e não de governo, buscando superar a descontinuidade. A gestão estatal é eixo estruturante, portanto do SUAS e os profissionais constituem a riqueza na construção dessa política”.</p> <p>“Destacou que há uma tendência na Assistência Social em avançar no discurso , mas não avançar na prática”.</p> <p>“Apontou que os profissionais da Assistência Social transitam pouco por outras políticas, pelo território, costumam olhar muito para o próprio umbigo em movimento endógeno, caracterizando-se como profissionais de escritivaninha (reproduzindo a estrutura do nível central de gestão)”.</p> <p>“Questionou tb. como fazer a intersetorialidade, verbalizando que “o que a gente não exercita em casa, não faz com os vizinhos”, considerando a falta de articulação dentro da própria Assistência Social”.</p> <p>“Frisou que se não há investimento em capacitação profissional fica no jogo do faz de conta, é brincar de casinha”.</p> <p>“Destacou que vemos um aumento nos investimentos em programas de transferência de renda, mas não há investimento em serviços”.</p> <p>“Destacou que o CRAS não é posto de fiscalização das</p>
--	--	--

			<p>condicionalidades dos programas de transferência de renda e nem agência de despachante”.</p> <p>“Definiu que o CRAS é o espaço de publicização da política e chamou a atenção para o fato que não adianta levar para o CRAS práticas conservadoras e que a superação disso passa pelo empoderamento (“não tem outro caminho”).</p> <p>“Destacou por fim, que o território é espaço de conflitos e de tensões. E que se é “para legitimar a mesmice, não precisa de assistente social, qualquer profissional serve”.</p>
<p>10</p>	<p>30/06/2008</p>	<p>Supervisão dos CRAS (Acolhimento)</p>	<p>-local adequado</p> <p>1-posicionamento dos profissionais: “houve um debate em relação ao estabelecimento de vínculo e à construção de uma relação de confiança” no processo de Acolhimento.</p> <p>Houve grande burburinho entre os profissionais quando a supervisora comentou que não deve haver essa separação que os profissionais fazem entre acolhimento e acompanhamento. Os profissionais comentavam que a separação não foi feita por eles, mas imposta pela secretaria. No entanto, “a supervisora não comentou essa reação da plateia e prosseguiu com a discussão”.</p>

ANEXO 3

Protocolo de Análise dos Documentos

Título do Documento: Guia de Orientação Técnica – SUAS nº1 – Proteção Social Básica de Assistência Social

Período em que foi produzido: 2005

Autor : Ministério do Desenvolvimento Social

Tópicos	Descrição do Conteúdo
- Objetivos	Apresentar um conjunto de orientações técnicas para a implantação da unidade pública de proteção básica (CRAS), dos serviços, ações benéficas, projetos e programas nele desenvolvidos, com destaque para o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), co-financiado pelo governo federal.
- Método ou Organização	O documento está organizado em 5 eixos: o primeiro refere-se ao CRAS (conceito, localização, capacidade de atendimento, espaço físico, equipe de profissionais, etc); o segundo descreve o PAIF (conceito, pressupostos, diretrizes metodológicas e ações); o terceiro eixo contextualiza as ações co-financiadas pelo governo federal, o quarto as orientações para registros das informações e o quinto eixo os resultados esperados.

<p>- Desenvolvimento</p>	<p>O documento destaca a natureza do CRAS, enquanto um equipamento público estatal e dessa forma enfatiza a responsabilidade do estado na implantação da política de proteção social básica. Caracteriza a possibilidade de desenvolvimento de ações complementares pela rede socioassistencial, mas preconiza que as ações do PAIF não podem ser terceirizadas.</p> <p>Descreve as principais diretrizes e ações dos CRAS e as competências dos profissionais (de forma ampla, não específica por categoria: assistente social e psicólogo).</p>
<p>Conclusões ou encaminhamentos</p>	<p>Aponta a necessidade de investimento em capacitação dos profissionais, considerados como principal capital dos CRAS.</p>

Protocolo de Análise dos Documentos

Título do Documento: Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS

Período em que foi produzido: 2007

Autor : Conselho Federal de Psicologia

Tópicos	Descrição do Conteúdo
1.Objetivos	Trazer para reflexão, com os profissionais da Psicologia: aspectos da dimensão ético-política da Assistência Social; a relação da Psicologia com a Assistência Social; a atuação do psicólogo no CRAS e a gestão do trabalho no SUAS.
2.Método ou Organização	-Dimensão ético-política da Assistência Social - Psicologia e Assistência Social - Atuação do psicólogo no CRAS - Gestão do trabalho no SUAS.
3.Desenvolvimento (principais trechos)	O documento foi desenvolvido pelo CREPOP para ampliar a atuação dos psicólogos na esfera pública. Destaca como foco da atuação do psicólogo no CRAS a prevenção e a promoção de vida, o que não significa desconsiderar outros aspectos relacionados às vulnerabilidades. Considera que a Psicologia pode contribuir para resgatar o vínculo

	<p>do usuário com a Assistência Social.</p> <p>Afirma que “as práticas psicológicas não devem categorizar...” (p.17)</p> <p>“É preciso, portanto olhar o sujeito no contexto social e político no qual está inserido e humanizar as políticas públicas”.(p.18)</p> <p>O psicólogo no CRAS, segundo o documento deve atuar com prioridade de atendimento aos casos e situações de maior vulnerabilidade e risco psicossocial (p.21).</p> <p>“Os trabalhadores sociais, organizados em equipes,devem, sistematicamente, desenvolver atividades de reflexão sobre as práticas em grupos e fortalecer os laços sociais”. (p.32)</p>
<p>4.Conclusões</p> <p>ou</p> <p>encaminhamentos</p>	<p>Necessário (re)visitar nossas práticas profissionais, superar a distância estabelecida pela profissão com a sociedade e agir propositivamente na constituição de uma sociedade mais solidária.</p>

Protocolo de Análise dos Documentos

Título do Documento: Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social

Período em que foi produzido: 2007

Autor : Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social

Tópicos	Descrição do Conteúdo
1.Objetivos	<ul style="list-style-type: none">-Referenciar a atuação de assistentes sociais e psicólogos no âmbito da política de Assistência Social, materializada pelo SUAS;-Contribuir para o fortalecimento da intervenção interdisciplinar, resguardando as competências e atribuições privativas de cada profissão.
2.Método ou Organização	<p>O documento traça um breve histórico da política de Assistência Social e propõe referências para a atuação do assistente social, do psicólogo e a interface entre as práticas desses profissionais no contexto do SUAS.</p> <ul style="list-style-type: none">-Assistência Social que defendemos-Serviço Social e Assistência Social-Psicologia e Assistência Social-A atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Assistência Social-Atuação de assistentes sociais na Assistência Social

	<p>-Atuação de psicólogos (as) na Assistência Social</p> <p>-Interface entre as duas profissões</p> <p>-Gestão do trabalho na Assistência Social</p>
<p>3.Desenvolvimento</p>	<p>“A intervenção profissional na política de Assistência Social não pode ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades à gestão da pobreza sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante”. (p.11)</p> <p>“Entretanto, não basta discutir sobre as melhores técnicas e estratégias de atuação dos profissionais. Para fazer avançar a qualidade dessa atuação, é imprescindível, antes de tudo, discutir as concepções e pressupostos que orientam a política da Assistência Social”. (p.21)</p> <p>“... o sujeito atendido plenamente, por um profissional comprometido com seu processo de cidadania, desenvolve, pela própria experiência, a autonomia e o empoderamento para fazer valer seus direitos”.(p.22)</p> <p>“Uma Psicologia comprometida como transformação social toma como foco as necessidades, objetivos e experiências dos oprimidos (as)”. (p.23)</p> <p>“O assistente social deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras, que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente”.</p> <p>O psicólogo deve se nortear por uma compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do país.</p> <p>O psicólogo deve ter uma prática reflexiva que questione a si mesmo e a sua visão</p>

	<p>de mundo para que suas ideologias estejam evidenciadas.</p> <p>“A construção do trabalho interdisciplinar impõe aos profissionais a realização permanente de reuniões e debates conjuntos de planejamento a fim de estabelecer as particularidades da intervenção profissional, bem como definir as competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho”.</p> <p>Psicólogos e assistentes sociais têm um papel fundamental na compreensão e análise crítica da crise econômica e de sociabilidade que assola o Brasil atualmente.</p>
<p>4. Conclusões ou encaminhamentos</p>	<p>“A luta pela competência profissional é fruto do trabalho coletivo e da mobilização social pela garantia dos direitos dos trabalhadores, pela universalização dos direitos sociais e pela consolidação da Assistência Social como política pública e dever do Estado”.</p>

ANEXO 4

Protocolo de Análise do Material Transcrito do Anexo IV (MT) da dissertação “Sentidos subjetivos da prática profissional de psicólogos comunitários num espaço institucional”

Nº DO ENCONTRO	DATA	DESCRIÇÃO CONTEÚDO (principais aspectos)
1	16/12/2004	-posicionamento dos profissionais: “Apontado o momento de transição política que coloca a importância de um posicionamento dos profissionais, o que historicamente na Assistência Social não acontece (...)”
2	21/01/2005	-indefinições no trabalho: “...dentro do nosso trabalho sócio-educativo, psico-educativo, psicossocial, cada um chama de uma coisa, ...” “A gente discute sempre os nossos papéis, mas esquece qual é o objetivo, qual é a proposta de trabalho”. -enfrentamento: “... eu acredito que nesse processo aí todo, nós estejamos procurando alternativas meio que individualmente, saídas individuais”. “Concordo com você que é muito desagradável, a nível pessoal vc. dizer não, vc. passa como uma pessoa descompromissada, que vc. é difícil”.
3	11/02/2005	-indefinições no trabalho: “Então assim, a própria instituição vai fazendo assim na gente, e a gente fica meio sem saber o que fazer”. -enfrentamento: “... ela chamou várias vezes os psicólogos para sentarmos e estarmos elaborando o documento para mandar lá para o Conselho (CFP). Ela não conseguiu reunir os psicólogos, nem para algo que era de interesse nosso,....” “Então, se nós enquanto coletivo começamos a aprender a falar não, como criança que aprende

4	18/02/2005	<p>a falar não e começa a desenvolver a personalidade e a identidade, não é isso?” “Se nós somos capazes de dizer não, talvez a gente consiga ajudar mais a população”.</p> <p>-papel político: “Eu ultimamente tenho pensado muito em que contexto as coisas estão acontecendo”.</p> <p>-posicionamento: “Mas acho que a gente Tb. tem que ter clareza, ter um posicionamento, se não a gente vai no barco e vai...” “Então assim, o quanto falta ainda clareza das possibilidades do papel, da identidade. Porque daí a gente começa a cobrar, às vezes por se sentir impedido em alguns momentos, começa a cobrar o que teria faltado da Secretaria e acho que isso tem que partir da gente”.</p> <p>-enfrentamento: “O desejo coletivo trouxe a gente aqui!” “Então assim, acho que é o medo que a gente tem de enfrentar, porque vc. vai ter que sair do lugar, vc. vai ter reivindicações. É o medo da retaliação”.</p> <p>“De efetivo, na prática, o que é que a gente tem feito para conquistar esse espaço?” “Estou querendo uma coisa coletiva, não de um profissional que fez esse movimento lá num lugar e outro lá no outro”.</p>
5	04/03/2005	<p>-papel do psicólogo: “Na prática estamos tendo um problema que já vem desde a teoria”.</p> <p>-posicionamento: “Qual vai ser a nossa posição, quando derem as diretrizes e concretizarem a mudança na administração?” “A gente fala muito do eu e Ação Comunitária não é individual”.</p> <p>“Às vezes a gente põe no piloto automático e nem se dá conta de pensar: o que é que a gente está fazendo mesmo?”</p>
6	11/03/2005	<p>-Papel político: “Assim, será que a gente tem claro qual é o nosso papel nisso? Um vai porque é convidado, o outro porque precisa ir, e a gente vai por quê?” (interseccionalidade) “Minha angústia é quando eu me deparo com a condição que nós temos dentro da Secretaria, enquanto classe mesmo, como psicólogo”.</p> <p>-posicionamento: “Acaba ficando uma coisa incongruente. Faça o que eu falo, mas não faça o que eu faço”.</p> <p>‘Vamos parar de brincar de trabalhar”.</p> <p>“Viu o tamanho da hipocrisia da gente, quando a gente fala vcs. Têm que procurar os direitos de vcs., tem que fazer cidadania, (...) Olha que hipocrisia! Porque a gente não consegue fazer isso. Até trazendo assim questões mais políticas mesmo, as nossas greves, quem adere às greves para brigar lá (...) quero saber quem é que vai bancar mesmo? Será que vai ser a meia duzia de</p>

		<p>sempre?”</p> <p>“Nós orientamos a nossa população a fazer uma coisa e nós fazemos outra!”</p> <p>“Agora em vez de cadastrar 150, tem que cadastrar 300 famílias. Assim... então dificulta o nosso trabalho, a gente não tem tempo para trabalhar a comunidade”.</p> <p>-enfrentamento: “Tanto que nessa história do Viva Leite, a gente tinha como norma que as pessoas deveriam comparecer, que 3 faltas seria desligada do programa. E eu não concordo com isso. Eu não concordo. (...) Mas o leite não é um direito daquela criança? (...) Eu coloquei para esse grupo que eu não estou fazendo o que a gente tinha combinado, exatamente porque eu já não estou concordando isso”.</p> <p>“Eu quero fazer política pública, eu gosto disso, eu escolhi estar nesse lugar, é uma decisão consciente”.</p> <p>“A gente não pode desistir por conta disso. Apesar disso, a gente tem que pensar como posso resistir...”</p>
7	18/03/2005	<p>-papel do psicólogo: “Eu entendo muito o papel do psicólogo, vc. disse como um facilitador, eu vejo muito como um educador”.</p>
8	01/04/2005	<p>“Mas a gente fica a mercê das políticas e das mudanças de governo...”</p> <p>“A Assistência tem uma fragilidade na sua estruturação política (...) parece que é casa de papelão”.</p> <p>“Tem uma assistente social que falava: tá bom agora a gente vai brincar de que?”</p> <p>-papel político: “Eu compartilho disso de que a gente não tem mesmo esse posicionamento acho que político dentro da secretaria”.</p> <p>“E coisas que a gente começa a naturalizar, achar que faz parte, toda instituição tem”.</p> <p>-enfrentamento: “Eu não tenho ainda clareza de como fazer o enfrentamento disso”.</p> <p>“A nossa tendência ainda é ir criando estratégias pessoais, que eu acho muito legal para a sobrevivência mental nossa. Mas eu acho Tb. que há a necessidade de ter soluções mais coletivas”</p> <p>“A nossa secretaria é montada para não dar certo. Tem um discurso para ser emancipatório que na prática é assistencialista”.</p>
9	05/04/2005	<p>GONZALEZ REY:</p> <p>“Uma coisa que eu acho que é muito importante colocar quando a gente pensa em uma equipe interdisciplinar e que eu penso que algo que falta aqui, é ter uma plataforma de trabalho. Vc. tem que ter um programa de trabalho. Esta equipe irá realmente se orientar por que objetivos, o que</p>

		<p>precisa para isso?”</p> <p>“Agora eu penso que nunca pode haver interdisciplinaridade se eu chego na disputa com o outro e falo: olha, tua função é a cesta básica e a minha é a escuta terapêutica. Penso que por aí nunca consiga a interdisciplinaridade. Porque eu diria que a escuta é dele e é minha. A cesta básica é dele e é minha. Uma situação dialógica é dele e é minha. Uma dinâmica de grupo é dele e é minha. Ou seja, não existem instrumentos na ciência de hoje que são patrimônios do psicólogo”. “Isso nos vêm de um referencial extremamente positivista, instrumentalista. Delimitar a função do campo pelos instrumentos que se utiliza. A função do campo se delimita por um saber que se acrescenta”.</p> <p>“Eu penso que por exemplo, que às vezes quando a gente está muito envolvido num trabalho prático em demandas, a gente chega a perder a importância, o sentido da importância que a gente tem como produtor de zonas de visibilidade do saber”.</p> <p>“Que vcs. Possam ter a possibilidade de colocar problemas, de debater, de fraturar essa cotidianidade”.</p>
10	08/04/2005	<p>-papel do psicólogo: “Quando veio o desmonte, que veio um trator e destruiu tudo que estava em cima, aí assim, o psicólogo ficou perdido”.</p> <p>“Eu percebi que os problemas que eu sempre enfrentei como psicólogo social, os outros colegas Tb. enfrentaram, não é uma coisa só minha. E num dado momento eu achava que era eu”.</p> <p>-enfrentamento: “Então me deu a sensação de que a saída possível é isso, articular a angústia do cotidiano, um posicionamento político e institucional”.</p>

ANEXO 5

Diários de Campo

DC nº: 01**Data:** 12/11/2007**Horário:** 9 às 17:00 horas**Local:** Espaço Arcadas (Rua José Paulino – Centro)**Tema:** Encontro para troca de experiências dos CRAS**Coordenação:** SMCTAIS**Participantes:** Coordenadora da reunião, representante da Secretaria, coordenadores de DAS e profissionais dos CRAS.

A sala disponibilizada para a reunião é muito confortável, com ar condicionado e equipamentos para as apresentações (que utilizaram data show – slides e fotos). As cadeiras ficavam dispostas atrás de mesas fixas, uma atrás da outra.

Nesse encontro houve a apresentação de 04 CRAS.

No início, antes das apresentações falou uma representante da Secretaria, que frisou que naquele espaço não era para serem discutidas questões referentes ao co-financiamento das ONG's. Pontuou que aquele era um espaço para falar das práticas. Também lançou um desafio, para que as equipes por meio da página do MDS publiquem experiências dos CRAS.

Em seguida, os profissionais iniciaram as apresentações.

O primeiro CRAS a se apresentar, buscou de forma geral caracterizar o território de abrangência do CRAS, as principais atividades desenvolvidas e as dificuldades encontradas. Nessa apresentação um dos profissionais da equipe ficou responsável em expor a apresentação e a equipe complementou quando necessário.

Em seguida, houve a apresentação do segundo CRAS, que não exibiu fotos da atuação. Cada profissional ficou responsável por um trecho da apresentação.

Após as apresentações foi aberto espaço para debate. Na discussão, foram questionados os papéis de psicólogo e assistente social e as equipes se posicionaram de que não encontram muitas dificuldades nessa relação.

O primeiro CRAS designou 2 profissionais que se revezam enquanto técnico de referência do CRAS. No debate, uma das profissionais pontuou que “como esse cargo não existe, resolvemos nos organizar assim”.

A coordenadora da reunião pontuou que o técnico de referência é alguém que representa a equipe do CRAS na Secretaria e deve fazer essa articulação, buscando facilitar a comunicação. Acrescentou que como não existe o cargo de coordenadores de CRAS na Secretaria, isso demanda uma reorganização.

A discussão também aconteceu sobre a demanda de média complexidade, principalmente no que se refere ao fluxo de encaminhamento entre os CRAS e os serviços que têm atendido essa demanda.

O primeiro CRAS verbalizou que não tem encontrado dificuldades quanto a isso, porém a coordenadora do Distrito ao qual pertence esse CRAS esclareceu que eles atendem a menor demanda de média complexidade da cidade.

Questionei se as equipes têm tido espaço para refletir sobre o sentido das ações, uma vez que os profissionais costumam cair em um trefismo e não param para pensar no “para quê” estão fazendo aquilo. As equipes pontuaram que procuram fazer isto nas reuniões de equipe.

Próximo ao meio-dia foi encerrado o debate para o almoço, com retorno às 13:30.

Os outros dois CRAS se apresentaram no período da tarde. O primeiro CRAS a se apresentar à tarde também utilizou o recurso do data show, descrevendo o território e as principais atividades ilustradas com fotos. A apresentação foi realizada pela técnica de referência desse CRAS. O último CRAS a se apresentar nesse encontro elaborou uma apresentação no formato de um filme, buscando conduzir a platéia pelo território e atividades desenvolvidas pela equipe. Dessa forma apresentaram muitas fotos que ilustravam esse percurso, que iniciava da sede do CRAS, passava pela condução utilizada para deslocar a equipe até a comunidade e as atividades. Esse CRAS não se encontra com sede no território, por isso a equipe desloca-se para equipamentos da comunidade para desenvolver as atividades. No final da apresentação destacaram as dificuldades encontradas nas ações. Esse CRAS deu ênfase à forma como realizam o Acolhimento, que é feito de forma grupal e coordenado por uma dupla de psicólogo e assistente social. Em cada Acolhimento um tema é escolhido pelas pessoas presentes para ser discutido naquele dia.

Após as apresentações novamente foi aberto espaço para debate. A questão sobre o fluxo da proteção básica para a média complexidade foi novamente discutida, um CRAS apontou a dificuldade encontrada nesse fluxo, que não está muito claro.

Pontuei que antes do fluxo é preciso discutir a própria concepção do atendimento em média complexidade, pois em alguns casos pudemos verificar profissionais da média complexidade que ao atenderem famílias encaminhadas pelos CRAS, realizaram, por exemplo, três visitas domiciliares e

como não houve comparecimento da família aos atendimentos agendados, o serviço encerrou o acompanhamento à família. A coordenadora da reunião colocou que essas questões devem ser levadas para quem gerencia a média complexidade na Secretaria, que é uma outra coordenadoria e não a dos CRAS (proteção básica).

Ao final da tarde foi trazida a discussão sobre o co-financiamento das entidades por um dos CRAS, que considera que haverá uma perda significativa na proposta de trabalho que vem sendo construída. A coordenadora da reunião pontuou que a intenção é que mude o mínimo possível no cotidiano de trabalho e que a proposta é que os cargos para os CRAS sejam preenchidos por concurso público logo quando isso for possível. Um dos CRAS se manifestou, pois a sua equipe não estava informada sobre as mudanças que ocorrerão por conta do co-financiamento das entidades e se mostrou surpreendido por aquela discussão, provocando risos dos demais participantes.

Por problemas com o horário não pude participar até o final da reunião.

REFLEXÕES

Nesse encontro foi muito interessante a presença de uma representante da Secretaria para abrir a reunião e iniciar sua fala com a recomendação de que o assunto do co-financiamento não era para ser tratado ali.

O tema polêmico e emergente do momento para os profissionais não poderia ser discutido. O co-financiamento refere-se a forma como os recursos serão disponibilizados para as entidades a partir do próximo ano e o que trouxe incômodo para os profissionais são os comentários não oficiais de que os profissionais das ONG's não realizarão mais o Acolhimento, e que este será realizado somente pelos profissionais do Poder Público. Portanto, tratava-se de um tema com implicações diretas no cotidiano de trabalho dos psicólogos e assistentes sociais, que estavam ali reunidos para compartilhar e debater as experiências, mas não podiam discutir as mudanças que estavam sendo debatidas no âmbito da Secretaria e do Conselho Municipal de Assistência Social.

Quando mesmo assim o assunto foi trazido no debate, a coordenadora da reunião buscou contemporizar afirmando que essas questões poderiam ser discutidas em um espaço específico, mas esclarecendo, porém que uma portaria normativa do CMAS já estaria sendo publicada provavelmente naquela semana. Esse episódio revela a distância entre o que é discutido pelos gestores da Secretaria e do CMAS e a participação dos profissionais dos CRAS, que executam as políticas na chamada “ponta”. Há um descompasso total entre esses dois pólos. Os profissionais, a meu ver, principais interessados nessas mudanças são apenas comunicados das decisões quando já

tomadas ou em andamento, como nesse caso, não cabendo, portanto a discordância, mas simplesmente a adequação do cotidiano de trabalho às definições deliberadas pelos gestores.

Outro tema presente nesse encontro e que merece destaque é sobre o cargo de técnico de referência. Na legislação do SUAS está previsto que cada CRAS contará com um coordenador de nível superior. A Prefeitura por não poder remunerar esse profissional no momento estabeleceu a nomenclatura “técnico de referência”. Para CRAS foi escolhido um profissional de referência, que não recebe nada além por isso e que deve executar as ações dos CRAS e exercer o papel de gerenciamento do equipamento e articulação com a Secretaria. No debate alguns esclareceram como tem se organizado, um dos CRAS possui dois profissionais se revezando nessa função e outros CRAS possuem o profissional específico. As questões que foram discutidas se referem ao fato de que esse cargo não está previsto no SUAS, trata-se de uma adequação da Secretaria, que menciona que como o cargo de coordenador de CRAS não existe no organograma da Prefeitura não pode pagar profissionais para isso. O fato é que alguns profissionais assumiram a responsabilidade de gerenciar o equipamento, mesmo que em conjunto com coordenador do Distrito, sem nenhum acréscimo salarial e acumulando as funções que já exercia.

A respeito da questão que levantei quanto à reflexão do sentido das ações, as equipes ficaram restritas a resposta de rever o planejamento das ações a partir das discussões nas reuniões de equipe. As respostas não alcançaram ao que de fato questionei, que é a reflexão sobre o sentido do que é feito, o que demonstra o quanto as equipes ficaram submersas ao praticismo, o que é pensado refere-se somente aquilo que acontece na prática, se está dando certo ou não. Observei ainda que apenas um dos CRAS que se apresentou nesse dia explicitou os princípios e objetivos que norteiam cada uma das atividades desenvolvidas.

Por fim, ainda sobre o co-financiamento, cabe destacar que nos momentos informais muitos profissionais queixavam-se da falta de esclarecimento sobre esse processo e se perguntavam qual o sentido de um encontro como esse, que ocorrerá ainda no próximo mês, se todas as ações mudarão, se a organização do trabalho mudará.

DC nº: 03

Data: 10/12/2007

Horário: 9 às 17:00

Local: Espaço Arcadas (Rua José Paulino - Centro)

Tema: Encontro para troca de experiências dos CRAS

Coordenação: SMCTAIS

Participantes: Coordenadora da reunião, profissionais dos CRAS e coordenadores de Distritos de Assistência Social.

O local onde foi realizado o encontro é muito bom, cadeiras confortáveis, ar condicionado e sem interferências com barulho. A reunião foi realizada durante todo dia e contou com dois intervalos para lanche, um no período da manhã e outro à tarde.

Este foi o último encontro com a apresentação de 04 que faltavam. Contou também com um espaço de avaliação final.

Como era apresentação do CRAS em que trabalho, levei meu notebook, para evitar problemas com equipamento da Secretaria como já havia ocorrido em outros encontros. Por fim, o meu notebook acabou sendo utilizado para todas as apresentações, pois o da Secretaria não leu um CD com fotos de outro CRAS.

A apresentação do primeiro CRAS foi realizada pelo técnico de referência, que destacou alguns aspectos interessantes. Pontuou que apesar do CRAS estar localizado no território, ainda se mantém de difícil acesso para uma população atendida. Destacou que o CRAS já foi apontado pela Secretaria como um dos melhores, sendo escolhido para uma visita do ministro do MDS em Campinas. Contudo, o CRAS enfrenta dificuldades quanto a sua infra-estrutura. O equipamento não possui nenhuma delimitação externa, muro, cerca. A equipe enfrenta dificuldades por conta disso. Usuários de drogas ficam no terreno e fazem uso abertamente durante o dia. Além disso, como não há muro, as pessoas sentam embaixo das janelas onde os atendimentos e grupos são realizados, violando a privacidade.

Relatou que o local da sede do CRAS esteve abandonado por um período e era utilizado por bandidos e usuários de drogas.

A equipe relatou que um dia esqueceram de apagar as luzes do CRAS e no dia seguinte, foram abordados por esses homens que avisaram que a luz havia ficado acesa. O motivo do aviso, segundo a equipe, era um alerta de que a luz deve permanecer apagada pois atrapalha a movimentação do crime e do tráfico.

Nesse momento a coordenadora da reunião questionou se a equipe já havia discutido sobre essas dificuldades na intersetorial, na tentativa de buscar estratégias para trabalhar com a questão.

A equipe relatou que todos os equipamentos têm conhecimento do que ocorre e que não vêem como trabalhar (inserir em programas como o Ação Jovem?!!! Não há o menor interesse!).

O CRAS também apontou a dificuldade que encontram para trabalhar com as lideranças dos bairros, pelo forte envolvimento político partidário.

Em seguida foi a apresentação do CRAS em que trabalho. A apresentação foi realizada pelo técnico de referência e destacou as ações desenvolvidas e o processo de transição, uma vez que o CRAS ainda não está localizado no território. O imóvel encontra-se alugado, mas em reforma e mudança está prevista para o início de 2008. Também foi pontuado que esse imóvel é inadequado e pequeno para as ações do CRAS, que são desenvolvidas em outros espaços comunitários. Foi destacada a dificuldade de reconhecimento do CRAS por este estar ainda localizado fora do território. Ao final apresentamos um DVD com música do Rappa e fotos da equipe e do CRAS.

Após as duas apresentações foi aberto espaço para o debate. Houve um enorme silêncio! Apenas um profissional questionou quanto às estratégias utilizadas para a participação dos jovens em grupos e cada CRAS respondeu como tem feito. Os profissionais não perguntaram mais nada! A coordenadora da reunião realizou algumas questões como a que já mencionei sobre o uso de drogas nas proximidades de um dos CRAS.

A liberação para o almoço ocorreu antes do meio dia pelo silenciamento e ausência de debate.

À tarde, o terceiro CRAS realizou sua apresentação com descrição das atividades e fotos ilustrativas. Cada profissional do CRAS ficou responsável por uma parte da apresentação e realizaram a apresentação sentadas onde estavam com os outros participantes.

Depois, o último CRAS se apresentou pelo técnico de referência e também exibiu um DVD sobre o território e as ações.

Novamente o debate foi aberto. Realizei duas perguntas, sendo uma para cada CRAS. Questionei para o primeiro CRAS se a localização do CRAS facilita o acesso para a população, uma vez que está localizado dentro de um equipamento estadual, estrategicamente situado. A equipe concordou que a localização tem facilitado o acesso da população.

Para o segundo CRAS perguntei o que a equipe tem discutido sobre o co-financiamento, considerando que a relação estabelecida entre OG e ONG demonstra estar tão afinada.

A representante da ONG “parceira” declarou que o próprio nome diz que o co-financiamento significa co-responsabilidade e não quer dizer que as ações não serão realizadas em conjunto. A profissional de OG desse CRAS pontuou o quanto é complicado quando a Secretaria propõe um trabalho em conjunto no CRAS de OG e ONG e agora separa o atendimento dos profissionais.

Uma outra profissional de ONG, não desse CRAS, perguntou como essas questões poderão ser resolvidas.

A coordenadora da reunião disse que somente quando for realizado concurso público e relatou que a Secretaria está tentando viabilizar a contratação de profissionais em caráter emergencial.

Novamente como no período da manhã, pouquíssimos profissionais participaram do debate.

As avaliações foram em tarjetas e uma profissional de OG levantou-se e disse que é preciso cuidar de quem cuida. Houve silêncio.

REFLEXÕES

Era visível um clima de apatia e desânimo dos profissionais desde o início da manhã. Era possível constatar isso pela pouca participação e pelo silêncio nos momentos dos debates. No período da tarde o mesmo comportamento se repetiu, sendo que um dos CRAS apresentou do próprio lugar onde estava sentado, não se levantando diante da platéia.

As duas apresentações que contavam com DVD ficaram prejudicadas pelo áudio. Embora a sala possuísse o recurso (caixas de som acopladas ao datashow), a Secretaria não solicitou previamente a disponibilização deste, que não pode ser utilizado. A Secretaria, contudo foi avisada com antecedência da apresentação dos DVDs.

As questões trazidas por um dos CRAS sobre a localização do equipamento necessitam de um debate profundo e não comentários superficiais realizados pela coordenadora da reunião. Questionar se o problema do uso de drogas no espaço do CRAS na intersetorial é tocar de modo ineficaz em uma questão muito séria, que envolve inclusive a segurança no desenvolvimento dos trabalhos da equipe. A Secretaria, porém não se implica nessa discussão e lança a questão para a equipe, para que providências os profissionais têm tomado. Por outro lado, não há um envolvimento dos outros profissionais no debate deste aspecto. A minha impressão é que todos concordam com as preocupações da equipe, consideram ridículo o comentário da coordenadora da reunião, mas não sentem a menor motivação em deflagar ou incrementar o debate da questão. Assim, o assunto é silenciado.

Outras questões polêmicas que foram trazidas também discutidas, como por exemplo, a localização fora do território de alguns CRAS, a localização no território, mas ainda com dificuldades de acesso para a população e o co-financiamento.

A questão que lancei tinha o objetivo de deflagar o debate sobre o que as equipes vêm discutindo sobre o co-financiamento. No entanto, apenas três profissionais se posicionaram. Havia um completo abatimento dos profissionais que permaneciam alheios a essas questões e não

demonstravam a menor disponibilidade em se posicionar, realizar comentários, discordar, concordar, enfim o que quisesse. Simplesmente as pessoas não queriam falar, mesmo diante das principais dificuldades encontradas pela maioria. Da parte da Secretaria também não houve o menor interesse em coordenar ou motivar para que o debate fosse aquecido. A partir do silêncio, as atividades então eram encerradas ou mais cedo para o almoço ou para a avaliação no período da tarde.

No momento para os comentários finais e entrega das avaliações não estive presente por conta do horário de encerramento.

DC nº: 04

Data:28/01/2008

Horário: 9 às 12:00 hs.

Local:Salão Vermelho

Tema:Reunião dos CRAS

Coordenação:SMCTAIS

Participantes:Coordenadora da reunião, profissionais dos CRAS e coordenadores dos Distritos de Assistência Social.

O local onde foi realizada a reunião é amplo e confortável para os participantes. Possui equipamentos de multimídia, o que permitiu o uso do data show com ótima visualização pelos participantes. Também dispunha de microfone.

A pauta foi apresentada pela coordenadora da reunião: apresentação da avaliação do processo de formação continuada de 2007, apresentação do processo de formação continuada para 2008 e a planilha de relatório mensal.

A coordenadora apresentou então os aspectos positivos, negativos e propostas avaliados dos 03 espaços de formação que ocorreram no ano passado (supervisão, troca de experiências e integração).

Após essa apresentação foi aberto espaço para perguntas e sugestões, uma vez que essa síntese será encaminhada para os profissionais responsáveis pela capacitação que estão sendo contratados este ano.

Porém, não houve nenhuma pergunta. Houve silêncio.

A coordenadora da reunião retomou a fala e expôs o nome do profissional que foi contratado para a supervisão dos CRAS em 2008, informando inclusive a data para a primeira supervisão.

Para o espaço de integração informou que ainda não há definição quanto ao profissional, pois ainda está em processo de licitação. A periodicidade será bimensal, a partir de março sem data definida.

O espaço de troca de experiências, segundo a coordenadora precisa ser melhor definido.

Quanto ao processo de co-financiamento esclareceu que será discutido em cada CRAS, por conta das especificidades de cada região e de cada contrato.

Em seguida abriu novamente para perguntas.

O debate a partir daí girou em torno do co-financiamento. Primeiro foi questionado sobre por que a discussão não é realizada no coletivo e depois levada para cada CRAS. A coordenadora colocou que por haver diferenças quanto às metas de cada ONG, será feita uma discussão com cada CRAS.

Outro profissional questionou sobre a discussão do papel do psicólogo na Assistência Social. A coordenadora pontuou que apesar do profissional da supervisão ser assistente social, essa discussão será realizada nesse espaço de supervisão.

Depois foi apresentada a proposta por um dos profissionais de realizar uma discussão das diretrizes do co-financiamento segundo as determinações gerais, pois há diferença na destinação das verbas.

A coordenadora explicou que existem diferenças nos valores dos contratos por conta dos custos em cada CRAS e colocou que no decorrer da discussão com cada CRAS, esse encontro coletivo poderá ser agendado. E que naquele momento estavam presentes 03 conselheiras do CMAS que poderiam ajudar nos esclarecimentos.

Uma das conselheiras esclareceu que naquele espaço ela representa uma ONG e não o CMAS e que por uma questão ética não se manifestaria enquanto Conselho e que se quisessem deveriam solicitar a presença do Conselho.

Aproveitou para esclarecer que muitas questões foram discutidas no CMAS e que considera o co-financiamento um avanço na medida em que o convênio não pode ser cancelado a qualquer momento pelo governo. Também entende que a demanda do Poder Público irá aumentar e que a questão da contratação de profissionais ou realização de concurso público deve ser discutida.

Uma das participantes interrompeu e verbalizou que as dúvidas estão relacionadas com metodologia e não com infra-estrutura, como a coordenadora da reunião estava mencionando anteriormente. E propôs que fosse realizada uma votação para verificar se deve ser feita uma discussão coletiva ou não sobre o tema do co-financiamento.

A coordenadora da reunião disse que existem decisões que são tomadas no nível de gestão, mas se quiséssemos poderíamos tirar dúvidas naquele momento.

Um profissional verbalizou que primeiro precisamos ter a documentação em mãos para saber do que se trata.

Um outro profissional interrompeu e questionou: “então está posto?”. Houve risos na platéia.

O espaço foi novamente aberto para dúvidas pela coordenadora da reunião, caso contrário passaria para próxima pauta. Diante do silêncio, foi discutida a planilha do relatório mensal e das alterações que serão feitas. Não houve perguntas e nem dúvidas sobre o que foi apresentado. Sendo assim, a reunião foi encerrada.

REFLEXÕES

Apesar do conforto oferecido no local da reunião, a escolha do espaço, considero estratégica pela Secretaria. Trata-se de um auditório que dispõe as pessoas, portanto em filas, uns atrás dos outros e os coordenadores da reunião ficam na frente.

Houve um mal estar geral, pois os participantes esperavam que a pauta da reunião fosse o co-financiamento.

No auditório a maioria dos profissionais se posicionou da metade para o fundo, evidenciando a desconfiança com relação à reunião.

Mesmo diante de uma série de incisivos questionamentos a coordenadora da reunião manteve a proposta que trouxe inicialmente, que é a de discutir o co-fincanciamento com cada CRAS e não abriu para nenhuma possibilidade de negociação (como a proposta de discussão coletiva). Alguns profissionais ficaram irritados com essa discussão. A coordenadora da reunião foi inclusive questionada em qual documento estria escrito que o Acolhimento é de responsabilidade do Poder Público e forneceu uma resposta vaga e não precisa.

DC nº: 05**Data:** 12/02/2008**Horário:** 14 às 16:30 hs.**Local:** Igreja Sagrado Coração de Jesus**Tema:** Co-financiamento**Coordenação:** SMCTAIS**Participantes:** Coordenadora da reunião, representantes da Secretaria, profissionais dos CRAS e coordenadores dos Distritos de Assistência Social.

O local reservado para a reunião possuía grande luminosidade e não contava com cortinas, o que prejudicou o uso do data show como programado pela Secretaria. Além disso, as cadeiras eram desconfortáveis. O salão já foi utilizado anteriormente para outras reuniões e a avaliação foi negativa quanto ao espaço.

A discussão proposta para essa reunião era o co-financiamento das ONG's "parceiras" do PAIF. Mesmo com péssima visibilidade, a coordenadora da reunião leu os conteúdos das pranchas. Explicou o processo de transição de convênio para co-financiamento, por meio de trechos de documentos do MDS. Ao final leu os valores destinados para as ONG's com o co-financiamento e as metas estipuladas de atendimento para cada ONG, o que foi publicado em Diário Oficial do Município.

Em seguida, foi aberto o debate.

Um profissional de ONG questionou por quem foi definida essa meta de atendimento. No caso dessa entidade a meta definida é maior do que das restantes. A coordenadora da reunião explicou que a ONG assumiu uma meta maior para não demitir um dos profissionais, pois conta com 03 profissionais ao invés de 02 como as outras ONG's.

Uma coordenadora representante da Secretaria que estava presente disse que os profissionais deveriam ter sido envolvidos na construção do plano de trabalho da ONG. E acrescentou que se isso não aconteceu, é muito sério, e que este tipo de situação será verificada no monitoramento que a Secretaria irá realizar.

Foi questionado também se outras ONG's além das que já são parceiras apresentam planos de trabalhos ao CMAS. A coordenadora da reunião explicou que as inscrições no Conselho foram abertas para todas as entidades dos territórios dos CRAS, mas que não houve inscrição de ONG's que já não são parceiras.

A coordenadora representante da Secretaria tomou a fala novamente e pontuou que existem critérios para a seleção das entidades, como a capacidade de gestão de recursos e o histórico da entidade de monitoramento da entidade pela Secretaria (A Secretaria de Assistência Social possui coordenação específica para avaliação e monitoramento das ONG's).

Uma coordenadora de ONG pontuou a importância de outros coordenadores de ONG's participarem das reuniões. Relatou também que na discussão no CMAS havia a proposta de que as entidades atendessem um número ainda maior que 250 famílias, e que as entidades sempre quiseram assumir um número que esse. Completou ainda que por questões éticas não revelaria o número que as ONG's defendiam e que na negociação ficou definido esse número de 250.

Um profissional do poder público relatou que no Renda Mínima eram atendidas 225 famílias e que os profissionais avaliaram que esse era um número excessivo. A coordenadora da reunião, no entanto explicou que no Renda Mínima haviam famílias mais complicadas, que não seriam de atendimento na proteção social básica e que por isso a Secretaria avaliou ser viável a meta de 250 famílias.

Foi questionado o que acontecerá se a entidade não cumprir a meta de 250, mas avaliar que atendeu 150 famílias com qualidade. As representantes da Secretaria responderam que isso será avaliado não só pela Secretaria, mas pelo CMAS.

Novamente foi questionado sobre as mudanças nas ações e que é necessário um espaço coletivo para debate desse assunto. A coordenadora da reunião informou que essas questões deverão ser discutidas na supervisão dos CRAS que será retomada ainda este mês.

Um profissional retomou a necessidade da discussão, uma vez que trabalhávamos na ótica do PAIF associado ao CRAS... a coordenadora da reunião interrompeu e disse que PAIF sempre existiu e que o CRAS é o espaço físico, o PAIF é o principal programa executado no CRAS.

Um dos coordenadores de Distrito afirmou que nos espaços para os profissionais se colocarem houve silêncio e as pessoas não se manifestaram.

Um profissional do poder público disse que na secretaria também existem profissionais que não trabalham. A coordenadora representante da Secretaria concordou veementemente com essa colocação e disse que isso aparecerá no monitoramento.

Por fim uma assistente social pontuou que muitas discussões devem ser encaminhadas para os órgãos que representam as categorias profissionais.

REFLEXÕES

O local utilizado para a reunião já era conhecido pela Secretaria, portanto a elaboração do material a ser apresentado deveria levar em conta o conhecimento já existente, e que não seria possível assim uma apresentação em data show.

A presença de outras coordenadoras da Secretaria deu um tom de blindagem da secretaria para a reunião. Alguns profissionais cochichavam: “pediram ajuda aos universitários hoje?”, referindo-se à presença de outros profissionais da Secretaria.

A leitura e a fala da coordenadora da reunião foi cansativa, principalmente quando leu os valores e as metas das entidades, que já estão publicadas em diário oficial.

Durante a apresentação era observável os olhares de cansaço, decepção e desânimo.

Quanto ao debate ficou demonstrada a existência de um abismo entre os profissionais da Secretaria e os profissionais dos CRAS. Parecia uma conversa de duas pessoas em línguas diferentes!

Quanto a nova proposta de atendimento decorrente do co-financiamento, a coordenadora da reunião deixou transparecer que na negociação com as ONG's no CMAS, para que estas aceitassem a meta de 250, foi proposto então que tirar o Acolhimento e referenciamento dos profissionais das entidades, ficando para o poder público, considerando que o SUAS preconiza o CRAS enquanto um equipamento público.

A fala defendida oficialmente, contudo não explicita essa barganha, ela só pode ser captada nas entrelinhas.

Nessa reunião tudo o que os profissionais questionavam era rebatido. Houve um postura de que espaços para as dúvidas existiram e que os profissionais não utilizaram.

Porém, tudo o que se refere às ações a resposta é de que será discutido na supervisão e que as especificidades serão discutidas com cada CRAS.

Houve um profissional que a discussão deveria partir de um todo para depois serem discutidas as diferenças. Porém essas considerações foram ignoradas e havia uma forte defesa da Secretaria para que as discussões fossem realizadas com cada CRAS, numa tentativa óbvia de diluir a polêmica.

Nos bastidores, os profissionais comentavam que não participaram da elaboração do plano de trabalho da ONG em que atuam e alguns que afirmaram terem participado.

A sensação de muitos na platéia era de estarem sendo tratados como idiotas com muita dificuldade de compreensão daquilo que para a Secretaria é simples e não tem que ser discutido.

DC nº: 06**Data:** 18/02/2008**Horário:** 9 às 12:00**Local:** Espaço Arcadas (Rua José Paulino – Centro)**Tema:** Supervisão dos CRAS**Coordenação:** SMCTAIS**Participantes:** Coordenadora da reunião, Profissional contratada como supervisora, coordenadoras dos DAS e profissionais dos CRAS.

A reunião foi realizada em uma sala confortável e que contava com recursos necessários para a discussão proposta. As cadeiras eram estofadas, possuía data show, ar condicionado e não havia interferência de barulhos ou ruídos. Por volta das 10:30, foi servido um lanche para os participantes, com café, suco, bolachas e bolos. O local é de fácil acesso, por estar localizado no centro da cidade. A coordenadora da reunião iniciou explicando o objetivo do encontro, que é o de retomar o processo de supervisão dos CRAS, que até o ano passado era realizado por ela e sua assessora com os CRAS reunidos por região. Pontuou que o objetivo da reunião tb. era trabalhar com as expectativas para esse espaço e apresentou a profissional contratada para ser a supervisora dessas reuniões e dos trabalhos desenvolvidos nos CRAS.

A supervisora se apresentou rapidamente, relatando sua formação acadêmica (possui pós-doutorado no exterior) e sua experiência profissional. Atuou em diversos projetos sociais nas áreas de habitação, educação infantil, saúde e família com experiência em órgãos públicos e ONG's. Atualmente realiza acompanhamento de trabalhos comunitários e com família.

Em seguida, iniciou sua apresentação baseada em dois textos de sua autoria que foram disponibilizados previamente para os CRAS. Os textos falam de metodologia de trabalho social e de trabalho com famílias. A supervisora questionou quantos haviam lido o texto e constatou que a maior parte dos participantes ergueu a mão, manifestando que teriam lido o material.

Durante sua fala uma participante, que é profissional de ONG pediu para fazer uma pergunta e questionou como ela entende que fica a questão da qualidade do atendimento às famílias com a meta que foi estabelecida para as ONG's. A supervisora pediu esclarecimentos, pois não tinha conhecimento de que meta era essa que estava sendo discutida. Foi esclarecida pela própria profissional e por outros que colaboraram, que se trata da meta de atendimento fixada para as ONG's no processo de co-financiamento do CMAS de Campinas. Essa meta é de 250 famílias/ mês

para os profissionais que atuam nas entidades co-financiadas. A supervisora comentou que se trata de uma meta “bastante robusta” e que precisa ser melhor entendida e discutida.

Deu prosseguimento em sua apresentação enfatizando a importância de fortalecimento das famílias e do cumprimento das condicionalidades do Bolsa Família. Também citou exemplo de um registro de uma supervisão realizada por ela, de atendimento a famílias, um em que a mãe se dividia entre levar e buscar os filhos na escola por conta dos diversos horários de entrada e saída, o que dificultava que esta trabalhasse fora de casa. E, outro atendimento de uma mulher portadora do vírus HIV e cujo companheiro se recusava a usar preservativo nas relações sexuais. Nesse momento, a supervisora pontuou que acreditava que esse homem amava muito a mulher. Nesses comentários também citou como exemplo de uma intervenção comunitária, a pintura (colorida) das casas de uma comunidade como uma vila italiana.

Ao final da reunião decidiu-se em quais CRAS a supervisora realizaria uma visita no período da tarde. Essa decisão foi tomada pelas coordenadoras dos DAS.

Também foi comunicado que a próxima supervisão com todos os CRAS ocorrerá em 31/03 e que no dia 05/03 a supervisora estará conhecendo os outros CRAS. A reunião foi então encerrada.

REFELXÕES:

No começo da reunião havia um mal-estar compartilhado por alguns profissionais, que foram noticiados da demissão de um profissional contratado via ONG. Esse profissional havia feito alguns questionamentos e colocações polêmicas na última reunião dos CRAS, que tratou do assunto do co-financiamento. Embora os motivos alegados tenham sido outros para a demissão, ficou a relação entre o posicionamento crítico e a demissão na mesma semana.

Os comentários já durante a reunião, em momentos informais eram de que se esperava uma conversa e um levantamento de expectativas, o que não ocorreu, havendo uma aula expositiva e com apresentação dos textos que os profissionais já haviam recebido e lido.

A reunião transcorreu sem questionamentos, a não ser por esse quanto à meta da ONG. A maior parte dos profissionais permaneceu em silêncio.

As reflexões e principais conceitos apresentados pela supervisora em seu texto revelam uma postura muito pouco crítica. Ela fala em trabalho social, em trabalho com família, sem realizar uma análise de conjuntura, uma reflexão sobre aspectos estruturais em nossa sociedade. Pelo contrário, chegou a comentar que “para o bom funcionamento do capitalismo”, referindo-se a importância do trabalho com famílias e cumprimento das condicionalidades dos programas de transferência de renda. Quanto a esse último aspecto também não realiza crítica alguma, nem ao menos levanta questões

polêmicas que envolvem o debate sobre esses programas. Parece que defende a fiscalização e o cumprimento e pronto.

Para alguns profissionais, em comentários informais, essa apresentação foi extremamente desanimadora, por outro lado alguns verbalizaram que não podiam esperar a contratação de outro tipo de profissional pela Secretaria nesse atual momento.

A reunião foi encerrada sem uma avaliação ampliada do encontro, havendo apenas a definição das datas para os próximos encontros.

DC nº: 07

Data: 31/03/2008

Horário: 9 às 17:00

Local: Auditório da Caixa Econômica Federal (Centro)

Tema: Supervisão dos CRAS

Coordenação: SMCTAIS

Participantes: Coordenadora da reunião, Profissional contratada como supervisora, coordenadoras dos DAS e profissionais dos CRAS.

A reunião aconteceu em um amplo e confortável auditório, em que outras reuniões da Secretaria já foram realizadas. As cadeiras eram confortáveis e a sala possui ar condicionado e equipamentos como computador, datashow, tela de projeção e flip shart. Pela manhã foi servido um lanche por volta das 10 hs. À tarde, não houve interrupção das atividades, mas também havia uma mesa de lanche na ante-sala e as pessoas poderiam fazer pequenas pausas.

Primeiramente, a coordenadora da reunião forneceu alguns informes, como o de que nessa reunião será divulgado um calendário com as datas de supervisão para o primeiro semestre. Informou que estaria passando duas listas de presença, uma para o dia e outra que se refere a um treinamento que será realizado; pediu para que os profissionais inscritos assinassem e completassem sua identificação na lista.

Logo em seguida, a supervisora tomou a palavra e disse que esperava que nesse encontro pudessemos trabalhar juntos. Informou que apresentaria as principais questões levantadas nas visitas que realizou nos CRAS. Apontou que percebeu a heterogeneidade dos CRAS, mas que buscou sintetizar as questões polêmicas ou tensas. Frisou que entende supervisão como uma conversa reflexiva, propondo uma discussão dos tópicos levantados.

As questões levantadas foram as seguintes:

- entendimento sobre o processos chave (Acolhimento e Referenciamento e Acompanhamento) e atribuições entre CRAS e ONG's.

A supervisora pontuou que esses processos ainda não estão muito claros para os CRAS.

- Entendimento da proteção social.

A supervisora percebe que na prática proteção social acaba significando benefícios.

- Sentidos dados aos programas de transferência de renda.

A supervisora apontou que o programa de transferência de renda municipal, o Renda Mínima não exige contrapartida e que programas estaduais e o federal, como Renda Cidadã e Bolsa Família exigem contrapartida.

- Diferenciação entre psicólogos e assistentes sociais.

A supervisora entende que proteção social exige intervenção psicossocial e que “os dois profissionais devem ser expert em proteção social”. Apontou ainda que quando um profissional está inserido em determinada área deve compreender questões referentes a ela, mas cada um com seu saber específico. E aí perguntou: “será que eu dei um sermão em vocês? Ou ajudei?”. Um profissional sorriu e pontuou que os profissionais precisam se respeitar.

- Abrangência territorial e programática da proteção social básica X número de técnicos.

A supervisora pontuou que o trefismo e o ativismo nos levam a sermos superficiais.

- Grau de adesão das famílias, dificuldades de adesão, expressões diversas de pobreza.

A supervisora colocou que a família vem em busca do benefício, que resolve imediatamente sua angústia e questionou “como faço um relacionamento horizontal de confiabilidade mútua?”.

Categorizou a pobreza em: - rural; - urbana: que chamou de “maioria silenciosa”, afirmando que “elas podem e sabem o que querem, mas não aprenderam que podem, não acreditam que podem negociar mais”; - processo crônico de famílias: precisam de cidadania protegida pelo seu alto grau de sofrimento psíquico.

Destacou que a proteção social deve furar o cerco da desigualdade social.

- Fluxo entre baixa e média complexidade.

Precisa ser melhor discutido.

- Fluxo entre CRAS e ONG.

Entende que há uma mitificação na divisão do trabalho entre CRAS e ONG e entende que a ONG parceira tem a função de suporte das ações dos CRAS.

Nesse momento um profissional verbalizou que “a gente quer as coisas muito claras”. A supervisora disse que no mundo atual não existem coisas muito claras, temos que conviver com o lado claro e escuro. Disse que vindo para a reunião, lia um texto do Boaventura e que falava da complexidade do mundo atual.

- Fluxo na rede intersetorial.
- Conhecimento da comunidade – capital social formal e informal.
- Fortalecimento dos profissionais.
- Busca ativa – de quem é a atribuição?
- Níveis de acompanhamento.

Esta apresentação foi realizada em datashow e em seguida foi realizado um intervalo para o lanche. No retorno, a supervisora informou que os profissionais deveriam discutir um texto em subgrupos e perguntou de que forma preferiam se agrupar, por regiões ou se misturando. A maioria propôs que a divisão fosse por regiões e os subgrupos se organizaram então em cinco, pelos cinco Distritos de Assistência Social.

A supervisora forneceu um texto que contém os conceitos de acolhimento e referenciamento e acompanhamento, mas também outros tópicos como: ação possível dos CRAS, monitoramento constante de ofertas e usufruto dos recursos, sentidos dados aos programas de transferência de renda e uma síntese.

Os grupos deveriam discutir o texto e anotar os principais pontos e questionamentos. Para tanto, deveriam escolher um relator para que apresentasse em plenária ao final das atividades em subgrupos.

A discussão nos grupos estava inicialmente proposta para encerrar às 11:30, mas nem todos terminaram. Dessa forma ela se estendeu até meio-dia.

Foi realizado um intervalo de uma hora e meia para o almoço e as atividades foram retomadas às 13:30.

A supervisora solicitou que os subgrupos apresentassem a discussão que realizaram.

O primeiro distrito a apresentar pontuou a qualidade da escuta que é prejudicada no Acolhimento, que algumas demandas são mais pontuais e a falta de integração das políticas.

A supervisora falou que os programas devem mudar de acordo como a realidade se apresenta e citou como exemplo, a proposta de que o benefício do Renda Mínima pudesse ser pago antecipadamente, levando em conta que a maior demanda dos beneficiários é melhoria em habitação. O restante do dinheiro seria pago em parcelas mensais, mas inicialmente a família receberia um valor, por exemplo para reformar seu banheiro. Disse que a isso Jaime Lerner chama de “pequenas acupunturas urbanas”. A supervisora afirmou que no contexto do capitalismo mudanças conjunturais é que estão ao nosso alcance e não as estruturais.

O próximo distrito a apresentar, dentre outras coisas pontuou a sobrecarga dos técnicos em relação às demandas da população e sugeriu que devemos priorizar o Acolhimento e Referenciamento em detrimento de outras atividades. A supervisora comentou que a escuta em si permite que a própria família elabore sua história. Referiu-se à fala dos profissionais de que não tem lugar, não tem profissional e propôs a realização de Acolhimentos temáticos. Por exemplo, em tal dia o Acolhimento irá discutir os programas de transferência de renda. A supervisora por fim, comentou que “se dêem a oportunidade de experimentar, mais do que lamuriar”.

Outro distrito levantou questões quanto à dificuldade no número de técnicos e citou o exemplo de um CRAS que até pouco tempo possuía apenas um técnico do Poder Público, que é o técnico de referência. Para compor essa equipe, dois técnicos da equipe de Núcleos estão sendo descolados. Apontaram também a vinculação da população com o técnico e não com o serviço.

O penúltimo distrito questionou a delimitação de um tempo de atendimento no acompanhamento dos CRAS. O último distrito questionou a definição de um plano de atendimento muito individualizado na proteção básica, o que poderia estar incoerente com a proposta de uma intervenção, sobretudo coletiva.

A supervisora solicitou então que os profissionais retornassem para os subgrupos para terminarem de discutir o texto. Distribuiu uma cartilha para cada CRAS e solicitou que lessem também uma das histórias relatadas na cartilha.

Os distritos tiveram novamente que apresentar a discussão que realizaram. O tema mais polêmico dessa discussão ficou por conta de um trecho do texto em que a supervisora afirma que não viu “clareza na definição de prioridades para a formação de grupos sócio-educativos”. Alguns profissionais que as oficinas são criadas a partir da demanda da população, mas que existem limites que não dependem só dos CRAS, mas de possibilidade de contratação de oficinairos, que na prefeitura pode levar até um ano, espaços na comunidade, etc. A supervisora questionou desse distrito que se colocou quantos grupos possuíam e afirmou a quantidade de grupos é muito pequena

frente às demandas e que as oficinas são pouco diversificadas. A supervisora questionou ainda que se só aquele distrito fazia assim de forma “perfeita”, referindo que estaria provocando os profissionais do distrito que se manifestou.

O último distrito a apresentar, apontou o número pequeno de técnicos para toda a população que deve atender. A supervisora comentou sobre a proposta de alguns municípios da criação do cargo de agentes de proteção social, muito similar à proposta dos agentes comunitários de saúde.

A supervisora esclareceu que na próxima supervisão em 12/05, o grupo deverá ler o texto dela sobre rede de proteção social e um outro texto que será enviado por e-mail. Também será realizada uma dramatização, em que uma parte irá representar os profissionais e deverão falar sobre proteção social para os usuários, que serão representados por outro grupo. Em seguida, propôs uma avaliação do dia. Alguns profissionais pontuaram que o dia foi muito produtivo. Outro pontuou que em alguns momentos achou confuso o texto e a discussão que falava de acolhimento, depois ia para acompanhamento e voltava novamente. Outro profissional pontuou que sente a necessidade de alguns tópicos serem aprofundados, pois muitos pontos foram levantados nessa reunião.

REFLEXÕES:

O local oferece conforto para um dia inteiro de atividades. Houve pontualidade para o início e retorno do almoço.

A primeira parte da manhã restringiu-se praticamente a uma exposição das principais questões levantadas pela supervisora em suas visitas aos CRAS. Durante sua fala comentou que dois profissionais externos virão dar 2 aulas para os CRAS. A supervisora acrescentou que esses profissionais são experts em CRAS, em proteção social básica e que ela não é! No intervalo e momentos informais, alguns profissionais questionavam, porque e como a supervisora estava supervisionando os CRAS, já que assumiu abertamente que não é expert em CRAS. A Prefeitura abriu processo de licitação para contratação de profissional para supervisionar os CRAS.

O profissional contratado para tal tarefa, contudo verbaliza que não é expert em proteção social básica e em CRAS, o que causa incômodo aos profissionais dos CRAS, que contavam estar sendo supervisionados por um profissional com grande compreensão da proteção social básica!

Em sua fala, a supervisora ainda acrescentou que sua maior experiência tem sido na área de educação, especificamente na educação infantil.

Os comentários dos profissionais aconteceram, como em outras reuniões nos momentos informais e não são verbalizados durante a reunião.

Dois profissionais comentaram também comigo sobre outras falas da supervisora, como a de sermos capazes de transformações apenas conjunturais em uma sociedade capitalista. Esses

profissionais comentaram da visão neoliberal e consonante com o discurso hegemônico da supervisora. Esse tipo de comentário dá um caráter imutável da organização da sociedade e por consequência da própria desigualdade social. Passa a idéia de que o profissional em sua prática conseguiria minimizar os impactos da pobreza, fortalecendo a família, mas sem perspectivas seja de lá de que forma de mudanças mais profundas em nossa organização societária. Cabe a nós, portanto, nessa visão uma função adaptacionista, intervencionista, uma ortopedia social. A supervisora verbalizou que as famílias fortalecidas na proteção social básica tornam-se capazes de furar o cerco de desigualdade social. Tudo bem. Contudo, uma análise do conjunto de suas falas demonstra que esse comentário é superficial e limita-se a um trabalho que não passa pela transformação social de fato.

A metodologia utilizada foi cansativa e pouco dinâmica. Os trabalhos em subgrupos ficaram isolados, a supervisora não passou pelos grupos para sentir o andamento das discussões, para perguntar se havia dúvidas ou até mesmo para controlar o tempo da atividade. Ela simplesmente designou a tarefa, sentou e ficou esperando o tempo passar.

Na apresentação em plenária, os comentários da supervisora foram muito superficiais. Ela elencou alguns tópicos apresentados e fez comentários, sem aprofundamento das questões levantadas pelos grupos e nem das trazidas pela supervisora no início da manhã.

O grupo de profissionais, por sua vez, em sua maioria, manteve-se a maior parte do tempo em silêncio; foram muito poucas as discussões e os debates. Falaram mais os profissionais que ficaram com a tarefa de apresentar o trabalho dos subgrupos e que tiveram que ir até lá na frente da sala ao lado da supervisora. Pontos discordantes não foram discutidos. O momento mais tenso foi sobre os comentários da supervisora sobre a forma como são priorizadas as oficinas e os grupos. O distrito que se posicionou num movimento de contestação foi tratado, a meu ver, de forma sarcástica pela supervisora, que disse que apenas estava provocando os profissionais. O que acontece é que os profissionais que, apesar de não concordarem com muito do que está sendo discutido, não se posicionam e mantêm uma postura de silêncio, apesar do incômodo. O silêncio só é quebrado nos momentos do café, em pequenas rodas de conversa ao pé de ouvido. Há também muita troca de olhares e expressões faciais de profissionais que já se conhecem de algum tempo de Prefeitura e que também não concordam com os comentários e metodologia com que a supervisão tem sido desenvolvida.

Há profissionais, contudo que manifestam a satisfação com o conteúdo discutido e a metodologia da supervisão. Alguns verbalizam em suas apresentações que têm aplicado técnicas sugeridas pela supervisora e que estão desenvolvendo um trabalho a partir dessas sugestões que tem dado resultados até o momento. Alguns profissionais recorrem à supervisora durante o intervalo para tirar

dúvidas, apresentar trabalhos e fazer comentários sobre o cotidiano de trabalho. Porém, diante do silêncio é difícil avaliar em que proporção os profissionais encontram-se satisfeitos ou não com o processo de supervisão. Um parâmetro, talvez seja o formulário de avaliação entregue pela Secretaria em todas as reuniões. Ele é anônimo e escrito.

DC nº: 08

Data:12/05/2008

Horário:9 às 13:00

Local:Estação Cultura

Tema:Supervisão dos CRAS

Coordenação:SMCTAIS

Participantes:Coordenadora da reunião, supervisora dos CRAS, profissionais dos CRAS, coordenadores de Distritos e 03 profissionais da área da Cultura.

O local onde foi realizada a reunião contava com cadeiras confortáveis, porém o salão era muito amplo e próximo à rua, o que gerou muito barulho e dificultou a acústica. Houve uma mudança de local na sexta-feira por parte da Secretaria. O salão possui muita luminosidade, que chega a prejudicar o participante dependendo da posição onde sente. As janelas da frente contam com persianas, que foram abaixadas, um pouco antes da reunião ter início. O local não contava com água para os participantes, apenas com o lanche servido por volta das 11:00, com café, suco, bolachas e salgados. As cadeiras por solicitação da supervisora foram organizadas em círculo, buscando uma maior proximidade, que facilitasse a escuta.

A reunião começou atrasada (9:20) porque muitos profissionais se atrasaram.

A supervisora iniciou questionando quem havia se preparado para a apresentação. Alguns CRAS manifestaram que sim, porém que não haviam chegado todos os profissionais. A supervisora então retomou a sua fala e disse que nesse encontro estaríamos discutindo a prática, principalmente o Acolhimento. Pontuou que por conta de ter participado de um evento nesse mês para juízes e promotores sobre convivência familiar e comunitária teve que refletir mais sobre o tema. Gostaria de destacar a importância da comunidade para a família e pontuou que a comunidade mudou mas, a idéia de comunidade que precisamos não mudou. Frisou também que nos tempos atuais a comunidade não se restringe ao território.

Pontuou ainda que:

- o governo foi perdendo a credibilidade para os cidadãos;
- os serviços têm que restabelecer a confiança perdida;
- há a necessidade de mapear as relações dos indivíduos;
- vínculos sócio-relacionais fortalecidos diminuem a vulnerabilidade;
- devemos nos preocupar com famílias com vínculos relacionais mais frágeis.

Em seguida, a supervisora verbalizou: “Agora que eu mostrei que eu me preparei para estar aqui hoje, vamos às apresentações de vocês. Vamos gente! Vocês não gostam de teatro?!”

Uma profissional pediu a palavra, questionando que o que havia sido combinado era cada CRAS representar um papel (o CRAS ou o usuário). A supervisora perguntou qual o papel que havia sido designado para eles e solicitou que realizassem então a dramatização.

Nesse momento, 03 profissionais se colocaram no meio do círculo e dispuseram de algumas cadeiras. Um profissional disse que seria o recepcionista do CRAS, outro seria o usuário e outro a assistente social do CRAS. A cena começou na recepção, com a chegada e acolhida da família e preenchimento do cadastro. Depois passou para o atendimento com a assistente social. Aí, a assistente social passou a descrever como realiza a entrevista, não havendo uma dramatização. A supervisora permaneceu sentada, sem interferir no que acontece. Ao final da fala da assistente social, alguns participantes fizeram perguntas. Uma delas se referia ao tempo destinado para as entrevistas e o CRAS que encenou respondeu que em média as entrevistas duram 40 minutos e que cada assistente social atende cerca de 5 a 7 pessoas por período. Também houve questões sobre os encaminhamentos para o PAIF. O CRAS que encenou respondeu que os encaminhamentos estão concentrados na demanda do Programa Ação Jovem. A ONG parceira desse CRAS pediu a palavra e acrescentou que também são acompanhados os casos de Bolsa Família e BPC. Um dos CRAS verbalizou que o PAIF realiza o cadastro para o Programa Renda Mínima.

Uma das participantes questionou quanto ao fato do CRAS estar preconizado no SUAS enquanto porta aberta e como ficaria essa questão diante da definição de 03 dias para atendimento à população na semana. Os profissionais de vários CRAS se posicionaram, esclarecendo que o atendimento não ocorre somente nesses dias e que há a necessidade de sistematização do atendimento por conta do número de recursos humanos.

A coordenadora da reunião perguntou como ocorre a inserção da família em outras atividades desenvolvidas pelos CRAS, sem ser a inclusão em programas de transferência de renda. O CRAS que encenou explicou que isso acontece já na própria entrevista, à medida que vai conversando com a família, verificam-se as demandas e os interesses.

Nesse momento, um dos participantes questionou se a apresentação ficaria somente em um dos CRAS ou se seria feito o que foi combinado. A supervisora tomou a palavra e disse que iria

suspender a dramatização, devido ao excesso de barulho no local. Pontuou que o importante é pensarmos em estratégias para o Acolhimento e isso desde a sala de espera do CRAS. Um CRAS relatou que realiza o Acolhimento inicialmente em grupo e que depois as pessoas são atendidas individualmente. Outro CRAS relatou sua experiência de Acolhimento que está orientada pelos princípios da Educação Popular. O Acolhimento é grupal e busca valorizar as experiências de cada um, favorecendo a troca. Os participantes são convidados a falar um pouco de si e os coordenadores vão traçando pontos em comum, definindo junto com o grupo temas específicos para serem discutidos. Depois, algumas pessoas são atendidas individualmente. Essa proposta acontece duas vezes por semana e nesse CRAS os profissionais da ONG co-financiada permanece realizando o Acolhimento. Participantes questionaram como os profissionais da ONG realizam o acompanhamento e dão conta de realizar o Acolhimento. Os profissionais responderam que estão comprometidos em um período com o Acolhimento e que como o grupo é aberto muitas famílias acompanhadas acabam participando também dessa atividade. Relataram que a proposta já vem sendo desenvolvida desde a Ação Comunitária e que no início encontraram muitas dificuldades na implantação. Pontuei que não pode se perder de vista que esse CRAS encontra-se fora do território e que isso diferencia a demanda quando há um deslocamento da equipe. Um dos participantes que é importante também estar atento que a demanda é gerada a partir da oferta que produzimos.

A supervisora pontuou que esse CRAS apresenta uma estratégia definida de Acolhimento, sistematizando um modo de fazer e já com um tempo de experimentação. Passou a palavra então para um outro CRAS, que ficou de apresentar a ação que vem sendo desenvolvida em parceria com o MIS. Esse CRAS iniciou a apresentação utilizando o data show. Apresentou um texto que sistematizou a proposta do Acolhimento, desde a concepção e a forma como é realizado. O profissional que apresentou disse que por sugestão da supervisora pensaram em elaborar uma proposta de como falar da proteção básica para a população. Redigiram o texto que foi avaliado pela supervisora previamente.

Durante a apresentação o profissional comentou que encontrou um texto sobre escuta qualificada de um ex-secretário da Saúde do município e questionou a supervisora se haveria tempo para falar daquele texto. A supervisora acenou que assim e o profissional expôs os principais tópicos do texto. Por volta das 11:00 foi realizado um intervalo de 15 minutos.

Ao retornar a supervisora suspende a apresentação do texto que estava sendo realizada e propõe que os profissionais do MIS apresentem a ação desenvolvida em conjunto com o CRAS. Então, os profissionais do MIS falam do projeto Pedagogia da Imagem, que é desenvolvido por eles com foco na Educação Popular e que tem como objetivo a incorporação de recursos audiovisuais pelos profissionais e famílias. Trabalham em 06 escolas e com o CRAS. Estão desenvolvendo oficinas

com algumas famílias que foram encaminhadas pelo CRAS e que busca trabalhar as representações dessas pessoas sobre o CRAS. Apresentaram cartazes que foram elaborados pelas famílias em cartolina com desenhos e recortes de revistas e jornais e que já realizaram várias fotografias por parte das famílias da comunidade em que vivem. Um dos próximos passos será a filmagem por parte dos participantes. A supervisora interrompeu em um momento para enfatizar novamente a importância do conhecimento dessas famílias.

Em seguida, houve a apresentação da ONG co-financiada nesse CRAS, que expôs algumas dificuldades que estão encontrando no acompanhamento. Pontuaram que estão acompanhando 100 famílias, mas que dessas 30 realmente aderiram ao trabalho, cerca de 40 estão ainda se aproximando e que outras 30 nunca compareceram. A supervisora destacou que todos os CRAS devem estar vivenciando essa falta de interesse e falta de adesão. Um dos profissionais questionou se estaríamos passando a discutir o acompanhamento, pois considera que o tema do acolhimento ainda não foi esgotado. A supervisora esclarece que a proposta para o dia era estarmos discutindo o acolhimento, mas que por conta de um compromisso que ela tinha não estaríamos o dia inteiro trabalhando na supervisão. Alguns profissionais colocaram que não haviam sido avisados disso. A supervisora propôs então a entrega de um texto que ela trouxe e a leitura desse texto fosse feita no coletivo nos CRAS para discussão na próxima supervisão. Esclareceu, porém que no próximo encontro não estará presente e que a reunião será conduzida por uma professora externa convidada. Disse que gostou da supervisão porque falou pouco e os profissionais falaram mais, disse que achou que foi “gostoso” o dia. Perguntou se os profissionais concordavam ou não, mas não houve nenhuma manifestação.

Sugeri que as estratégias de acolhimento sejam sistematizadas e que possam ser enviadas para ela por e-mail.

A coordenadora da reunião solicitou que esse material possa ser enviado com cópia para a Secretaria, para que haja acompanhamento dessa discussão. Informou também a data da próxima supervisão.

Os profissionais receberam uma avaliação impressa para preenchimento individual.

REFLEXÕES

O local prejudicou o desenvolvimento das ações, mas não considero que foi o maior agravante. Sério para mim foi a condução da proposta de realização de uma dramatização por parte da supervisora. Os profissionais foram inseridos nessa atividade sem nenhum tipo de aquecimento necessário para o envolvimento e o bom desenvolvimento de uma atividade como essa. O que

aconteceu, aliás, não aconteceu uma dramatização. A supervisora assumiu uma postura de total indiferença ao que estava acontecendo. Permaneceu sentada e não conduziu, nem interferiu no processo.

As dúvidas que surgiram quanto ao acolhimento, demonstraram como existem muitas diferenças no processo de sistematização das ações em cada CRAS. As equipes vêm encontrando as suas formas de desenvolver as ações, com base nas características do território, da infra-estrutura do CRAS e penso que, sobretudo com relação às características da composição das equipes. Dessa forma, as equipes que possuem um maior posicionamento teórico em relação ao que está proposto pela política apresenta uma definição das ações norteadas por princípios claros. Existem equipes com características tarefistas, que pensam sobre o fazer, interessando, sobretudo o como. Outras equipes nem chegaram a verbalizar a forma como realizam o acolhimento, permaneceram em silêncio ou participando da discussão sem apresentar a forma como está trabalhando. Apesar dos vários encontros no ano passado para troca de experiência entre os CRAS, observo que na supervisão atualmente são retomadas as mesmas dúvidas e, sobretudo, até curiosidade mesmo de um CRAS para outro. Os profissionais ainda questionam como cada CRAS tem desenvolvido as ações, como enfrentam as dificuldades e como conseguem desenvolver determinadas atividades. A discussão se mantém assim no plano prático do cotidiano de trabalho, não ocorre a discussão conjuntural e metodológica.

Nessa discussão, acaba que cada CRAS relata um pouco novamente as principais características de seu cotidiano de trabalho da equipe. Dessa forma, as equipes estão encapsuladas em seu equipamento com seus pares. Não há um debate de forma ampliada sobre o SUAS e as ações propostas pela Política Nacional para os CRAS. As questões permanecem centradas no diferencial de cada CRAS e as equipes se posicionando nesse debate dentro de seu território de abrangência. Nem mesmo as discussões que envolvem a Secretaria são realizadas. A discussão não retoma as dificuldades encontradas por questões políticas e de infra-estrutura dos CRAS.

A condução da reunião (nesse caso a supervisora) por alguém que desconhece os processos cotidianos e a relação difícil entre os profissionais e a Secretaria dificulta que o desvelamento das principais questões para um espaço de supervisão.

Na próxima reunião a supervisora não estará presente, e uma professora convidada do IEE/ PUC-SP virá para dar a supervisão. Em um certo momento, a supervisora referiu-se a alguém que dará continuidade ao trabalho, deixando transparecer sutilmente que no segundo semestre não desenvolverá o trabalho. Contudo, isso não foi dito abertamente durante a reunião.

A reunião foi encerrada e os CRAS receberam um texto para leitura para discussão num próximo encontro no final de junho com a supervisora.

DC nº: 09

Data: 10/06/2008

Horário: 9 às 16:30

Local: Auditório da CEF

Tema: Supervisão dos CRAS

Coordenação: SMCTAIS

Participantes: coordenadora da reunião, profissional convidado, coordenadores de Distritos de Assistência Social e profissionais dos CRAS.

O local dessa reunião foi em um auditório amplo e confortável, onde já aconteceram outras reuniões. O espaço conta com recursos multimídia. A profissional convidada para coordenar o encontro iniciou sua apresentação “Proteção social básica: significados da matricialidade sociofamiliar e metodologias de trabalho com famílias” com o uso de datashow. A apresentação foi disponibilizada por e-mail após a reunião, assim como o texto discutido no período da tarde.

Pontuou inicialmente que o SUAS pretende construir uma política de Estado e não de governo, buscando superar a descontinuidade. A gestão estatal é eixo estruturante, portanto do SUAS e os profissionais constituem a riqueza na construção dessa política. Os profissionais devem ser competentes (competência ético-política e gestão politizada).

Destacou que há uma tendência na Assistência Social em avançar no discurso , mas não avançar na prática.

O SUAS propõe a atuação em um sistema e isto exige talentos políticos para: unidade de objetivos, pactuação de interesses, acordo na definição de responsabilidades, hierarquia de ações, articulação e integração e ação permanente e continuada.

A professora questionou qual o padrão de cidadania dos profissionais e apontou que os profissionais da Assistência Social transitam pouco por outras políticas, pelo território, costumam olhar muito para o próprio umbigo em movimento endógeno, caracterizando-se como profissionais de escrivania (reproduzindo a estrutura do nível central de gestão).

Um sistema é processual e dialético (não é funcionalista).

Questionou tb. como fazer a intersetorialidade, verbalizando que “o que a gente não exercita em casa, não faz com os vizinhos”, considerando a falta de articulação dentro da própria Assistência Social.

A partir dessas considerações perguntou para os participantes o que eles pensam que é, como definem a Assistência Social. Algumas pessoas manifestaram opinião e a professora completou que o social é um qualitativo para a Assistência, e que social é relação. Portanto, considera que o

movimento que a Assistência Social fez até agora é um contra senso, pois realizou uma descolagem dos segmentos (criança, idoso, deficiente).

Frisou que se não há investimento em capacitação profissional fica no jogo do faz de conta, é brincar de casinha.

Caracterizou em seguida a proteção social básica como preventiva, antecipação ao risco, redução de vulnerabilidades. Pontuou que com os conceitos de vulnerabilidade e risco (dano mais próximo) a Assistência Social passa a definir quem é seu usuário.

Historicamente a área é caracterizada pela falta de efetividade crônica, pela incompletude, falta de definição do público alvo e desresponsabilização do Estado. No entanto, pontua que existem armadilhas na nova proposta da política de Assistência Social, que pode culpabilizar o território e a família.

Destacou que vemos um aumento nos investimentos em programas de transferência de renda, mas não há investimento em serviços.

Nesse momento, houve um debate sobre a acomodação dos usuários. Um dos participantes apresentou a fala que é preciso além de dar a vara ensinar a pescar. A professora completou dizendo que não basta mais somente ensinar a pescar se não analisarmos o contexto. Pontuou que precisamos romper coma linha de ação paleativa, da prática residual e emergencial. Frisou que “trabalhamos no varejo, precisamos trabalhar na lógica do atacado”. Dessa forma não adianta ficar fazendo plantão social. Devem existir mudanças substanciais nas ações, pois precisamos trabalhar em uma política territorial.

Definiu que o CRAS é o espaço de publicização da política e chamou a atenção para o fato que não adianta levar para o CRAS práticas conservadoras e que a superação disso passa pelo empoderamento (“não tem outro caminho”).

Definiu que o CRAS Tb. é espaço de construção de metodologias e destacou que a burocracia deve ser posta a serviço da nossa intencionalidade, dos nossos objetivos. Nesse momento houve um grande burburinho entre os participantes e algumas risadas. Uma representante da Secretaria pediu a palavra e verbalizou que a contratação de administrativos não ocorrerá a curto nem médio prazo e o treinamento do Cadastro Único deve ser realizado pelos técnicos porque constituirá uma ferramenta de trabalho dos mesmos.

Destacou que o CRAS não é posto de fiscalização das condicionalidades dos programas de transferência de renda e nem agência de despachante.

Em seguida, a professora passou para as considerações acerca da família e pontuou que antes de parceira, a família é alvo da política de Assistência Social.

Pontuou as transformações no conceito de família, os aspectos relacionais e multidimensionais do trabalho social. Verbalizou que a Assistência Social é território multiprofissional, e não exclusivo do Serviço Social, por isso agrega potencialidade de um trabalho conjunto dos trabalhadores sociais.

Houve um intervalo de uma hora e meia para o almoço e as atividades foram retomadas com a divisão em subgrupos por regiões dos Distritos de Assistência Social.

Foi distribuído um texto da própria professora que trata das dimensões da metodologia do trabalho com famílias. Cada subgrupo ficou responsável por discutir uma das dimensões, devendo realizar uma síntese para apresentação no grupo. Após cada apresentação, a professora realizou comentários e os profissionais puderam tirar dúvidas e realizar comentários.

Destacou por fim, que o território é espaço de conflitos e de tensões. E que se é “para legitimar a mesmice, não precisa de assistente social, qualquer profissional serve”.

REFLEXÕES

O conteúdo apresentado nesse encontro foi denso e bastante elogiado pelos profissionais, durante e após a reunião. O interesse dos profissionais também podia ser visualizado pelas participações durante o debate. Alguns profissionais, nos momentos informais, comentavam se a professora não poderia dar continuidade ao processo de supervisão dos CRAS.

Considero que após um último encontro desastroso coma supervisora dos CRAS, essa reunião foi bastante proveitosa. Não só o material apresentado estava muito bem elaborado, mas, sobretudo a discussão realizada pela professora foi muito bem conduzida e tocou nos pontos críticos sempre apontados pelos profissionais.

O burburinho com a fala sobre a burocracia deveu-se em grande parte ao treinamento para o Cadastro único que deverá ser realizado por todos os técnicos, que deverão levar todos os prontuários das famílias acompanhadas pelos CRAS.

DC nº: 10

Data:30/06/2008

Horário:9às 16:30

Local: Auditório da CEF

Tema: Supervisão dos CRAS

Coordenação:SMCTAIS

Participantes: supervisora dos CRAS, coordenadora da reunião, coordenadores de Distritos da Assistência Social e profissionais dos CRAS.

A sala utilizada para esta reunião era confortável (cadeiras macias e ar condicionado), contudo era pequena e impossibilitou o trabalho em grupos. Contava com recursos multimídia, como o datashow.

A reunião teve início às 9:20 e a coordenadora da reunião passou alguns informes gerais, justificou a mudança da sala, que ocorreu de última hora por conta da necessidade do banco utilizar o auditório maior, onde geralmente ocorrem as reuniões da Secretaria.

A supervisora iniciou realizando uma retrospectiva do processo de supervisão, pontuando que já foi discutido as metodologias do trabalho com famílias, conceito de família, houve o conhecimento por parte da supervisora dos CRAS e um levantamento dos pontos críticos do cotidiano da atuação dos profissionais. Destacou que foi iniciado então um trabalho com os grandes eixos, sendo o Acolhimento e Referenciamento o primeiro deles. Reconheceu que a última reunião foi infeliz, tanto pelo local, quanto pela sua condução.

Pontuou que hoje daria continuidade na discussão sobre o acolhimento e que começaria apresentando uma perspectiva teórica do tema, com referenciais da saúde, que acumula experiência e realiza pesquisas sobre acolhimento (avaliando os impactos de um bom acolhimento).

Em seguida, a supervisora iniciou apresentação em slides de trechos de um texto que foi disponibilizado por e-mail para os CRAS na semana passada pela Secretaria.

Durante a apresentação, um profissional pediu a palavra e comentou que a questão da ilegalidade em que vivem muitas das famílias atendidas tem sua valorização em nossa sociedade, apontando a questão da impunidade. Um outro profissional pontuou o sistema perverso da sociedade. A supervisora destacou que o sistema capitalista produz desigualdade e subalternidade. Um profissional sugeriu a leitura de textos de uma autora e sobre o tema da cidadania invertida.

A supervisora comentou que se a profissional pudesse seria interessante disponibilizar os textos para os participantes. Acrescentou que nos territórios dos CRAS existe uma maioria silenciosa (trabalhadora) e minorias (que precisa de proteção e que vive na criminalidade).

Destacou que o acolhimento não se restringe à recepção e não deve ser realizado somente por um profissional. O acolhimento envolve a capacitação de todos os profissionais do CRAS, como o guarda e o motorista. Considera que Acolhimento é rede de conversas, está presente em qualquer momento e é uma ação contínua.

Destacou a importância da construção do vínculo e que o profissional deve realizar um esforço na produção de empatia.

Pontuou tb. a assimetria do encontro do acolhimento, de um lado o usuário que precisa de alguma coisa e de outro o profissional que tem o que oferecer. Nesse momento, houve um debate em relação ao estabelecimento de vínculo e à construção de uma relação de confiança.

Foi realizado um intervalo para o lanche.

Na retomada a supervisora pontuou que devemos quebrar essa separação que os profissionais fazem entre acolhimento e acompanhamento. Houve grande burburinho dos participantes e comentários de que não são os profissionais que fizeram essa separação. A supervisora não comentou essa reação da platéia e prosseguiu com a discussão.

Um profissional questionou se é possível realizar acolhimento em um pequeno grupo e que entende que em um primeiro momento ocorre um grupo de recepção e não de acolhimento. Houve debate entre os profissionais que solicitavam a fala para realizarem comentários. A coordenadora da reunião questionou como transformamos a demanda que identificamos no atendimento em uma demanda da família. A supervisora pontuou que este é grande cuidado que devemos ter no acolhimento, sendo necessário muita paciência para não impormos uma avaliação que é do profissional.

Enquanto participante, comentei que não devemos realizar uma psicologização do acolhimento supondo que em toda família que atendemos temos que buscar o que está por trás e que Tb. necessita ser trabalhado. Uma outra psicóloga verbalizou que concorda.

A supervisora deu continuidade na apresentação. Faltando 30 minutos para o meio dia, a supervisora sugeriu a divisão em subgrupos para a discussão da síntese por ela apresentada. Contudo, os participantes pontuaram que a sala não possibilitava um trabalho dessa natureza. Dessa forma, a supervisora deu continuidade na apresentação, retomando alguns pontos apresentados e abrindo para a discussão do grupo.

Em seguida, houve o intervalo para o almoço, com retomada às 13:50.

A supervisora no período da tarde apresentou em slides o relato de experiência em uma cidade do interior paulista, apresentando as dimensões do trabalho com famílias: documentação, educação, saúde, trabalho, renda, habitação e dinâmica familiar. Pontuou que estas dimensões fazem parte do Índice de Desenvolvimento da Família elaborado pelo IPEA. Houve questionamentos quanto aos

aspectos qualitativos importantes para a análise dessas dimensões e a supervisora pontuou que é importante trabalhar as dimensões em uma esfera política, inclusive apresentando os dados levantados para as famílias.

REFLEXÕES

A integração realizada nos momentos dos intervalos ficou comprometida, porque o auditório disponibilizado fica dentro da agência bancária e a mesa para o lanche ficava próxima à mesa de trabalho dos funcionários do banco. Considero um fator negativo, pois a integração é momento importante nesses encontros, possibilita o encontro e a conversa descontraída de profissionais que muitas vezes só se encontram nessas reuniões. Os assuntos tratam das vidas pessoais e de assuntos profissionais.

A retomada dos encontros com a supervisora ocorreu após um encontro muito mal avaliado pelos profissionais e por um encontro bem avaliado com a profissional convidada. A supervisora assumiu, no entanto os erros dela na condução do último encontro, sem, contudo deixar claro quais considera que foram seus equívocos.

O encontro foi melhor organizado e clarificado para os participantes quanto à dinâmica proposta para o dia.

Discordo, no entanto quanto a alguns posicionamentos apresentados pela supervisora no que se refere ao acolhimento, quando caracteriza uma polarização entre quem tem o que oferecer e quem solicita, no caso o usuário e o profissional. Essa caracterização dá margem a uma interpretação bastante assistencialista da Assistência Social.

